

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**AFETO, DESIGUALDADE E REBELDIA**  
**bastidores do serviço doméstico**

JUREMA BRITES

Tese de Doutorado

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Fonseca

Porto Alegre, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**AFETO, DESIGUALDADE E REBELDIA:  
bastidores do serviço doméstico**

JUREMA BRITES

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de  
Doutor

Tese de Doutorado

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Fonseca

Porto Alegre, 2000.

Para Maria Ulguim Barbosa e Neivone dos Santos Silva – donas de carinho e humor inigualáveis – que me ensinaram tanto sobre a força dos fracos.

Aos amigos – interlocutores constantes: foi esse o jeito que encontrei para falar das contradições que permeiam nossas casas e afetos.

## AGRADECIMENTOS

Sabemos que um trabalho que dura tanto tempo não é obra solitária. Muito tenho que agradecer a amigos, parentes e instituições que colaboraram neste percurso.

A ajuda dos primeiros em geral é invisível – como o é o trabalho doméstico – não aparece na nossa performance pública, mas sustenta nossa vida material e afetiva. Minhas palavras são insuficientes para retribuir a quem cuidou dos meus filhos e me apoiou com afeto a tantas solicitações. Para algo serve uma família tão grande! Não citarei nomes, páginas melhores os merecem.

Agradeço a minha pequena grande turma de doutorado: Francisco Pereira Neto e Flávia Rieth. Mantivemos trabalho, carinho e jurupiga conjugados até o final, o que mais pode valer a pena?

Guilherme Xavier Sobrinho e Paula Camboim, cada uma na sua área, deram uma grande contribuição a este trabalho, emprestando suas máquinas e casas e debatendo minhas idéias. A ordenação final dos argumentos deva à Paula, que sempre soube traduzir tão bem.

Minha gratidão às colegas do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI), esse trabalho é tão inspirado em vocês e na Cláudia, é claro, que talvez seja realmente uma parceria. Não poderia deixar de lembrar as reuniões da Frente Ampla e Internuclear e de Antropologia (FINA), espaço despojado onde debate e incentivo acadêmico frutificaram.

Depois de quinze anos de trabalho em conjunto, não sei exatamente como agradecer a minha orientadora, Profa. Cláudia Fonseca – na verdade

ela está incluída nos parágrafos sobre meus amigos. O significado da antropologia para mim está ligado ao seu pensamento.

Na primeira fase da pesquisa, fui acompanhada por Sandro José da Silva e Martha Inês Careta, dois bolsistas que foram interlocutores fundamentais durante a procura minuciosa de pistas para aprofundar nossos dados. A sustentação iconográfica deste trabalho deve-se ao Sandro. Na reta final, Wilson Borba, bolsista do Núcleo de Pesquisa Social da UNISC, ficou na retaguarda das infindáveis revisões, mantendo-se fiel, a despeito do meu humor.

Contei com a gentileza da Profa. Rosana Caneloro que leu a versão (quase) final deste trabalho, tendo a delicadeza de compreender meus “desvios da norma”.

Os funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo foram de uma gentileza extrema na consulta e fornecimento das fontes sobre o estado, assim como o secretário de planejamento da Serra, José Luiz Paste, que pessoalmente me forneceu dados oficiais do município. A professora Juçara Brites desde o princípio foi quem me fez cativar pelo Espírito Santo, incansável para complementar os detalhes que foram ficando para trás.

À Fundação Carlos Chagas, quem primeiro acreditou neste projeto, honrando-me com uma bolsa no II Programa de Incentivo e Formação em Pesquisa sobre Mulher, em 1995, agradeço, tanto quanto à CAPES e à UNISC que dividiram o financiamento dos meus estudos.

## RESUMO

Trata-se de um estudo etnográfico sobre as relações de poder travadas entre empregadas domésticas e seus empregadores, baseado em trabalho de campo realizado no Espírito Santo entre 1996 e 1998. A partir de um quadro conceitual definido por Shellee Colen e James Scott, analisamos essas relações em termos de um sistema de *reprodução estratificada*, levando em conta tanto a desigualdade política e a exploração, quanto a funcionalidade dessa relação para ambas as partes. Através da observação participante, tivemos acesso aos *códigos encobertos* tanto das trabalhadoras quanto de seus empregadores, mostrando que uma mistura particular de afeto, desigualdade e rebeldia mantem estas relações na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Serviço Doméstico - Subordinação - Rebeldia

## ABSTRACT

This study, centered on the power relations established between domestic workers and their employers, is based on ethnographic fieldwork carried out in the state of Espírito Santo between 1996 and 1998. Adopting an analytic approach based on the work of Shellee Colen and James Scott, we investigate these relations in terms of a system of *stratified reproduction*, taking into consideration political inequality and exploitation as well as the functional aspects which work in the interests of both partners of this relation. Through participant observation in the employers' as well as the maids' homes, we gained access to the *hidden transcripts* of each group, leading us to raise hypotheses on the particular mix of affection, inequality, and rebellion which underwrites class relations in Brazil.

Key words: Domestic service - Subaltern studies - Class relations - Brazil

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>4</b>
Resumo .....	6
Abstract .....	7
Lista de Figuras .....	10
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
Justificativa .....	13
Marco teórico .....	17
Caminhos metodológicos .....	27
A localidade .....	36
<b>1 SERVIÇO DOMÉSTICO: DO DESENVOLVIMENTO À DENUNCIA .....</b>	<b>40</b>
1.1 Serviço doméstico e as teorias da modernização .....	40
1.2 Balanço crítico dos estudos sobre serviço doméstico .....	46
1.2.1 A falha evolucionista .....	46
1.2.2 O apego ao modelo fabril .....	49
1.2.3 Problemas metodológicos .....	51
1.2.4 A origem da desigualdade .....	55
1.3 Estudos centrados nas representações .....	57
1.4 Serviço doméstico no passado: dando vistas a reciprocidade .....	61
1.4.1 A naturalização das relações hierárquicas .....	62
1.4.2 A expulsão dos empregados domésticos .....	64
1.4.3 Higiene e domesticidade .....	66
1.4.4 O serviço doméstico nas colônias da América do Sul .....	69
<b>2 NA CASA DA PATROA I: AFETO E DESIGUALDADE .....</b>	<b>73</b>
2.1 Praia Velha – diversidade estratificada .....	77
2.2 Os modos de fazer: limpeza e organização .....	81
2.3 A relação com as crianças .....	90
<b>3 NA CASA DA PATROA II: RECIPROCIDADE E REBELDIA .....</b>	<b>102</b>
3.1 Donativos: uma transmissão de patrimônio .....	103
3.2 Como se recebe .....	108
3.3 O assassino é o mordomo .....	113
3.4 Carregamento de formiguinha: rebeldia, rivalidade e diversão no furto .....	118
3.5 A construção relacional da moralidade do roubo .....	121



3.6 A Vingança de Nêmis: expressão performática das relações entre patrões e empregadas domésticas .....	123
<b>4 NA CASA DA EMPREGADA: INTERDEPENDÊNCIA E ANTAGONISMO .....</b>	<b>128</b>
4.1 Jardim Veneza – um bairro de invasão .....	129
4.2 Morando no bairro .....	139
4.3 Escassez de dinheiro .....	140
4.4 Interdependência e antagonismo: grupo doméstico e cotidiano .....	149
4.5 A riqueza roubada: casamento, amor e sobrevivência .....	157
4.6 Comida não é tudo .....	161
4.7 A força do fraco .....	167
<b>5 NEGOCIANDO A IGUALDADE: A PATROA NA VIDA ÍNTIMA E FAMILIAR DA EMPREGADA DOMÉSTICA .....</b>	<b>175</b>
5.1 O devido lugar da patroa .....	176
5.2 A patroa na vida íntima e familiar da empregada doméstica .....	185
5.3 Uma patroa fora do lugar .....	189
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>198</b>
Do clientelismo à reprodução estratificada .....	199
Do bilingüismo a um campo de forças “desprovido de toda ilusão” .....	202
Dos roteiros encobertos a cidadania contextualizada .....	205
O sistema em ação .....	209
<b>BIBLIOGRAFIAS .....</b>	<b>216</b>

## LISTA DE FIGURAS\*

FIGURA 1	O trajeto do trabalho .....	79
FIGURA 2	Cozinha de empregada .....	85
FIGURA 3	Cozinha da patroa .....	85
FIGURA 4	Área de serviço da empregada .....	87
FIGURA 5	Área de serviço da patroa .....	87
FIGURA 6	O cuidado dos outros .....	92
FIGURA 7	O destaque dos pequenos patrões na casa da empregada .....	92
FIGURA 8	Banheiro da patroa .....	98
FIGURA 9	Banheiro da empregada .....	98
FIGURA 10	Casa da patroa .....	111
FIGURA 11	Casa da empregada .....	111
FIGURA 12	Bairro de invasão .....	131
FIGURA 13	Uma Veneza de esgotos .....	133
FIGURA 14	Aterro .....	133
FIGURA 15	Criança é vida e esperança .....	135
FIGURA 16	A evolução de um bairro .....	136
FIGURA 17	Projeto da casa nova .....	144
FIGURA 18	A casa nova em 1998 .....	144
FIGURA 19	Palacete no manguezal .....	145
FIGURA 20	Palacete no manguezal em 1998 .....	145
FIGURA 21	Grupo doméstico de Claudina .....	151
FIGURA 22	Grupo doméstico de Claudina 1998 .....	152
FIGURA 23	Os meus são gêmeos queridinha .....	172
FIGURA 24	Domesticidade e estética .....	180
FIGURA 25	Domesticidade e estética .....	180
FIGURA 26	Casa chique em Jardim Veneza .....	182
FIGURA 27	Brilho nas panelas .....	183
FIGURA 28	Brilho nas panelas .....	183
FIGURA 29	Bombril nelas .....	184
FIGURA 30	Brilho nas panelas .....	184

---

\* Com a finalidade de resguardar a identidade dos sujeitos as figuras não serão publicizadas.

## INTRODUÇÃO

A família foi o grande vetor das modificações da sensibilidade moderna, sofrendo um encolhimento na sua configuração, quando se recolheu de uma sociabilidade difusa na comunidade para uma intimidade entre o casal e os filhos. A permanência do serviço doméstico no contexto histórico das transformações da família burguesa, desde a época da Revolução Industrial, acabou revelando uma tensão, pois a presença dos criados nesta nova família (*locus* privilegiado dos afetos parentais) representava vínculos com elementos externos que deveriam pertencer ao passado (Ariès, 1981).

Esta situação assume contornos específicos no contexto atual da sociedade brasileira, os quais a pesquisa que sustentou este trabalho procurou contemplar. O projeto inicial pretendia investigar a transmissão de saberes femininos no espaço doméstico, que, na especificidade da família brasileira de classe média, deveria incorporar uma dimensão de classe, uma vez que, nesse processo, mulheres de fora da parentela entram em cena: as empregadas domésticas<sup>1</sup>. O diálogo entre a produção acadêmica e os dados recolhidos em campo ressaltaram outras questões para a análise. A literatura sobre serviço doméstico é unânime em reconhecer a complexidade das relações de trabalho desta atividade profissional que se desenvolve no ambiente privado, apontando questões acerca da definição do que seja trabalho, das relações de poder entre as mulheres (paternalismo/maternalismo), dos laços de dependência, dos pagamentos extra-salariais (KOFES 1991; ROLLINS 1990; LEÓN 1993, entre outras autoras). O que une os argumentos destes estudos é a percepção de que atitudes dos patrões em relação às empregadas domésticas tendem a ser pouco “profissionais”. Dizendo de outra forma: os patrões não desenvolvem

---

1. Não é incomum encontrar referências na literatura etnográfica sobre ajuda entre mulheres na condução do serviço doméstico, mas em geral, são mulheres do próprio círculo familiar que entram nestas redes (DiLEONARDO, 1992; BOTH, 1976, entre outros)

relações de contrato modernas. O problema que minha pesquisa de campo introduziu nesta discussão (a qual não deixa de ser pertinente) é que as mulheres, empregadas domésticas por mim investigadas, encontravam no serviço doméstico particularidades que o tornavam vantajoso em relação a outras ocupações. As vantagens por elas destacadas coincidem justamente com aqueles fatores que os pesquisadores da condição feminina consideram como as raízes da subordinação que o serviço doméstico acarreta: relações personalistas e clientelistas estruturadas na organização da família patriarcal.

No contexto do meu trabalho de campo, as empregadas encontravam no serviço doméstico possibilidades de negociação inexistentes no mercado de trabalho formal. Vantagens de negociar adiantamentos, faltas e até mesmo os “presentinhos”, “as sobras do jantar”, “as roupas velhas”, todos estes ganhos extra-salariais, tão criticados pelos analistas acadêmicos, eram destacados como “o que vale a pena” no serviço doméstico.

A partir desta “provocação”, trazida pela pesquisa empírica, procurei traçar uma discussão com os estudos sobre serviço doméstico onde o ponto de vista das pessoas investigadas existisse como plausibilidade lógica.

Logo entendi que os furtos, imputados aos domésticos, também apresentavam um panorama das tensões constitutivas do trabalho doméstico, em nosso país. Seguindo tais pistas, foi possível localizar na literatura científica um enquadramento para tais tensões, as quais incidem nas seguintes premissas: o serviço doméstico proporciona o encontro de classes desiguais numa sociedade cada vez mais marcada pela segregação e o medo do “outro”; a empregada doméstica aparece como um elemento “arcaico” (tanto pela sua intromissão na intimidade, como pela desigualdade social e econômica que evidencia) no seio da “família moderna”; o serviço doméstico pauta-se em relações de trabalho clientelistas numa época marcada pela cidadania.

Tentando melhor compreender essa relação "fora de lugar" no seio da família brasileira, elegi esmiuçar, no meu trabalho de campo, a relação entre patrões e empregadas domésticas. Para tratar desta relação, uma vez que sou patroa e seguindo a tradição antropológica de pensar o "outro", optei por dar ênfase especial, neste trabalho, ao ponto de vista da empregada. Esta opção aliada ao emprego do método de pesquisa antropológico – o qual carece na maior parte da literatura – acabou por jogar nova luz sobre as tensões definidas acima mostrando que: 1) as diferenças de organização doméstica e desigualdades econômicas experimentadas por patroas e empregadas acabam por gerar uma **complementaridade estratificada** que justifica o serviço doméstico em nossa sociedade; 2) existem dinâmicas familiares próprias dos grupos populares, nas quais, o serviço doméstico acaba por mostrar-se mais compatível do que outras formas de trabalho; e 3) é possível reconhecer nas experiências de subalternidade que estas mulheres vivenciam tanto no espaço de trabalho como na vida familiar, formas de participação que não são previstas na maior parte da literatura sobre cidadania.

### **Justificativa**

O tema de empregadas domésticas mostra-se de grande atualidade, pois diz respeito a uma proporção importante da população feminina. Ao contrário das estimativas que acreditavam no fim do trabalho doméstico, a proporção das mulheres envolvidas nesta atividade não tem declinado nos últimos anos. Nos países com economias capitalistas periféricas, as empregadas domésticas, em geral, ainda constituem a maior categoria ocupacional feminina. Nos países com alto desenvolvimento capitalista, onde já foi praticamente inexistente, o serviço doméstico voltou a crescer<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Mais adiante mostraremos esses dados estatísticos.

Não é fácil determinar através de estatísticas censitárias o perfil das mulheres envolvidas no trabalho doméstico. Durante muito tempo, a queixa dos pesquisadores era de que sob a rubrica de “trabalho doméstico” abrigava-se uma gama enorme de ocupações: dona de casa, lavadeiras, babás, passadeiras, jardineiros, governantas, preceptores, trabalhadores agrícolas... Edward Higgs (apud HILL,1995b) pondera que os censos na Inglaterra novecentista poderiam superestimar a quantidade de pessoas envolvidas no trabalho doméstico dependendo das definições de ocupação utilizadas. Às vezes eram incluídos nas ocupações domésticas desde donas de casa viúvas até parentes solteiros do chefe do domicílio. Outras vezes eram registrados como empregado doméstico aqueles que cumpriam tarefas fora do lar, trabalhando no comércio ou nas lavouras.

No Brasil contemporâneo, os instrumentos estatísticos atuais, coordenados pelo IBGE<sup>3</sup>, medem o trabalho doméstico através da definição de quem é o seu executante: aquele que exerce afazeres domésticos no próprio lar (em geral as donas de casa) corresponde à população “economicamente não ativa”; e aqueles que trabalham “prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefício, em uma ou mais unidades domésticas” - são definidos como trabalhadores domésticos e sua atividade entra no rol dos chamados trabalhos “produtivos”<sup>4</sup> ( IBGE 1991, p.10).

Mesmo que os dados sejam borrados pelo conceito de trabalho que se utilize, uma simples aproximação dos dados estatísticos revela uma realidade que não pode ser desconsiderada. No Brasil, onde o serviço doméstico é cumprido 92,4% por mulheres, ele representa 18,36% das mulheres com carteira de trabalho. Porém se tomarmos o setor informal essa cifra atinge a casa dos 36,3 % da mão-de-obra feminina economicamente ativa,

---

<sup>3</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE- é responsável pelo Censo Demográfico e Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio -PNAD.

<sup>4</sup> Pensando nesta distinção Chaney e Garcia Castro (1993) estabeleceram uma primeira distinção: *trabalho doméstico* para caracterizar todo e qualquer trabalho realizado no lar e *serviço doméstico* designar os afazeres domésticos realizado por pessoas remuneradas para tanto.

configurando-se na maior categoria ocupacional feminina do país (ABREU et al, 1990). As pesquisas sobre serviço doméstico apresentam, em geral, as empregadas domésticas como aquelas mulheres que se encontram entre a população mais pobre, a qual recebe as piores remunerações e possuem educação mínima. Em geral, são mulheres migrantes e suas culturas e raças são consideradas inferiores. Constitucionalmente as empregadas domésticas não dispõem dos mesmos direitos que os demais trabalhadores. Por exemplo, no Brasil, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – ainda não é lei, portanto, trata-se de uma livre negociação entre patrões e empregadas domésticas. Desta forma, raramente as trabalhadoras usufruem do salário desemprego. A folga da empregada doméstica, garantida pela lei, é de apenas um dia semanal e pode ser determinada exclusivamente pelos patrões. Este quadro é extremamente semelhante em toda a América Latina<sup>5</sup>

As análises sobre as transformações do mercado de trabalho feminino na década de noventa no Brasil demonstram que a inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho tem se dado de forma diferenciada. À permanência de situações de extrema precariedade salarial e de direitos para a grande maioria das trabalhadoras envolvidas em ocupações femininas tradicionais como enfermagem, magistério e trabalho doméstico, contrapõe-se um pólo em franca expansão, onde as brasileiras vêm ocupando espaços em profissões de maior qualificação e rendimento, campos antes preponderantemente masculinos como a medicina, o direito, a arquitetura (BRUSCHINE e LOMBARDI, 1999) .

A partir destas análises, o serviço doméstico pode ser visto como evidência da desigualdade social da nossa sociedade. Ele desponta entre as ocupações femininas do pólo da precariedade, apresentando um dos maiores contingentes da força de trabalho feminino (cerca de 27%) e onde se encontram as mais baixas remunerações. Em 1991, 72,5 % da categoria

---

<sup>5</sup> Veja , por exemplo, em Chaney e Garcia Castro, 1993.

ganhava no máximo um Salário Mínimo (SM)<sup>6</sup>. Como um todo para o Brasil, até 1995 19% das domésticas não perfaziam um rendimento maior que meio SM. A jornada de trabalho da doméstica não é delimitada por lei, em média ficando entre 40 a 50 horas de trabalho semanais, mas em Recife, Fortaleza e Salvador a média pode chegar a 49 horas. Os direitos trabalhistas ainda são limitados (os trabalhadores domésticos não têm garantido o FGTS e menos de um quarto da categoria tem carteira de trabalho registrada) e valem pouco ante as relações clientelistas de negociação do trabalho. Essas condições podem ser agravadas dependendo da região analisada e da inserção de recortes como raça e faixa etária<sup>7</sup>.

A julgar pelo destaque que as mulheres vêm ganhando em outros setores ocupacionais, o serviço doméstico revela ainda outro lado da desigualdade no interior da sociedade brasileira: que muitas das conquistas de emancipação feminina eclodidas a partir dos anos sessenta são restritas ao espaço de certa classe social. Veja-se o crescimento da participação feminina em profissões de maior qualificação, que exigem formação universitária, onde o mercado de trabalho feminino tem-se mostrado em expansão. Profissões como engenharia, arquitetura, medicina e direito, até então de domínio masculinos, têm recebido cada vez mais ingresso de mulheres. Em algumas profissões como o direito, por exemplo, a participação feminina saltou de 21% em 1980 para 91,30% em 1991. Mesmo que em muitas áreas ainda se verifique rendimentos menores para as mulheres, elas estão tomando lugar considerável em "profissões técnicas e científicas de prestígio". Como alavanca destas, Bruschini e Lombardi consideram a "intensa transformação cultural" dos anos 60 que levou as mulheres à busca de formação universitária (1999, p. 20 e 23). Enquanto estes movimentos (inclua-se aí o feminismo) retiraram as mulheres de classes média e alta dos muros domésticos, eles não surtiram o mesmo efeito para as mulheres mais

---

<sup>6</sup> Nas grandes metrópoles, 91% das empregadas domésticas ganham pelo menos um SM, mas a debilidade persiste nas capitais nordestinas.

<sup>7</sup> Dados recolhidos em Bruschini e Lombardi (1999).



pobres<sup>8</sup>. Na verdade, as conquistas de algumas mulheres têm se estruturado nas costas da subordinação de outras: vários estudos têm mostrado uma relação direta entre o incremento da mão-de-obra feminina em profissões de alto prestígio e o aumento do serviço doméstico (MILKMANN, REESE e ROTH 1998; COLEN, 1995; BRUSCHINE e LOMBARDI, 1999).

Visto neste contexto, o serviço doméstico parece desvelar uma sociedade altamente diferenciada, onde a modernização de alguns setores dificilmente atinge uma equidade geral. Trata-se de uma sociedade que, como apontam alguns analistas, mescla padrões democráticos de comportamento "com práticas políticas arcaicas e provincianas" (O'DONNELL apud BANCK, 1999, p. 104).

### **Marco teórico**

A situação paradoxal de desigualdade não é novidade para a reflexão intelectual do país. Desde que a estrutura hierárquica da escravidão deixou de ser referência absoluta, tem-se discutido as causas e características desse padrão nacional. O debate oscila entre perspectivas que consideram as situações "arcaicas e provincianas" como meros bolsões residuais de uma sociedade em vias de modernização e críticas que apontam para a exclusão social como parte estrutural do desenvolvimento capitalista

Mesmo partindo de subsídios teóricos diferentes – uns acusando um descompasso ante o desenvolvimento de parcelas da população e outros evidenciando o padrão de marginalização desencadeado pelo sistema – as diversas partes desta contenda mantêm em comum uma atitude analítica que dispensa muito pouca atenção à lógica e práticas das classes subalternas

---

<sup>8</sup> Besse (1996) examina o alcance diferenciado das conquistas feministas em relação a realidades femininas diversas.

atingidas por esta desigualdade. Pensando geralmente em causas exógenas e macro-estruturais (hibridismo étnico, capitalismo internacional, globalização), a intelectualidade brasileira tem considerado o comportamento destes grupos como simples decorrência do processo de opressão. Ora relegadas a uma tradicionalidade oriunda de um atavismo cultural frente ao desenvolvimento, ora justificadas como estratégia de sobrevivência ante a opressão econômica, as atitudes dos grupos populares raramente têm sido tomadas como portadoras de uma logicidade propositiva. Como resume Claudia Fonseca sobre a trajetória da temática popular na academia brasileira:

De uma 'massa amorfa', 'anômica' ou simplesmente 'aqueles que servem de anti-norma' dos anos 60, eles tornaram-se protagonistas de 'classes' operárias' (ou populares) dos anos 80, para voltar ao status de 'pobres' nos anos 90. O risco desta nomenclatura é um retorno a uma imagem de vazio cultural, de uma população vítima - quando não ignorante ou alienada - esperando passivamente que as forças da modernidade a elevem à condição humana (FONSECA 2000, p. 218).

Este estudo pretende contribuir justamente analisando, dentro deste quadro de desigualdade, qual a perspectiva de certos sujeitos dos grupos subalternos, qual sua relação com os grupos dominantes e qual sua subserviência ou rebeldia ante os fatores de dominação econômica, política e cultural. Tomamos como objeto empírico as relações entre as empregadas domésticas e seus empregadores no Estado do Espírito Santo, mais precisamente em Vitória - capital, e em um bairro da periferia do município da Serra, Jardim Veneza. A escolha deste objeto reside na constatação exposta acima de que as empregadas domésticas compõem um dos universos profissionais onde se encontram as mulheres mais pobres, com maior índice de analfabetismo e em geral provenientes de grupos étnicos marginalizados do país.

Uma das tarefas (e dificuldades) que a antropologia tem se colocado é justamente na determinação das fronteiras culturais, ou seja, na percepção dos elementos significativos na constituição dos diferentes universos simbólicos nas sociedades complexas. Nas palavras de Gilberto Velho:

a sociedade complexa que tenho em mente (...) é uma sociedade na qual a divisão do trabalho e a distribuição de riqueza delinham categorias sociais distinguíveis como continuidade histórica, sejam classes sociais, estratos, castas ... Por outro lado, a noção de complexidade traz também a noção de heterogeneidade cultural que deve ser entendida como coexistência, harmônica ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas... [O] problema, mais uma vez, é verificar o peso relativo dessa experiência em confronto com outras como a identidade étnica, a origem regional, a crença e ideologia política. Uma questão interessante em antropologia é, justamente, a procura de localizar experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas (VELHO, 1987, p.16).

As distâncias sociais entre as classes no Brasil não se verificam simplesmente através da aferição dos níveis de consumo material, mas também em termos das dinâmicas culturais que conferem aos grupos sociais afastamentos significativos (FONSECA, 1995; ZALUAR, 1995 e DUARTE, 1986; entre outros). Trabalhamos a partir do pressuposto que tal realidade, como já dissemos, é representada por vivências distintas que impõem particularidades em termos de práticas e saberes em relação, por exemplo, à organização familiar, às concepções políticas e religiosas, à concepção sobre saúde e doença, infância, etc.

Se compararmos nossa realidade com a dos países europeus, por exemplo, essas diferenças tornam-se mais claras, pois não se trata apenas de miséria, mas da capacidade das agências de controle e benefício social – como a escola, o sistema de saúde, etc – de penetrarem nos diferentes universos da sociedade. Autores como Foucault (1977) e, especialmente, Donzelot (1986) mostram como as agências de assistência social que aparecem durante os séculos XVIII e XIX na Europa constituíram formas fundamentais de homogeneização cultural e de controle social para a nova ordem burguesa. Nesse sentido, é fácil perceber que as dificuldades ou o desinteresse do Estado brasileiro em estender o alcance de sua ação para a grande parte da população acabou contribuindo para a manutenção da diversidade cultural presente em nossa realidade (CARVALHO, 1987).

Ao detectarmos esses hiatos simbólicos, não pretendemos afirmar que os grupos populares brasileiros vivam uma situação de isolamento cultural. Apenas remarcamos que, pelas distâncias sociais serem tão extremadas, estes gozam de certo grau de independência na criação de seus códigos culturais. Seu universo cultural se estrutura através de suas condições concretas de existência e de suas práticas cotidianas inseridas na sociedade global, mas não totalmente subjugadas ao poder das classes dominantes. Acreditamos em um processo de criatividade simbólica pautada na diversidade de experiências vividas e informações abarcadas, onde padrões da cultura dominante são trabalhados e reelaborados dentro de uma lógica estipulada pela vivência cotidiana desses grupos. São fatores desta ordem que propiciam inclusive a heterogeneidade dos grupos populares (GRIGNON e PASSERON 1992; THOMPSON, 1998).

As discussões sobre as elaborações, perspectivas e práticas destes grupos no Brasil urbano e contemporâneo têm sido levantadas por uma série de estudos que já fez escola na antropologia brasileira desde os anos setenta (DURHAN, 1973; MACEDO, 1979; ZALUAR, 1985; DUARTE, 1986; SARTI, 1996; FONSECA, 1995a, 2000; entre outros). Nesta produção, não encontramos uma perspectiva teórica idêntica, mas um campo temático comum e um alinhamento metodológico à produção etnográfica.<sup>9</sup> A tensão principal que estes estudos trazem para o debate acadêmico pode ser sintetizada na reflexão proposta por Sarti:

Se os pobres não são o *homo economicus* típico do sistema capitalista e tampouco formam uma cultura autônoma, no sentido que têm uma especificidade, uma diversidade, e são, ao mesmo tempo, parte subordinada a um todo mais amplo, mantém-se a indagação sobre como vivem e o que pensam (1996, p.25).

Insiro meu trabalho nesta tradição etnográfica que tem ressaltado as elaborações simbólicas dos grupos populares. No sul do país, as etnografias têm abordado temas como jocosidade e identidade feminina na velhice

---

<sup>9</sup> Ao reconhecerem um modo de vida e concepções peculiares das camadas populares, estas pesquisas têm suscitado críticas por estarem desconsiderando não somente a desigualdade política, mas também as implicações das trocas culturais em uma sociedade complexa, retornando a um viés "culturalista" já extremamente criticado, desde as obras de Oscar Lewis (1966) acerca da cultura da pobreza.

(MOTTA, 1998), a construção peculiar da vida afetiva nos grupos populares (BOFF, 1998; PAIM, 1998b), o significado do trabalho informal e suas imbricações no terreno familiar e de gênero (JARDIM, 1998), a construção social do corpo e da doença (VÍCTORA, 1996; KNAUTH, 1996), concepções acerca da infância e da maternidade (FONSECA, 1995a) que destacam a especificidade destes setores, mostrando sua versatilidade e criatividade simbólicas articuladas e não subsumidas as pautas dos demais grupos sociais.

Esta tese que apresento filia-se a essa linha de pesquisa, entretanto, debruçando-se sobre uma nova problemática acerca da produção cultural dos grupos populares. Seguindo as pistas deixadas por Scott (1985), realizei um estudo sobre **relações locais de poder**, buscando na descrição da vida cotidiana dos grupos investigados a chave para a compreensão da arena de disputas “infra-políticas”, as quais, na maioria das vezes, são despercebidas, ou talvez desconsideradas pela discussão política tanto acadêmica, quanto da sociedade civil. Nessa discussão, tomamos como inspiração o trabalho de James Scott entre agricultores de uma aldeia na Malásia:

Deveria enfatizar que [o meu] é evidentemente um estudo de relações locais de classe. Isso significa que as relações entre camponeses e o Estado, que facilmente justificariam um livro sobre resistência, não serão tratadas a não ser que tenham influência nas relações locais de classe. Isso quer dizer que assuntos ligados a conflitos étnicos ou movimentos ou protestos religiosos, que sem dúvida assumiriam grande importância durante uma crise política, aqui são postos entre parênteses. Significa que as origens econômicas das relações da pequena classe examinadas aqui, que poderiam ser remetidas a empresas em Nova Iorque e Tóquio, não são analisadas. De um certo ponto de vista, todas essas omissões podem ser lastimável. **De uma outra perspectiva, o esforço aqui é mostrar quão importantes, ricas, e complexas são as relações locais de classe e quanto podemos aprender de uma análise que não é centrada no Estado, nas organizações formais, em protesto aberto, e em assuntos nacionais.** (SCOTT, 1985, p. xix) (grifos meus)<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> ....I should emphasize that this is, quite self-consciously, a study of local class relations. This means that peasant-state relations, which might easily justify a volume on resistance, are conspicuously absent except as they impinge on local class relations. This means that issues of ethnic conflict or religious movements or protest, which would almost certainly become important in any political crisis, are also largely bracketed. It means that economic origins of the petty-class relations examined here, which might easily be traced all the way to the board rooms of New York City and Tokyo, are not analyzed. From one point of view all these

Já que assumem um lugar central na nossa análise, as idéias de James Scott merecem destaque especial. Entre seus vários livros que abordam as relações de poder entre dominantes e subalternos, destaco *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance* (1985) e *Domination and arts of resistance; hidden transcripts* (1990).

Em *Weapons of the Weak*, o autor argumenta que os estudos do campesinato, ao privilegiarem os movimentos revolucionários e as rebeliões, acabam tornando-se inconsistentes. Tapam os olhos para um fato patente de que raras vezes, na história, os subalternos mantiveram uma atividade política organizada. Em geral, quando os pesquisadores escrevem sobre ações dessa natureza, não estão fazendo outra coisa do que mostrar que tais movimentos são encabeçados por lideranças exógenas.

[...] o campesinato aparece simplesmente como contribuintes anônimos para as estatísticas sobre recrutamento militar, produção de alimentos, impostos, etc. [Essa perspectiva...] enfatizava aleatoriamente o papel de estrangeiros – profetas, intelectuais radicais, partidos políticos – na mobilização de um campesinato que, sem eles, era desorganizado e passivo. (SCOTT, 1995, p. xv)<sup>11</sup>

Procurando por ocasiões consideradas, pela própria representação acadêmica, como mais importantes – grandes acontecimentos de virada do jogo político<sup>12</sup> - estes estudiosos acabam perdendo de vista todo um movimento cotidiano, incessante e, de certa forma, “prosaico” de luta resistente aos mecanismos de dominação. Estas atividades, segundo Scott, raramente arranham as estruturas do Estado, e quando isto sucede, nem

---

omissions are regrettable. **From another perspective the effort here is to show how important, rich, and complex local class relations can be and what we can potentially learn from an analysis that is not centered on the state, on formal organizations, on open protest, on national issues** (SCOTT, 1985, p. xix) (grifos meus).

<sup>11</sup> [...]the peasantry appeared only as anonymous contributors to statistics on conscription, crop production, taxes, and so forth. [This perspective...] emphasized willy-nilly the role of outsiders -- prophets, radical intelligentsia, political parties- in mobilizing an otherwise supine, disorganized peasantry (SCOTT, 1995, xv)

<sup>12</sup>Verificar as análises de De Certeau (1979) sobre a história événementielle.

sempre resultam naquilo que os camponeses tinham como objetivos iniciais. Em *Weapons of the Weak*, Scott descreve o que chama de formas cotidianas de resistência: atividades desordenadas, pouco planejadas, muito freqüentemente desencadeadas na forma de auto-ajuda e que evitam o confronto direto com a autoridade:

Aqui estou pensando nas armas banais dos grupos com relativamente pouco poder: a lentidão proposital, a dissimulação, a deserção, a falsa deferência, o roubo de pequenos objetos, o "fazer-se de besta", a calúnia, o incêndio, a sabotagem, etc. (1985, p. xvi)<sup>13</sup>

Nessa obra etnográfica, baseado na experiência dos camponeses malaios, é que o autor semeia um caminho de reflexão sobre as relações de poder entre subalternos e superiores, propondo novos caminhos para pensar a consciência política dos camponeses. Ele considera que os conceitos de *hegemonia* e todos os demais correlatos (*falsa-consciência, mistificação, aparelhos ideológicos do Estado*) “não somente deixam de dar conta de relações de classe em Sedaka, mas também tendem a nos desviar do bom caminho na compreensão de conflitos de classe na maioria de situações”. (SCOTT, 1985, p. 317)<sup>14</sup>.

Para abordar a política local em Sedaka, ele propõe penetrar nas armas cotidianas de resistência. Essas "migalhas" de reação, na maioria das vezes desarticuladas, lembram as cenas de "contra-teatro", descritas por Thompson, (1998) para o século XVIII na Inglaterra, nas quais a deferência demonstrada aos senhores pelos camponeses escondia ações de sabotagem, assaltos e motins.

Em *Domination and arts of resistance*, seu trabalho de elaboração teórica, Scott aprofunda suas idéias sobre "situações infra-políticas",

---

<sup>13</sup> “Here I have in mind the ordinary weapons of relatively powerless groups: foot dragging, dissimulation, desertion, false compliance, pilfering, feigned ignorance, slander, arson, sabotage, as so on” (1985, p. xvi).

<sup>14</sup> [...] not only fail to make sense of class relation in Sedaka, but also are just as likely to mislead us seriously in understanding class conflict in most situations”

sugerindo que todo e qualquer tipo de contato entre subalternos e superiores é guiado por elementos performáticos estereotipados e ritualizados:

Refiro-me a performance pública daquelas pessoas sujeitas a formas sistemáticas e elaboradas de subordinação social: o trabalhador ao chefe, o inquilino ou meeiro ao proprietário, o servo ao senhor, o escravo ao mestre, o intocável ao brâmane, um membro da raça sujeitada a um membro da raça dominante (SCOTT, 1990, p. 2)<sup>15</sup>

Essa "*interação aberta entre subordinados e aqueles que os dominam*", que Scott denomina **roteiro público** (*public transcript*)<sup>16</sup>, revela, no entanto, apenas uma parte da relação:

O roteiro público (*public transcript*), quando não é positivamente enganador, tende a esconder muita coisa das relações de poder. É freqüentemente no interesse de ambas partes colaborar tacitamente para promover essa "má representação" (*misrepresentation*). (SCOTT, 1990, p.2)<sup>17</sup>

Como contraponto a este comportamento prescrito, ele oferece o conceito de **roteiro encoberto** (*hidden transcript*) para descrever o

---

<sup>15</sup> I mean the public performance required of those subject to elaborate and systematic forms of social subordination: the worker to the boss, the tenant or sharecropper to the landlord, the serf to the lord, the slave to the master, the untouchable to the Brahmin, a member of the subject race to one of the dominating race (SCOTT, 1990, p. 2)

<sup>16</sup> Procuramos por uma tradução adequada para o português para *public transcript*, mas não ficamos satisfeitos. Mesmo declaradamente interacionista, Scott não usou o termo *script*, provavelmente para não perder a dimensão relacional que o prefixo "trans" coloca na palavra *transcript*. Scott refere-se ao "sentido jurídico (de processo verbal) [que está contido em "transcript"] significando um registro completo do que foi dito. Esse registro completo inclui não apenas o ato da fala, mas também gestos e expressões (1990, p.2). Transcrito, entretanto, em português está relacionado com cópia, adaptação (de uma peça musical, por exemplo), ou até mesmo transferência de bens (Aurélio, 1996). Optamos por usar "roteiro" durante nosso texto, sempre acompanhado da locução "transcript public", pois apesar de "roteiro" conter a idéia das cenas em termos de prescrição de falas, gestos e atitudes, falta-lhe a noção de improviso. Também não apresenta a performatividade de situações como no *canovaccio* da Comédia del Arte. De todo modo, Scott preferiu o termo jurídico, a despeito de, a meu ver, descrever situações piores de teatralidade.

<sup>17</sup> *the open interaction between subordinates and those who dominate. The public transcript where it is not positively misleading, is unlikely to tell the whole story about power relation. It is frequently in the interest of both parties to tacitly conspire in misrepresentation (1990, p.2).*



comportamento que se desenrola atrás dos bastidores, longe das observação dos poderosos.

O roteiro encoberto (hidden transcript) é assim derivado no sentido em que consiste em discursos e práticas dos bastidores que confirmam, contradizem ou modificam aquilo que aparece no roteiro público (public transcript) (SCOTT, 1995, p. 4-5)<sup>18</sup>.

Como o pesquisador pode chegar nesses "roteiros encobertos"? A metodologia apontada para desvendar tais relações aparece no capítulo intitulado "Behind the official story", em *Domination and arts of resistance*. Os passos de investigação são justamente dados para atrás das cenas públicas – na observação das atitudes, gestos discursos e comportamentos que os subalternos expressam fora da presença dos opressores. O teor desse repertório "encoberto" é bem sintetizado pelo provérbio etíope, na epígrafe de do livro de Scott (1990): "Quando o grande senhor passa, o camponês sábio se dobra ao mesmo tempo que solta um peido silencioso."<sup>19</sup>

Embora suas análises recaiam sobre os roteiros encobertos (*hidden transcripts*) acionados pelos subordinados, o autor supõe que entre os dominantes também existam tais momentos "sem máscara".

Para compreender o pensamento e ação política dos subalternos, sem atrelá-los à ignorância, ao conformismo ou à resistência martirizada (como muitas análises têm feito), o antropólogo propõe que se observe como os subalternos tecem suas ralas conquistas aproveitando-se das propostas implícitas nos próprios roteiros públicos. (Se, por exemplo, caridade faz aparentemente parte do pacto social, então o subalterno vai conscientemente tocar nesse tema para extrair benefícios de seu patrão.)

---

<sup>18</sup> The hidden transcript is thus derivate in the sense that it consists of those offstage speeches, and praticces that confirm, contradict, or inflect what appears in the *public transcript* (SCOTT, 1995, p. 4-5).

<sup>19</sup> " when the great lord passes the wise peasant bows deeply and silently farts"

Nesta negociação entre o aparentemente estabelecido e aquilo que se pode reverter, como no "jogo da cena" proposto por Scott, reconhecemos uma aproximação com os conceitos de De Certeau (1994) de **estratégia** e **tática**. De Certeau, no seu estudo sobre a "cultura popular" (no sentido de cotidiana), está preocupado em mostrar as resistências aos padrões de consumo. Sua análise nega a racionalidade do *mundus economicus*. Ao apostar na potência da "tática"<sup>20</sup>, em contraposição à noção de "estratégia"<sup>21</sup> ele quer revelar o invisível: a arte espontânea do fraco que o faz despregar-se do forte. Trata-se de ações e atos *ad hoc*, difíceis de capturar ou enxergar sua costura, pois são estabelecidas nas dobras da própria dominação.

Ambos autores – Scott e De Certeau – recuperam na análise social a criatividade e poder de "agência" dos sujeitos nas suas relações sociais. Ambos debruçam-se sobre as operações que parecem hoje estar encobertas por uma perspectiva racionalista que só vê lucidez nos esquemas dominantes. Apoiada em seus conceitos e nos de Colen (que exponho no capítulo dois) tentarei apontar uma interpretação do serviço doméstico, onde as empregadas domésticas não parecem nem passivas, nem alienadas, e onde suas interpretações da situação dominante-dominado adquire plausibilidade.

Para pôr em ação as idéias de Scott, foi necessário realizar uma pesquisa de campo etnográfico onde se pudesse observar não somente a interação entre empregadas e suas patroas, mas onde se conseguisse

---

<sup>20</sup> "Denomino ...'tática' um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, prepara suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O "próprio" é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para "captar no vôo" possibilidades de ganho.." (DeCERTEAU, 1994, p. 46 -47)

<sup>21</sup> "Chamo de "estratégia" o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder é isolável em um "ambiente" . Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito de um *próprio* e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi constituída segundo esse modelo estratégico" (DeCERTEAU, 1994, p. 46).

chegar, na medida do possível, "nos bastidores" para observar os comportamentos dos "subalternos" num ambiente relativamente afastado de seus chefes. Passo então a descrever meu procedimento metodológico, acionado para realizar estes objetivos.

### **Caminhos Metodológicos**

A primeira parte do trabalho de campo foi realizada em Vitória, capital do Espírito Santo, durante o ano de 1996, sob financiamento e orientação da Fundação Carlos Chagas. Nesta fase da pesquisa, estávamos interessados em estudar a circulação de saberes entre empregadas doméstica e seus empregadores. Iniciamos concentrando as observações na casa das patroas, realizando entrevistas com as patroas e empregadas. Analisando as entrevistas iniciais, percebemos que esta circulação de saberes devia ser perseguida não apenas entre patrões e empregadas, mas na própria rede de sociabilidade das empregadas (sobretudo suas "colegas"), assim como na sua trajetória familiar. Optamos então por utilizar como recurso metodológico, a investigação de redes de sociabilidade, tal como foi definida por Elisabeth Bott (1976).

Investigamos seis redes de empregadas e empregadores, contando com 21 mulheres como informantes diretas (sendo 6 patroas, 10 empregadas e 1 empregada que também era empregadora). Este número pode ser alargado para 60 pessoas aproximadamente, se considerarmos a rede de parentes e de sociabilidade destas mulheres que foram contatadas.

Utilizamos, em alguns casos, entrevistas semi-estruturadas, com auxílio do gravador, onde buscamos reconstruir a história de vida e a trajetória profissional das mulheres, sobretudo aquelas que se constituíram como ego das redes. Também usamos recursos fotográficos e fílmicos. Estes

procedimentos metodológicos tiveram destaque na primeira fase da pesquisa, entre 1995 e 1996, por dois motivos principais: primeiro o vídeo e a fotografia serviram como elementos de comunicação entre pesquisadores e as empregadas domésticas. Na casa da patroa, a aproximação com as empregadas, pela demarcação diferencial de nossas identidades, era muito truncada, as conversas não fluíam, as respostas às minhas perguntas eram curtas e pontuais. Conseguia reconstruir um pouco de suas trajetórias pessoais, mas a linearidade das minhas perguntas não estava presente nas respostas delas. Às vezes, ouvi queixas ou fofocas sobre colegas e patroas, porém depois de deixar bem claro “de que lado eu estava”.

Entretanto, quando o vídeo e a fotografia entravam em cena, todo um diálogo se estabelecia. Não só de informações sobre elas, seus gostos, suas memórias, seus comentários sobre as pessoas e lugares, mas também sobre a pesquisa. A Câmara, como diz, Clarice Peixoto (1995), ajuda a situar o antropólogo. O acesso cada vez mais facilitado à tecnologia do registro visual tornam a presença do fotógrafo/videasta muito mais ‘familiar’ do que a do pesquisador.

O material iconográfico foi de grande valia para atingir nosso segundo objetivo naquela fase da pesquisa: devolver a investigação aos informantes. Uma vez que o mundo letrado tem pouca penetração entre as empregadas domésticas, foram estes registros que colocaram os resultados da pesquisa a seu alcance. Em 1998, realizamos duas exposições fotográficas: uma na Universidade Federal do Espírito Santo e outra em Jardim Veneza.

Finalmente usamos as fotografias seguindo os passos de Malinowski, procurando que as mesmas façam parte do texto etnográfico, informem o leitor tal qual as descrições escritas. Por esse motivo, as fotografias estão distribuídas ao longo do corpo do texto (SAMAIN, 1995).

Contudo, a técnica de campo principal foi a observação participante com padrões e empregadas domésticas, acompanhando suas redes de parentela e

sociabilidade, assistindo tanto o trabalho da empregada na casa de seus empregadores, quanto seu próprio cotidiano doméstico. Entre a maioria dos patrões, a aproximação foi mais restrita, constituindo-se basicamente em situações formais de entrevista, que raramente passaram da sua sala de visitas.

Meu projeto de pesquisa previa selecionar aqueles patrões correspondentes às domésticas investigadas. Também deveria procurar recobrir uma certa heterogeneidade típica das classes médias. Lançando mão da noção de "grupos de *ethos*", queríamos abarcar indivíduos que, mesmo não partilhando de uma rede comum de sociabilidade, vivenciassem "um elenco comum de valores específicos, de *ethos*, ou seja um mesmo universo simbólico" (Salem, 1986, p. 27).

Entretanto, logo nos primeiros meses de estudo, ficaram patentes os limites de realizar uma pesquisa de campo clássica com os patrões. Entrevistar a dupla patroa-empregada começou a gerar um clima de desconfiança entre os pesquisados de ambos universos. Por um lado, as patroas supunham que eu lhes pudesse passar informações sobre o cumprimento das tarefas e da moralidade das empregadas e, por outro lado, as domésticas mostravam reservas nas nossas conversas, temerosas de um cruzamento de informações. Também as entrevistas com os patrões não passavam da sala de visitas, pois não é facilmente admissível para uma família de classe média brasileira suportar um estranho, não serviçal, partilhando da privacidade de seu cotidiano<sup>22</sup>. Além disso, a maioria dos patrões selecionados trabalhava fora, restando-me o final de semana para observá-los, o que constituía-se em mais uma invasão na intimidade deles. Essas dificuldades aliadas ao meu objetivo principal, que era compreender como **as empregadas domésticas** construam e liam seu relacionamento com as famílias de classe média, fizeram-me voltar os olhos para o cotidiano

---

22. O trabalho etnográfico com camadas médias urbanas já é uma tradição na antropologia brasileira. A maioria dos pesquisadores manifestamente refere-se a construção de redes de informantes, tomando seu círculo de convivência ou de alguém próximo como referência (VELHO, 1975,1989; SALEM, 1986; BARROS, 1987)

de trabalho dessas mulheres trabalhadoras dentro dos lares de classe média. Observando o cumprimento de suas tarefas, acabei também interagindo mais facilmente com as crianças, filhas dos patrões, as quais passam grande parte do dia na convivência com as empregadas.

Ao longo de uma pesquisa, os procedimentos metodológicos vão se delineando conforme as situações apresentadas e as adequações que o pesquisador é obrigado a fazer acabam lhe ensinando boa parte das características de seu objeto. Além dos limites expostos acima, um incidente pessoal – uma gravidez de alto risco – levou o trabalho de campo para caminhos inusitados. Durante 5 meses estive submetida a um repouso forçado devido a uma gravidez de alto risco. No lugar de impossibilitar um processo de investigação, meus problemas de saúde fizeram os dados baterem à minha porta. As visitas dos amigos, vizinhos, empregadas e crianças do prédio, fizeram o universo de pesquisa imergir completamente no meu cotidiano, muito mais do que eu pretendia. Se bem que a perspectiva intersubjetiva estivesse já intrinsecamente vinculada à natureza desta pesquisa de "mulher sobre mulheres", no projeto inicial eu tomara algumas medidas distanciadoras procurando informantes fora da minha rede de relações. Os meses dentro de casa, tendo, muitas vezes, apenas o corredor do prédio como espaço de convivência pública, acabaram por exacerbar minha condição de "mulher no lar", tornando-me uma observadora mais atenta ao cotidiano das crianças; uma vizinha mais disponível para conversas, queixas, confidências e uma "patroa" presente - não apenas para comandar, mas também para ouvir.

Muitas vezes fui surpreendida com relatos e explicações de patrões (amigos ou vizinhos) quando nada estava a perguntar. Meus amigos, ao anteciparem as respostas, estavam precavendo-se da minha atividade investigativa, projetando explicações e justificativas, demarcando cada vez mais o quanto essa relação patrão-empregada é delicada e imensamente presente no dia-a-dia da família brasileira de classe média e alta. Muitas

vezes, era tratada como "consultora", questionada para explicar as atitudes indecifráveis "delas" - as empregadas.

Os livros na cabeceira, a angústia expressada ante o trabalho estacionado, os olhos e ouvidos espichados nas lides domésticas e relações de patrões e empregadas deixaram claro as coisas que andava a pesquisar. Entretanto, poucos foram os vizinhos que foram formalmente convidados a participar da pesquisa. Mesmo que eles não tenham tornado-se sujeitos formalmente investigados, aos poucos foi ficando claro que seria pouco sincero deixar de admitir que aqueles fatos que se desenrolavam diante de mim não contavam na hora de balizar minhas hipóteses de investigação. Na verdade, a condição de patroa me oportunizou ir ao encontro da orientação metodológica de "olhar atrás dos bastidores", como sugere a perspectiva de James Scott (1985; 1990), cuja linha teórica sustenta esta tese.

Toda essa situação impôs mais radicalmente do que eu estimava a perspectiva intersubjetiva dessa investigação, e finalmente admiti que meu próprio mundo de sociabilidade não poderia deixar de ser um dos elementos da reflexão. Assim sendo, as relações observadas no meu cotidiano constituíram-se, ao menos, em fontes de informação para serem contrastadas e completadas posteriormente com uma seleção empírica mais orientada para as necessidades explicativas das hipóteses. Diferentemente dos demais pesquisadores das camadas médias (conforme rodapé 22), tomei os dados de maneira menos formalizada, como se fazia tradicionalmente trabalho de campo, eu não anunciava a cada pessoa que suas atitudes transformavam-se em fontes de investigação no meu diário de campo. Mais uma vez, me vi diante dessa condição de pesquisadora do muito próximo<sup>23</sup>, quando é necessário processar as informações que captamos não no cérebro, mas na alma. Tratava-se de vivenciar aquilo que aprendi nas primeiras lições de antropologia:

---

23. A discussão sobre a peculiaridade do estilo brasileiro de investigar a nós próprios têm sido levantada em textos como o de Peirano (1999), Velho (1978), Matta (1981).

... quando a disciplina se volta para a nossa própria sociedade, num movimento semelhante a um auto-exorcismo, pois já não se trata de depositar no selvagem melanésio o mundo de práticas primitivas que se deseja objetivar e inventariar, mas descobri-las em nós, nas nossas instituições, na nossa prática política e religiosa. Problema é, então, o de tirar a capa de membro de um grupo social específico para poder - como etnólogo - estranhar alguma regra social ou familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os "porquês") o exótico que está petrificado dentro de nós pela retificação e pelos mecanismos da legitimação (DAMATTA, 1981, p. 157 e 158).

Por estes motivos apresentados, a pesquisa sistemática com os padrões resumiu-se quase sempre a entrevistas abertas, às vezes filmadas. Mesmo não sendo eles – os padrões – o foco das minhas análises, são eles que emolduram o *frame* da análise. Diversamente da segunda parte da pesquisa, quando investiguei as empregadas domésticas no seu local de moradia apresentando-as como personagens da pesquisa, tomo aqueles padrões do meu próprio círculo de sociabilidade (os quais não estavam plenamente cientes de que faziam parte das minhas observações) como “entidades espectrais” – presentes na análise através de elementos como suas queixas, mas não como personagens empiricamente demonstrados.

As seis patroas formalmente entrevistadas ocupam posições sociais distintas nos extratos sociais e culturais da sociedade capixaba. Duas delas pertencem ao que denomino de “elites”. São de famílias tradicionais do estado, proprietárias de extensas áreas rurais e urbanas. Ambas têm formação universitária. A mais moça (por volta de 45 anos) exerce profissão liberal e é casada, mãe de dois filhos. A mais velha (70 anos) é divorciada, tem duas filhas e 4 netos, nunca trabalhou fora, consome seu tempo dedicando-se à filantropia religiosa e a constantes viagens ao exterior.

As outras patroas estudadas pertencem às chamadas “camadas médias”. Nenhuma freqüentou cursos universitários, alegando uma trajetória geracional de formação para o trabalho doméstico. As duas mais moças (45 anos) tornaram-se funcionárias públicas. O trabalho remunerado para elas foi colocado por premências da vida familiar (viuvez e morte prematura do pai) e não por escolhas individuais. Suas rendas pessoais variam entre oito e treze



salários mínimos. Apenas uma delas permanece casada. A mais velha (65) é dona de casa.

Uma das patroas que entrevistei ficou, infelizmente, de fora de minhas análises mais conseqüentes porque a conheci muito pouco tempo antes de ficar impossibilitada de deslocar-me de casa, não sendo possível dar continuidade às observações. Seu caso apresenta certas peculiaridades que julguei importante mencionar, ao menos para sugerir pistas para futuras investigações. Trata-se de uma senhora (65 anos), primários incompletos, moradora de um bairro da periferia, não trabalha fora, vivendo da aposentadoria do marido operário da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Moram com ela suas 4 filhas solteiras e um filho separado. Entre as patroas pesquisadas é a única negra. Significativamente, a situação em sua casa destoava de toda e qualquer caracterização do restante da amostra de patroas. Na sua casa tive dificuldade para reconhecer quem eram suas filhas e quem era a empregada. Esta ausência de distinção não pode ser reduzida à cor dos informantes. A estética do vestuário, do cabelo e a intimidade da menina-empregada na casa da patroa tornava seu comportamento muito similar ao das filhas desta. A empregada mostrava-se mais tímida na nossa presença que os demais membros da família, entretanto, é interessante notar que entre todas as empregadas entrevistadas era a única que não realizava sozinha as tarefas domésticas. Cada filha, mesmo trabalhando fora (como manicura e cabeleireira a domicílio), era responsável pela arrumação de seu quarto e lavagem da roupa pessoal. A mãe era encarregada de preparar as refeições. As tarefas da empregada eram arrumar a sala, limpar os banheiros, a cozinha e as varandas, mas, sobretudo, fazer companhia para a patroa que julgava-se muito solitária com as filhas trabalhando fora. Os homens da casa não tinham funções domésticas. Poderíamos talvez investigar sobre a trajetória das famílias de operários, sem esquecer, sobretudo, da especificidade da construção das relações de gênero nestes espaços. Até que ponto o recorte étnico pode explicar essas aproximações entre patrões e empregadas é uma reflexão que também merece investigação mais aprofundada.

O resultado do primeiro ano de pesquisas indicou a necessidade de um aprofundamento dos dados sobre a vida das empregadas domésticas fora do espaço de controle patronal. Experiências dos primeiros contatos nos locais de moradia das empregadas levaram-me a considerar que um trabalho de campo mais clássico, com a permanência prolongada no bairro, poderia permitir um distanciamento maior. Penetrar densamente no cotidiano extra-profissional daquelas mulheres, compartilhar do movimento das ruas, fazer compras, desfrutar de sua mesa e de suas acomodações poderia ajudar a balizar aqueles dados que foram colhidos tão perto de casa.

Para tanto, durante cerca de um mês, no ano de 1998, eu e meu pequeno filho Ramiro (na época com 2 anos de idade) moramos no Jardim Veneza, bairro de periferia de uma cidade-satélite de Vitória, o município da Serra. Fazíamos as refeições e passávamos grande parte do dia na casa de Edilene – que estando desempregada, nos serviu de guia. Sua sogra Claudina nos ofereceu o quarto de sua filha recém-casada. Foi uma recepção honrosa, pois desfrutamos de acomodação luxuosa para o Jardim Veneza. Fomos colocados na casa de Claudina, acredito que justamente por ela ser considerada a casa mais chique do bairro: nosso quarto tinha além de uma cama de solteiro (emprestada pela nora), um tapete vermelho (emprestado pela patroa da dona da casa), um armário de mogno "finíssimo" para o lugar, além do conforto de um ventilador de teto - único alento para sobreviver à manta de mosquitos que chegava com a noite. Apesar de toda esta comodidade, na primeira noite descobrimos que não havia dentro de casa nenhuma pia (de banheiro ou de cozinha), nem vaso sanitário.

As marcas do lugar social dos indivíduos dificilmente são apagadas na sociedade brasileira. A despeito de meus esforços de interação com as empregadas, meu tom de pele, meus gestos e minhas vestes jamais passaram despercebidos. Sempre fui tratada como patroa naquele bairro; íntima, mas patroa. Fosse ao me consultarem sobre o que comer, fosse tentando me arrancar todo níquel possível apresentando um rol infindável de

necessidades, que a boa educação me mandava colaborar. De toda forma, nada da nossa diferenciação social calou mais forte do que quando voltávamos – Ramirinho , Edilene e eu – por algum motivo para Vitória. Todo meu esforço de atenuar a distância, se aniquilava. Nas casas onde éramos recebidos, somente eu e Ramirinho tínhamos lugar à mesa. A nossa amiga Edilene – com quem tomávamos café de manhã sentados no chão de sua varanda, com quem cochilávamos, depois do almoço, na mesma cama, com quem lavávamos os pratos, de quem ouvíamos confidências sobre seus parentes e vizinhos – ficava em pé, nas nossas costas, esperando as ordens e as sobras dos nossos bifés. Eu me corroía com esta situação, que, antes da minha estada no bairro, era tão costumeira de qualquer casa brasileira. Edilene, mais sábia, esperava a gente colocar o pé na rua, para voltar à intimidade de suas piadas jocosas.

Minha condição de patroa não foi ofuscada, tampouco. Ainda que andasse pelo bairro desenhando mapas e fazendo anotações e perguntas, a concretude de pesquisadora, para estas pessoas pouco familiarizadas com a atividade acadêmica, era bem menos palpável do que a de patroa de Edilene. Fui muito bem recebida, porém sempre vista como uma patroa preocupada em "ver como as empregadas realmente vivem".

Além do convívio diário com as famílias, fiz um "plano geral da aldeia": visitei o comércio, freqüentei as igrejas, conheci os locais para beber e para dançar, entrei em contato com os estabelecimentos de ensino, procurei as instituições públicas, ouvi muito sobre a história e organização do bairro.

Entre, também, em contato com o Sindicato das Empregadas Domésticas de Vitória, onde, além de constatar que tipo de dados seus arquivos poderiam fornecer, entrevistei a diretoria sobre a história da formação do sindicato, como também sobre suas trajetória de domésticas a sindicalistas. Tendo que recortar meu objeto, deixei de aprofundar a maior parte deste material do sindicato. No entanto, no último capítulo desta tese,

tocarei brevemente em alguns destes dados, especialmente no sentido de levantar pistas para futuras pesquisas.

## **A localidade**

A introdução a esta pesquisa não poderia omitir uma breve descrição da localidade em que realizei a pesquisa, com o objetivo de ressaltar o contexto político e econômico geral, assim como certas especificidades do lugar.

O Espírito Santo marcou sua história por uma posição periférica e subdesenvolvida em relação aos estados vizinhos (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), detentores de grande parte do poder econômico e político do país (MEDEIROS, 1977). Desde sua ocupação como capitania em 1535 até meados do século XIX, viveu uma longa fase de cultura de subsistência, quando mais serviu de forte protetor às explorações da região das minas. A partir de então, o estado manteve sua estrutura político-econômica atrelada ao modelo agrário-exportador, concentrando a produção na monocultura cafeeira e alguns poucos produtos de subsistência, como a mandioca, a cana-de-açúcar, além da extração de madeira (CELIN, 1982)<sup>24</sup>.

Na década de setenta, seguindo os projetos nacionais de desenvolvimento que previam a integração de regiões periféricas através da expansão do capitalismo financiado pelo Estado, o Espírito Santo desencadeou uma política de modernização da economia, que se consolidou na implantação dos “Grandes Projetos de Impacto”. Tratavam-se de enormes complexos infra-estruturais voltados para o incremento da exportação de minério de ferro e de produtos siderúrgicos. Tais empreendimentos contaram

---

24 Segundo Medeiros, até a década de sessenta do século XX “o café sempre representou 60/80% da receita estadual, determinou a urbanização das principais cidades, forneceu subsídios para uma industrialização incipiente e elementos para infra-estrutura estadual, sendo também responsável pela formação dos barões do café do Espírito Santo e pela estruturação das oligarquias que ocupariam o poder estadual - as figuras do partido Social Democrático, dominante na história eleitoral do Estado” (1977).

com a participação do Estado, tanto enquanto financiador dos investimentos através da infra-estrutura de produção e escoamento, quanto da implantação de políticas de atração de mão-de-obra (BANCK e DOIMO, 1988).

O fenômeno da favelização e da ocupação irregular dos morros e mangues da Grande Vitória, desencadeados na década de setenta e oitenta – onde se inclui a história de Jardim Veneza – esteve fortemente vinculado a este processo de modernização industrial do estado. Os analistas do período apontam dois fatores como responsáveis diretos pelo aumento populacional da região da Grande Vitória (composta pelos municípios de Cariacica, Viana, Vila Velha e Serra).

Os estudos sobre a migração rural-urbana mostram que foram os programas de erradicação dos cafezais que retiraram cerca de 150 mil pessoas do campo e a repercussão das propagandas estatais capixaba junto à população de Minas Gerais e do sul da Bahia que começam um movimento migratório em busca de empregos na capital capixaba (SIQUEIRA, 1995; CELIN, 1982).

O município da Serra será, a partir da década de oitenta, um dos mais cobiçados porque ali foi instalado o maior complexo industrial do estado, com indústrias de grande porte como a Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST; o Terminal Industrial Multimodal da Serra-TIMS; o Complexo Portuário Praia Mole.

O esforço de investimento do Estado, enquanto assegurador das condições infra-estruturais e parceiro do capital privado, não foi idêntico na garantia de políticas sociais que prevenissem os problemas de habitação, saneamento, segurança, educação e saúde (BANCK e DOIMO, 1988). A ocupação de Jardim Veneza, onde realizei a pesquisa de campo nas casas das empregadas domésticas, surge como consequência da impossibilidade de absorção da mão-de-obra atraída para o Estado pelos grandes projetos.

Essa pesquisa lida, portanto, com um fenômeno que poderia ser localizado em qualquer canto do Brasil – as relações entre empregadas domésticas e suas patroas, mas que pode possuir contornos particulares em função do quadro particular da capital de Vitória. Embora nossa pesquisa não proponha fazer comparações sistemáticas, levantarei hipóteses – especialmente no capítulo final – sobre possíveis diferenças entre o que observei no Espírito Santo e o que vivi no Rio Grande do Sul.

Cabe, agora, expor rapidamente a estrutura desta tese. Evitando de afogar a etnografia em "toneladas de teoria" (GEERTZ, 1988), resolvi separar os capítulos conforme o velho esquema – marco teórico-analítico primeiro, dados empíricos depois. Justamente para não cortar a etnografia, deixo os comentários e comparações bibliográficas nos rodapés.

A discussão bibliográfica elaborada no primeiro capítulo, elencando algumas obras sociológicas e históricas sobre o serviço doméstico, informa a organização dos capítulos etnográficos. No capítulo dois e três – pensando a empregada no seu lugar de trabalho (a casa da patroa) – tento responder, em parte, às ânsias feministas sobre desigualdade e afeto. No capítulo quatro volto a atenção para a vida familiar das próprias empregadas – procurando melhor entender os valores hierárquicos e "práticas" de ação, típicas deste universo, os quais informam a maneira como a empregada enfrenta ou se esquia do conflito com as patroas. Assim, tento dialogar com os historiadores sociais sobre o lugar da hierarquia na sociedade moderna. No capítulo cinco examino a minha própria experiência em campo, quando, a partir da minha própria inserção em campo, pude tomar contato mais efetivo com os roteiros encobertos (hidden transcript) dos subalternos. "Conclusões" – inseridas no capítulo seis, mais uma vez pensando nos ensinamentos de Geertz, não parecem ser grande coisa deslocadas da etnografia. Nelas procuro suscitar algumas questões sobre clientelismo e cidadania.

Quando já havia praticamente concluído a tese, cheguei à conclusão que Vitória não é tão grande para que a identidade dos meus entrevistados

permanecesse protegida. Decidi, então, colocar nomes fictícios tanto para as pessoas, quanto para os bairros. No entanto, esse procedimento se mostra incongruente com a inserção das fotografias. Como seria muito difícil suprimi-las a esta altura, sugiro que esta versão tenha circulação restrita, até que eu enfrente tais contradições da composição de trabalho.

## **1 SERVIÇO DOMÉSTICO: DO DESENVOLVIMENTISMO À DENÚNCIA**

Antes de seguir nosso estudo empírico queremos comentar como a discussão sobre o serviço doméstico desenvolveu-se na academia e indicar

de que forma essa discussão influenciou nosso olhar sobre os dados recolhidos em campo.

A maior parte da literatura produzida nas Ciências Sociais, que configurou o debate sobre o serviço doméstico, é influenciada, por um lado, pela teoria da modernização e, por outro, pelas preocupações feministas. Esta discussão será apresentada na primeira parte deste capítulo, onde desdobramos essa abordagem em obras mais centradas nas relações de trabalho e nas que destacam as representações que acompanham o serviço doméstico. Prosseguimos, então, nossa discussão teórica com a contribuição dos historiadores sociais, os quais nos auxiliaram a colocar em relevo a perspectiva étnica, tanto das trabalhadoras, quanto de seus patrões.

### **1.1 Serviço doméstico e as teorias da modernização**

Dentro da literatura científica o tema serviço doméstico começa a ter visibilidade nos anos 70 influenciado, por um lado, pelas teorias da modernização, e por outro, pelas discussões feministas<sup>25</sup>.

Na Sociologia norte-americana de então, o declínio do número de pessoas ocupadas com o serviço doméstico foi interpretado como o resultado do desenvolvimento tecnológico. A industrialização teria implementado uma diversificação produtiva tal que o mercado de trabalho para a doméstica teria tornado-se pouco atrativo, assim como as novas tecnologias teriam aliviado consideravelmente o fardo do trabalho doméstico, permitindo que a dona de casa, sozinha, pudesse executá-lo (COLLVER; LANGLOI, 1962; CHAPLIN, 1978; entre outros).

---

<sup>25</sup> As críticas à teoria da modernização cunharam o termo “desenvolvimentista” para divergir da noção de modernidade que aquela teoria portava, a qual propunha modelos de desenvolvimento totalmente desvinculados da realidade local das sociedades consideradas “subdesenvolvidas”. Sobre a ascendência da teoria da dependência nas Ciências Sociais brasileiras pode-se consultar Weffort, 1970.



TABELA 1: Mulheres empregadas em serviços domésticos particulares no Estados Unidos – 1940-1990

Ano	Nº. de empregadas em serviços domésticos particulares	% do total do emprego feminino nessa ocupação
1990	494.920	0,94
1980	562.886	1,4
1970	1.109.855	3,8
1960	1.664.763	7,9
1950	1.337.795	8,5
1940	1.976.078	17,7

Fonte: Milkmann, Reese e Roth, 1998, p. 152.

Para estes autores, uma alta taxa de mão-de-obra feminina empregada no serviço doméstico seria típico de economias em processo de desenvolvimento, como aponta a tese do historiador B.G. Higman (1993) ao comparar as realidades da Jamaica com a dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha com a da América Latina. Para este, mesmo que a urbanização e a industrialização tenham proporcionado um aumento do serviço doméstico através do surgimento de uma classe média empregadora, essa tendência tenderia a cair conforme o desenvolvimento da mecanização e comercialização das tarefas domésticas, além, é claro, do aumento das oportunidades de emprego para as mulheres.

Tributários de uma tradição parsoniana, esses autores estabeleceram uma correlação imediata entre desenvolvimento tecnológico e igualitarismo social. Autores como Coser (1973) e Boserup (citada por Hill, 1995c) chegaram a preconizar o fim do serviço doméstico nas sociedades “modernas”, como resultado do triunfo das relações igualitárias entre os indivíduos.

O impacto das teorias da modernização teve sua versão latina nos debates sobre a organicidade da dependência dos países periféricos às economias do primeiro mundo. A teoria da modernização, aqui numa vertente fortemente inspirada no materialismo histórico, desenvolve uma matriz explicativa baseada na noção de desigualdade, e orientada pela denúncia da exploração, onde postula-se que, em vez de “desenvolvimento”, o “avanço capitalista” trouxe as formas mais sofisticadas de exploração. Conforme a instrutiva leitura de Elisabeth Lobo (1991), foi através das preocupações com a reprodução das desigualdades, e das estratégias de sobrevivência trazidas por essa teoria, que o trabalho feminino teve visibilidade acadêmica. Portanto, foi dentro das marcas das teorias da modernização que o trabalho doméstico tornou-se uma problemática relevante para as Ciências Sociais latino-americanas, concentrando o maior número de estudos sobre o assunto.

No Brasil, podemos observar o impacto das teorias da modernização na produção acadêmica sobre trabalho e gênero. A sociologia do trabalho no Brasil até a década de 70 manteve-se praticamente silenciosa em relação às questões sobre mulher e trabalho. Como analisou Lobo (1991), esta área estava profundamente preocupada com as questões acerca do sindicalismo e do corporativismo, permanecendo impermeável às discussões suscitadas em torno do trabalho feminino. Para a mesma autora, esse silêncio é consequência da forte influência da teoria marxista que, ao centrar a problemática social na luta de classe, assumiu um ponto de vista universalizante e masculino:

....a unidade da relação de classe apenas admite uma situação específica das mulheres, enquanto mais exploradas, frente ao universal masculino. Mas sua situação ambígua no trabalho produtivo, na medida que são precariamente operárias, as exclui da classe operária (LOBO, 1991, p.8).

Apenas o trabalho pioneiro de Helieth Saffioti, *Emprego doméstico e capitalismo* (1976), quebrou este silêncio. Seu trabalho também recoberto pela perspectiva da modernização (embora num espírito crítico) sublinha a

agudização da exclusão das mulheres no mercado de trabalho industrial. Ainda que Saffioti vinculasse demasiadamente a subordinação feminina à dependência econômica de que o gênero acarreta, seu livro teve o mérito de levantar a voz sobre divisão sexual do trabalho num espaço acadêmico pouco preocupado com as questões do gênero, e muito menos com o trabalho doméstico. Saffioti estabeleceu o debate decorrente sobre o conceito de trabalho doméstico, discutindo sobre seu lugar no modo de produção capitalista. A sua tese de que o trabalho doméstico seja resultado de uma articulação entre o modo capitalista de produção com formas não capitalistas de trabalho, ora será confirmada (MOTTA, 1977; 1981), ora será rejeitada (FARIAS, 1983) num nível sofisticado de discussão da teoria sociológica marxista, mas que pouca novidade trouxe para a compreensão das mulheres envolvidas no serviço doméstico.

Sem dúvida, a obra que recentemente tem marcado os estudos sobre serviço doméstico na América Latina é *Muchacha, cachifa, criada, empleada, empregadinha, sirvienta, y ... más nada*. Este livro pode ser considerado herdeiro das linhas de análise mencionadas acima.

Nele é possível tomar contato com o pensamento social predominante na década de 90 sobre serviço doméstico. Seus méritos não são poucos: a amplitude do material reúne 22 artigos de diversas áreas como Sociologia, História e Antropologia e mais um banco de dados sobre autores e obras da área temática. Nesta coletânea encontramos pela primeira vez na América Latina uma sistematização de dados que possibilitam um olhar comparativo – tanto em termos das condições atuais do serviço doméstico, quanto da configuração histórica neste tipo de trabalho – sobre a realidade do serviço doméstico na América Latina e no Caribe.

Na diversidade de seu conjunto, o que sobressai é um esforço para caracterizar o serviço doméstico em países como Chile, Colômbia, Peru, Venezuela, Cuba, República Dominicana, Uruguai, Argentina e Brasil. Os autores revelam que o serviço doméstico corresponde, atualmente, a 20% da

força de trabalho feminina remunerada na América Latina. Trata-se de uma atividade massivamente feminina (95% do serviço é prestado por mulheres) e que, enquanto tal, é desvalorizada tanto pelos governantes quanto pela população em geral. Uma demonstração desta depreciação é a consideração que para o cumprimento do serviço doméstico não é necessário treinamento ou qualificação, pois ideologicamente pondera-se que a "mulher nasceu para isso". *Muchacha...* mostra que o serviço doméstico é mal remunerado, não dispõe da mesma cobertura de direitos que outras profissões conquistaram, é realizado, em geral, por uma pessoa isolada, tornando a atividade invisível para as próprias trabalhadoras e dificultando sua organização. Outra característica dessa categoria é que suas lideranças desconfiam das organizações feministas.

A principal questão acerca da desigualdade política que a inserção profissional como doméstica acarreta para estes autores é a base clientelista da relação entre empregadas e patrões (este é um ponto de interrogação comum de grande parte das pesquisas sobre empregadas domésticas). A acusação ao clientelismo, muitas vezes, é identificada com a questão do personalismo ao qual este tipo de serviço está submetido. Segundo Magdalena León, em seu artigo publicado em *Muchacha...*, não podemos considerar o serviço doméstico apenas como "uma atividade de mercado que se compra e vende força de trabalho, mas também como um modo de vida" (1993, p. 281), pois as empregadas vivem a maior parte do seu tempo num entrelaçamento entre o mundo público – o cumprimento de uma atividade profissional – e o mundo privado, uma vez que a tarefa é cumprida no ambiente doméstico. Esse convívio aporta uma gama de contradições geradas pela relação que se estabelece entre patroas e empregadas. São apontadas as ambigüidades a que estão submetidas as servidoras domésticas, na medida em que elas realizam o serviço dentro de um espaço privado, onde normas de afetividade estão em vigor. Em *Muchacha...* a maioria das autoras considera esse tipo de conduta como estando atrelada aos interesses dos patrões para manter um relacionamento assistencialista estruturador da subjugação dessas trabalhadoras. O clientelismo dessas

relações é identificado a raízes históricas da organização familiar patriarcal, o qual assume formas perversas na atualidade. Em *Domesticidade: "cativoiro" feminino?* estas relações são paradigmaticamente descritas por Farias:

Estruturalmente essa relação social de dominação-subordinação torna ao mesmo tempo muito próximos patrões e empregadas de condição social muito desigual, caracterizando-se por isso, politicamente, como uma relação injusta e intrinsecamente violenta. A violência implícita nessa relação ordinariamente é mantida sob controle, por mecanismos de dominação e cooptação, característica da 'ordem' autoritária (paternalista inclusive) que permeia as relações familiares, assim como as relações patronais (1983, p. 11).

Um dado recorrente apresentado em *Muchachas..* são os depoimentos das empregadas domésticas, sejam elas sindicalizadas ou não, sobre a importância que elas atribuem aos chamados "bons tratos". Nas entrelinhas dos artigos percebe-se que essa reivindicação tem sido analisada como indicador de uma postura alienada frente à possibilidade da exploração que tais relações acarretam.

O título desse artigo introdutório de *Muchacha...* mostra claramente a proposta da obra: a estruturação de "um nuevo campo de investigación y de acción". Assim, a coletânea pretende tanto levantar dados empíricos, e tentar iniciar alguma síntese teórica, quanto comprometer-se com uma ação política. Nesse sentido, entre as virtudes reconhecidas pelas organizadoras do livro está sua plurivocalidade, uma vez que "tanto los investigadores como los representantes del grupo de estudio tienen una voz" (CHANEY, GARCIA CASTRO, 1993, p.15)<sup>26</sup>.

## 1.2 Balanço crítico dos estudos sobre serviço doméstico

---

<sup>26</sup> Adiante na seção "Problemas Metodológicos", refletimos sobre a plurivocalidade anunciada nesta obra

### 1.2.1 A falha evolucionista

Hoje parece evidente, aos estudiosos do tema, que as teses que pressupunham o desaparecimento do serviço doméstico nas sociedades “modernas” estavam equivocadas, quer porque desconfia-se das benesses técnicas do industrialismo, quer porque o serviço doméstico voltou a crescer em economias “desenvolvidas”, como nos Estados Unidos.

Existe, aliás, um debate sobre até que ponto o desenvolvimento tecnológico aliviou o trabalho doméstico. Bridget Hill (1995c) apresenta dados da historiografia inglesa sugerindo que a carência tecnológica no século XIX era compensada por uma divisão sexual do trabalho mais parelha e por afazeres domésticos menos complexos. Numa época em que não se dispunha de sistema elétrico e/ou gás, nem esgotos e água encanada, e que, portanto, o abastecimento de água e combustível, sem dúvida, estava entre os trabalhos mais duros, essas tarefas eram divididas com os homens da casa e/ou entre vários criados. Pondera-se que, se estruturas sanitárias e de aquecimento trouxeram mais conforto, também fizeram com que essas atividades se voltassem com exclusividade para as mulheres. Outra tese de Hill é de que o incremento de novas tecnologias, antes de ter diminuído o trabalho doméstico, teria mudado seu significado, aumentando as exigências sobre seu cumprimento. Na Inglaterra do século XVIII, as casas não tinham tantos tapetes, papel de parede e cortinas. As exigências de limpeza eram outras (só trocavam a roupa para ir à missa). A comida em geral se restringia a um único prato em função da escassez de lenha e dos fogões à lenha serem abertos, sem chaminés. Com os fogões a gás chegou a proliferação de panelas e variedades de cardápios.

Elizabeth Bortolaia Silva, estudando a implementação dos fornos de termostato e de microondas no século XX, é menos cética quanto aos benefícios das novas tecnologias, mas faz uma ressalva: é necessário levar em conta “as diferenças de classe, poder aquisitivo e posição social entre as

mulheres” (1998, p. 50). Nos anos 30, a publicidade dos fogões a gás dirigia-se para as donas de casa da classe média. A “facilidade” tecnológica do termostato propagandeava a habilitação das mulheres para o exercício da domesticidade, “libertando-as” para atender a outros desejos de sua família. Porém, esta inovação tecnológica não substituiu a presença da empregada doméstica. A introdução do forno de microondas, nos anos 90, parece ter eclipsado a cozinheira, introduzindo novos atores na cozinha, como os homens e as crianças. Silva diz que estudos sobre o processo das inovações mostram que a tecnologia que efetivamente acabou se estabelecendo com o microondas foi a do tipo “conjugado”, que pressupõe que alguém (a cozinheira invisível/cozinheira (o) industrial) cozinhe e congele, para que os alimentos sejam depois aquecidos pela família.

A despeito das expectativas, pesquisas atuais têm chamado a atenção para o fato de o trabalho doméstico remunerado ter crescido nas últimas décadas em certos lugares, inclusive em sociedades com economia capitalista bem estabelecida. É o que revelam Milkman, Reese e Roth (1988) estudando a variação do serviço doméstico na proporção de mão-de-obra feminina nas décadas de 80 e 90, em grandes regiões metropolitanas dos Estados Unidos. Tomando dados do recenseamento de 1990 nos Estados Unidos, estas sociólogas mostram que, no sul da Califórnia, houve um leve aumento do número de empregadas domésticas trabalhando no setor. A variação entre as taxas de serviço doméstico de lugares como Honolulu, Milwaukee e Minneapolis (onde a taxa é menor que 0,5 %) e de Miami e Los Angeles (taxas de 2,00 a 2,30%) ultrapassam a cifra de dois por cento. Elas comparam estes dados com o índice de riqueza nestas populações e verificam que, segundo o Censo de 1990:

a razão entre a renda auferida pelas famílias 5% mais ricas e as 20% mais pobres era de 3,5 em Honolulu e de 3,8 em Minneapolis, enquanto Nova Orleans era de 8,4 e em Nova York, de 8,6. Los Angeles situava-se numa posição intermediária com a razão de 5,6 (MILKMANN, REESE, ROTH, 1988, p.157).

É com o argumento sobre desigualdade econômica que essas autoras justificam o crescimento do serviço doméstico nos Estados Unidos e sua variabilidade geográfica mundial. O aumento dos empregos domésticos coincidiu com o crescimento de mulheres da elite exercendo profissões liberais ou administrativas, as quais retêm maiores possibilidades para comprar trabalho doméstico de outras mulheres (ver também COLEN, 1995). Sem menosprezar os avanços trazidos pelos estudos de gênero, que contribuíram enormemente para o conhecimento sociológico, Milkmann, Reese e Roth realçam que, de certa forma, eles encerraram suas análises em segmentações étnicas e de raça, deixando um pouco de lado as determinações de classe. Questões como a migração e raça são também levantadas por esta pesquisa, confirmando os dados de Judith Rollins (1990) sobre a preferência por criadas "de cor" e oriundas de outras regiões e países para realização destes trabalhos. A participação de mães na força de trabalho é outro fator arrolado na expansão do serviço doméstico. Mas é na análise da desigualdade econômica que, lançando mão de uma comparação "macro-sociológica", verificam que os mesmos traços de desigualdade se repetem em diversos países:

Na Suécia, por exemplo, onde a distribuição de renda é muito mais igualitária do que nos Estados Unidos e em muitos outros países de alto grau de desenvolvimento, o número de trabalhadoras domésticas é mínimo. Em 1987, na Suécia, a parcela de renda auferida pelos 10% mais ricos da população era de 2,7 vezes maior do que os 10% mais pobres, enquanto, nos Estados Unidos, essa parcela era 5,9 vezes superior aos mais pobres (MILKMANN, REESE, ROTH, 1998, p. 153).

Enquanto os EUA empregam 1% da população feminina ativa no serviço doméstico, o Censo Nacional sueco de 1990 registrou o número absoluto de duas mulheres empregadas em serviços domésticos.

TABELA 2 Mulheres empregadas em serviços domésticos particulares no sul da Califórnia – Estados Unidos – 1980/1990.

Área	1980	% do total do	1990	% do total do
Metropolitana	N.º de empregadas em	emprego feminino nessa ocupação	N.º de empregadas em	emprego feminino nessa ocupação



	serviços domésticos particulares		serviços domésticos particulares	
Los Angeles –	24.788	1,66	41.988	2,30
Long Beach				
San Diego	4.357	1,32	7.193	1,39
Anaheim –	3.543	0,86	7.307	1,30
Santa Ana				

Fonte: Milkmann, Reese e Roth, 1998, p. 153.

### 1.2.2 O apego ao modelo de trabalho fabril

As questões levantadas sobre o nível de exploração ao qual estas mulheres estão submetidas nas relações de trabalho, na maioria dos estudos sobre trabalho doméstico, são importantes. Pela ampla representatividade da obra, voltamos a *Muchachas...* para melhor caracterizar sua perspectiva e dar continuidade ao debate que ela estabelece quanto ao predomínio do modelo taylorista-fordista.

Embora as organizadoras remarquem a necessidade de um aprofundamento teórico, indicando que os trabalhos da coletânea têm um caráter “muito descritivo”, os artigos são permeados por uma preocupação com a definição do trabalho doméstico remunerado, o qual os autores unanimemente nomearam de “serviço doméstico”, numa alusão às discussões teóricas estabelecidas nas duas décadas anteriores sobre o lugar da venda desse trabalho dentro do sistema produtivo capitalista. Os artigos descrevem as formas de opressão que as empregadas sofrem na execução do trabalho doméstico, quando o tempo e a definição das tarefas são determinados unilateralmente pela patroa. Com este intuito, as análises sobre o serviço doméstico em *Muchacha...* acabam tomando o trabalho fabril como modelo para relações de trabalho. Thelma Gálvez e Rosalba Todaro, por exemplo, exploram assuntos interessantíssimos e pouco tratados sobre queixas de patroas e empregadas a respeito do cumprimento das tarefas. Entretanto,

tomam o trabalho da fábrica como contraponto para caracterizar como abusivas as relações de trabalho no ambiente doméstico. Dizem as autoras:

con el uso de materiales en el trabajo: jabón, alimentos, petróleo, etc; porque es difícil establecer estándares de utilización; Por ejemplo, las proporciones en que se mezclan los alimentos son menos fijas que aquellas con que se fabrica una sustancia industrial por lo que el derroche está menos medido aunque puede estar igualmente controlado (GÁLVEZ, TODARO, 1993, p. 273).

As críticas realizadas nos artigos sobre o trabalho doméstico são calcadas no modelo taylorista-fordista da organização do trabalho (mesmo que poucos o citem diretamente) e a fábrica acaba por aparecer como espaço paradigmático – e, em certo sentido desejável – como referência para as relações de produção. Ou seja, sugere-se que a forma como as tarefas são prescritas e controladas no processo de produção fabril configuram relações menos ambíguas do ponto de vista dos antagonismos potenciais entre empregadores e empregados. Esse raciocínio tem como fragilidade sua dependência de uma visão simplificada e reduzida da experiência subjetiva do trabalho no espaço fabril. Parece-se esperar que um grau considerável de consciência de classe derive de forma mais ou menos imediata da dimensão contratual e das características técnicas do processo de trabalho. Não menos questionável é a valorização positiva que transforma essa vivência de trabalho em inserção ideal para o indivíduo no mercado de trabalho: ao vínculo formal mais tipicamente capitalista estaria associada uma representação de maior dignidade ou bem-estar, dificilmente reconhecível na realidade operária dos países latino-americanos.

Que o conceito de trabalho tenha sido bastante marcado pelas relações fabris é uma idéia já bastante comentada. Outra coisa é considerar o trabalho fabril como medida de avanço em termos da venda da força de trabalho, sobretudo no terceiro mundo, onde os trabalhadores nunca dispuseram das garantias que o Estado do Bem Estar Social tentou regular na Europa.

Não é apenas em *Muchachas...* que as condições de trabalho opressivas enfrentadas pelas empregadas domésticas são denunciadas. A denúncia é a tônica da maioria das publicações desde os anos 70 (SAFFIOTI, 1976; MOTTA, 1977, 1981; FARIAS, 1983; SANTOS, 1983; para citar os brasileiros). Concentrados na análise sociológica de exploração dessas mulheres, os autores acabam por não questionar até que ponto estão lançando mão de modelos explicativos que reificam conceitos e confundem categorias historicamente determinadas.

### 1.2.3 Problemas metodológicos

A “voz das domésticas” que escutamos em *Muchacha...* é aquela das mulheres organizadas em sindicatos. As representações da empregada comum, que não pertence a nenhum movimento político, e que, conforme o próprio livro, constitui a maioria desta categoria, aparecem subsumidas nas denúncias de exploração. Muitos estudos que denunciam a exploração do serviço doméstico (FARIAS, 1983) tomam essa mesma via de argumentação, ressaltando a desagregação e a falta de consciência política de toda categoria ocupacional, através da representação de um número pouco expressivo de trabalhadoras engajadas. Muitas obras adotam freqüentemente o recurso de elencar as percepções das domésticas (“sindicalizadas”) sobre o serviço doméstico, quando em geral ele aparece como preferível apenas à prostituição<sup>27</sup>.

Também a voz das patroas passa por um filtro seletivo. Ela aparece secundariamente, como um contraponto negativo às opiniões das

---

<sup>27</sup> Estudos etnográficos e históricos têm apontado que a prostituição e o serviço doméstico são ocupações complementares para muitas mulheres pobres (HILL, 1985b; FONSECA, 1996).

empregadas. Suas representações não são consideradas e a dominação acaba explicando-se *per se*<sup>28</sup>.

Enfim, entre outras objeções que podemos levantar nestas pesquisas, consta um questionamento acerca do contexto de obtenção dos dados. Até que ponto o contexto da pesquisa não define *a priori* a situação desvantajosa vivida pela empregada doméstica? Na minha pesquisa, muitas das domésticas pesquisadas preferiam o trabalho doméstico justamente por causa de suas características "clientelistas". Essa discrepância com outras pesquisas seria uma questão de amostra ou de abordagem? O local e o tipo de interação pesquisador-pesquisado não podem influenciar na tônica do discurso recolhido? Entre todas as investigações as quais tive acesso, apenas a de Barbosa (1998) contou com entrevistas realizadas na casa das trabalhadoras. Ainda assim, guiado pela temática da articulação casa/trabalho, não expandiu suas observações para as redes de sociabilidade das trabalhadoras para verificar como tais questões são articuladas em outros ambientes.

Quando deslocamos nosso trabalho de campo da casa da patroa para o bairro de moradia das empregadas, notamos que entre a vizinhança muitos padrões de relações clientelistas também lá se estabeleciam. A observação levou-nos a perguntar se esta é uma relação "estrutural" da situação de contato entre pessoas de *status* diferente, ou se, nessas relações assimétricas no bairro, outros significados culturais devem ser levados em conta.

De todo modo, a relação de dominação entre patrões e empregados não era suficiente para entender por que, entre pessoas pobres, algumas mantinham laços clientelistas com seus próprios amigos, engajando-se em relações de troca, exigindo sempre um contra-dom como resposta.

Procurando uma explicação para além de uma visão miserabilista para justificar o enorme tamanho da mão-de-obra envolvida na prestação de

---

<sup>28</sup> Como mostra muito bem o artigo de Hildete Pereira de Melo (1993).

serviços domésticos, me pergunto quais serão as vantagens que esta ocupação apresenta? Não é incomum encontrar citados nas pesquisas alguns benefícios reconhecidos pelas domésticas, porém suas opiniões sobre este ponto são, via de regra, interpretados como uma questão de falta de consciência política. Descrevendo o perfil político de empregadas domésticas, Farias (1983) criou uma taxinomia desapontadora:

Confrontando com as respostas que as empregadas deram a outras questões (por exemplo, se gosta do emprego e o que acha pior nele, dificuldades encontradas, etc.) teríamos os seguintes tipos: a) empregadas “conformadas” com a situação; b) empregadas “indecisas” e c) empregadas “inconformadas”. Entre as “conformadas”, poderíamos distinguir: as que chamaríamos de “agradecidas” – aquelas que não se acham merecedoras de nada e se mostram reconhecidas por qualquer atenção que lhes faça (como tivessem assimilado o desprezo que outros têm por sua categoria social); as “assimiladas” – que assumiram a identidade social atribuída pelos patrões (“são da família” – dizem – e elas repetem: “sou da família”); “desesperançadas” – são as que dizem que continuarão no emprego doméstico – “porque é o jeito,” “(...) devido à idade” ou “porque tem cabeça rude,” para conseguir algo diferente. (1983, p. 120).

Embora muitas obras falem de forma pejorativa em vantagens, na pesquisa de Cláudia Rezende (1995), *Empregadas Domésticas e seus Patrões*: amizade com desigualdade social e racial, estas assumem outro caráter. Ao analisar a amizade entre empregadas domésticas e patrões a partir de um ponto de vista ênico, estuda tanto os fatores que favorecem a escolha da profissão de doméstica, quanto as expectativas das patroas em relação a uma boa empregada. Rezende explora justamente o significado ambíguo, mas nem por isso negativo, da valorização da personalidade destas relações, as quais ela identifica com a noção de cordialidade brasileira, desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda, como “uma necessidade de estabelecer relações pessoais sempre e em todas as instâncias” (REZENDE, 1995, p. 16).

Além do contexto da obtenção do dado, outra preocupação me acompanha: a de relacionar a situação do serviço doméstico com a realidade mais ampla do mundo do trabalho para a população estudada. No Brasil, onde

trabalho manual é comprado extremamente barato, onde não se garante assistência social de qualidade (saúde, escolas, seguro desemprego, por exemplo) e onde os direitos trabalhistas são constantemente burlados, uma relação personalista talvez seja a melhor solução encontrada em momentos de crise para as pessoas pobres. Considerações de que o serviço doméstico possa ser uma atividade estratégica para pessoas em situação de desvantagens políticas e sociais já foram levantadas em análises de situações bem menos árduas do que a brasileira. Colen (1995), por exemplo, mostra que o serviço doméstico nos Estados Unidos é tomado como uma das estratégias menos desgastantes para imigrantes caribenhas que não possuem *green card* (visto permanente). Até mesmo os agentes da imigração recomendam as latinas a procurarem patrões que lhes dêem patrocínio para a consecução de uma futura permanência legal no país. Também Milkman, Reese e Roth disseram:

O emprego doméstico tem realmente características especiais- o isolamento social; a unidade entre local de trabalho e moradia no caso da patroa (e também das domésticas que dormem no emprego), com a intimidade que isso implica, além de uma ignóbil falta de regulação social ou estatal- que favorece determinadas formas de super exploração. No entanto, comparada com um emprego numa confecção que paga salários de fome, ou na agricultura, ou mesmo numa lanchonete em troca de salário mínimo, trabalhar como empregada doméstica pode ser relativamente atraente, apesar de tudo que se diz ao contrário” (1998, p. 149-150).

Convencida da importância de estudar situações específicas para compreender como se estruturam as relações de trabalho neste setor, considero fundamental destrinchar as razões que possibilitam a continuidade dessas relações e suas implicações políticas.

Na medida em que o serviço doméstico coloca pessoas de espaços sociais diferentes em contato, examiná-lo apenas através das lógicas que se desenrolam na casa dos patrões parece-me incidir numa explicação que segmenta e reduz a experiência social da empregada doméstica. Assim, nesta

pesquisa estudo as relações entre patrões e empregadas tanto no local de trabalho (casa dos patrões), como no local de moradia das trabalhadoras.

#### 1.2.4 A origem da desigualdade

A submissão contida no serviço doméstico é identificada, pela maior parte dos pesquisadores, com a origem patriarcal da sociedade moderna. A divisão sexual do trabalho para todos estes estudos é fruto de uma desigualdade ontológica entre homens e mulheres<sup>29</sup> a qual se complexificou na sociedade de classe pela sobreposição da exploração masculina à exploração produtiva. Este argumento estabelece uma dicotomia entre mundo público e privado ordenada pela diferenciação sexual, tomando por base a divisão social do trabalho nas sociedades industrializadas, nas quais se instalou a separação entre produção e consumo. Decorre daí a tese de que a subordinação feminina deve-se ao seu atrelamento ao trabalho doméstico<sup>30</sup>, identificado com o mundo da casa, da família, da domesticidade, das emoções em contraposição ao domínio masculino do mundo da rua, do mercado, da objetividade (ROSALDO, 1979).

O problema desses argumentos é que partem de pressuposições já desmontadas, como a da teoria da evolução da família de Engels (1980). Na teoria *engeliana*, a família teria evoluído ao longo do desenvolvimento dos modos de produção até desembocar na forma da família monogâmica.

Embora tenha grande popularidade entre analistas de fora dos estudos de parentesco, esta perspectiva foi duramente questionada, mostrando que se baseava em metodologias inconsistentes, como dados baseados em fontes mitológicas (sobre matriarcado) e a confusão entre sistema e termos de

---

<sup>29</sup> Como nas análises de Balandier (1976) , e mais recentemente nas discussões de Heritier (1999)

<sup>30</sup> Sobre esta discussão ver Chodorow (1979) e Ortner (1979), todas refutadas por Rosaldo (1995).

parentesco. Dentro de uma perspectiva evolucionista, estas análises desconsideram, por exemplo, as particularidades etnográficas e históricas das organizações do parentesco, construindo modelos homogeneizantes que tomam como parâmetro realidades muito próximas das representações dos próprios pesquisadores (LÉVI-STRAUSS, 1966; BAMBERGER, 1979; e CORREA, 1994).

Partindo de premissas desta natureza – por exemplo, de que a família monogâmica seja a forma natural da organização familiar – nestas pesquisas é comum o relacionamento homem/mulher tomar como base a família conjugal moderna. Farias (1983), como muitos outros autores que escrevem sobre este tema, faz uma esquematização da “relação entre os sexos” no mundo capitalista que se inicia através da formação do casal e daí segue nas já conhecidas separações entre público-mercado / privado-família.

Em *Between Women: domestics and their employers*, Judith Rollins (1990) – autora que analisaremos com mais profundidade na seção seguinte – transpõe o conceito de patriarcado para o de matriarcado para justificar a subserviência dos criados nestas relações assimétricas entre mulheres. Dessa forma, no entanto, a autora acabou restringindo essas relações a empregadas e patroas – subtraindo homens e crianças das suas análises – além de submeter relações observadas pontualmente a explicações generalizantes sobre a condição feminina.

Entretanto, uma ressalva é importante. Em 1985, época da publicação do livro de Rollins (década da maior parte da produção acadêmica sobre serviço doméstico), a discussão feminista colocava um acento muito forte nas pesquisas que pudessem desvelar a opressão feminina. Esse posicionamento impedia que se pensasse numa dimensão relacional, a qual o conceito de gênero veio logo trazer. Em 1980, Rosaldo já havia revisado seus argumentos sobre a subordinação feminina, contemplando a idéia de se procurar explicações menos generalizantes e mais contextuais, onde, no lugar de uma causalidade primal, se compreendesse o significado que o lugar da mulher



assume em formações sociais específicas. Joan Scott, em um artigo fundamental de 1988, afirmava ser um falso problema buscar uma causa original para a subordinação das mulheres. Esse procedimento, segundo Scott, estava baseado numa premissa positivista que buscava estruturas determinantes de fenômenos similares. Ela propõe, nesse artigo, trocar esse procedimento por uma análise compreensiva que construa significações<sup>31</sup>.

Como Caroll Smith Roseberg observou, estas teorias sobre a opressão universal da mulher, mesmo que busquem dar luz sobre a condição feminina, paradoxalmente acabam mantendo o “homem como o principal ator da história da mulher” (apud HILL, 1995a, p. 2).

### **1.3. Estudos centrados nas representações**

A obra de Judith Rollins (1990) sobre patroas brancas e empregadas negras em Boston, na década de 80, ocasionou certa renovação nas análises norte-americanas ao centrar sua atenção nas representações que patrões e empregadas elaboram sobre esta relação. O trabalho de Rollins foi marcante por insistir sobre a necessidade de deslocar o exame das condições econômicas para o mundo das mentalidades; por empregar uma metodologia inovadora (a pesquisadora trabalhou como doméstica durante dez meses em Boston) e por desnudar uma realidade de desigualdade contrastante com o ideário igualitário estadunidense. Ao recurso metodológico de empregar-se como doméstica, Rollins aliou entrevistas com patrões e empregados conseguindo reunir um rico material descritivo que chamou de “rituais interpessoais de dominação”:

Os tipos de sistema econômico que institucionalizaram a desigualdade são variados, entretanto todos eles comportam rituais

---

<sup>31</sup> Para a repercussão destas discussões no Brasil, veja Costa e Bruschini (1992), entre outros.

de comportamento interpessoais, que de uma certa maneira, reforçam para categorias inteiras da população o desejo de aceitar as formas, os usos e os significados destes rituais interpessoais que se exprimem nas relações entre domésticas negras e seus patrões brancos (ROLLINS, 1990, p.63).<sup>32</sup>

Nestes atos, Rollins traduz preocupações clássicas em novos termos, identificando os “caracteres psicossociais” da dominação a duas formas básicas: a “deferência” e o “maternalismo”.

A deferência é constituída de atitudes e gestos inscritos na linguagem, na demarcação do espaço, regras de cumprimentos das tarefas que têm como finalidade última confirmar a desigualdade. Entre eles, destacamos a deferência embutida na dimensão espacial e na linguagem:

...A doméstica não pode tocar seu patrão e deve respeitar seu espaço privado, mantendo uma distancia física... Ainda, a doméstica senta-se raramente na presença de sua patroa (a não ser nos momentos de almoçar). Mesmo se ela para por um instante de trabalhar para falar alguma coisa, ela permanece em pé. Todas essas convenções confirmam a desigualdade das relações e o valor maior dos empregadores (ROLLINS, 1990, p. 73).<sup>33</sup>

Rollins também menciona vantagens reconhecidas pelos empregados no cumprimento dessas tarefas muito próximas daquelas que eu encontrei entre minhas informantes no Brasil. Estão entre elas a flexibilidade dos horários, os presentes e o reconhecimento por aqueles patrões que antes de mais nada respondem ao maior anseio dos domésticos: “je veux simplement qu’on me traite comme un être humain. C’est tout que je demande” (1990, p. 65).

---

<sup>32</sup> Les types de système économique qui ont institutionnalisé l’inégalité ont été variés, toutefois ils ont tous comporté des rituels interpersonnels qui, d’une certaine manière, renforcent chez des catégories entières des populations le désir d’accepter ici les formes, les usages et les significations de ces rituels interpersonnels qui s’expriment dans les relations entre les domestiques noirs et leurs patronnes blanches. (ROLLINS, 1990, p.63)

<sup>33</sup> ... La domestique ne doit pas toucher son employeur et doit respecter son espace privé en maintenant une distance physique... De plus, la domestique s’assoit rarement en presence de sa patronne (sauf au moment du déjeuner). Même si elle arrête un instant de travailler pour discuter de quelque chose, elle reste debout. Toutes ces conventions confirment l’ inégalité des rapports et la plus grande valeur de l’employeur (ROLLINS,1990, p. 73) .

Para Rollins, esses aspectos, no contexto dos Estados Unidos, inserem-se nas relações inspiradas pelo “maternalismo”, uma atitude similar ao paternalismo na percepção do doméstico como um ser “pueril”. Entretanto, enquanto o paternalismo refere-se à proteção masculina, o maternalismo faz referência ao papel afetivo (*nourricier*) que a mulher ocupa na família. Assim, a autoridade da patroa se reveste de um saber feminino e a dominação assume contornos afetivos. Seria um poder de segunda grandeza, na opinião de Rollins, no qual a patroa permanece “aliada do poder real”; no entanto, diante de sua dependência econômica, reconhece sua condição subordinada na sociedade. Portanto, tratando-se de uma posição estrutural da diferença de posição entre os sexos, esse “caráter” feminino de demonstração de poder é internalizado tanto pela empregadora, quanto pela doméstica. Partindo dessas colocações, este estudo apresenta a discussão sobre trabalho doméstico remunerado como um fato único na sociedade ocidental, onde as relações de poder se dão exclusivamente entre mulheres.

A força do argumento de Rollins está na descrição cuidadosa de rituais cotidianos demonstrativos da dimensão psicossocial da dominação entre patroas e empregadas, os quais foram muito inspiradores para nosso estudo. Não obstante, suas conclusões acabam atrelando a um único grilhão imposto à condição feminina - sua identidade estruturalmente subjugada.

No Brasil, estudos centrados nas representações sociais das relações suscitadas pelo trabalho doméstico são raros. A tese de Maria Suely Kofes é uma das poucas pesquisas que tratam desta abordagem na área da antropologia. Apresenta uma mescla interessante das teorias sobre exploração e sobre relações de gênero. *Mulher/mulheres: Diferença e Identidade nas armadilhas da Igualdade e Desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*, de 1991, incluiu uma enquête realizada em Campinas, a qual apresentava dados sobre organização familiar e cumprimento de tarefas domésticas tanto em unidades domésticas empregadoras, como naquelas em que pessoas da família trabalhavam, remuneradamente, como empregadas domésticas. Todavia, esses dados têm

menor relevância na sua análise que se direciona para a compreensão de como a categoria mulher se estrutura entre valores tradicionais e modernos. A autora escolhe a relação social entre empregadas e patroas, localizada no ambiente doméstico, justamente por este espaço compreender papéis e funções sociais da mulher (mãe e esposa), assim como tarefas tradicionalmente definidas como femininas (papéis e funções como donas de casa). Para ela:

a empregada doméstica, enquanto mulher, compartilha estes mesmos papéis e funções na sua unidade doméstica, mas também desloca-se para uma outra, onde exercerá, num trabalho assalariado, as mesmas funções, mas não os mesmos papéis. [Então, nesta relação existe uma] combinação entre uma identidade (um campo de reconhecimento estruturadamente comum) e uma desigualdade social que torna possível o trabalho assalariado da empregada doméstica e sua relação com a patroa (1991, p.11).

Através destes dois trabalhos, podemos ver o quão importante são as análises que ressaltam as representações dos atores envolvidos nas relações, pois nos auxiliam a matizar e compreender de forma significativa as formas cotidianas de desigualdade e poder.

É possível notar na produção das Ciências Sociais sobre o serviço doméstico, desde a década de 70, um desconforto compreensível dos intelectuais com as situações de desigualdade que o serviço doméstico engendra. Questões importantes sobre como o gênero, a classe e a etnia entrelaçam disparidades de direitos são revelados nos textos. Porém, a noção de desigualdade que a maioria destes autores articula se baseia em injustiças provenientes de um mundo tradicional (veja as referências a patriarcalismo/maternalismo/clientelismo); as quais eludiriam-se com o desenvolvimento da modernidade. Como questionam Milkmann, Reese e Roth: “o problema dessas perspectivas é partir do pressuposto equivocado de que relações sociais extremamente desiguais são incompatíveis com as condições sociais modernas” (1998, p. 151).

Sem jamais negar a violência da desigualdade, os dados recolhidos em campo impuseram-me a refletir em direção levemente diferente. Tomando os sujeitos sociais que investigamos como plenamente modernos e lúcidos quanto às suas possibilidades dentro do contexto atual brasileiro, procurei entender como não compreendiam a desigualdade da mesma maneira que nós, intelectuais, quando a descrevíamos ao estudar o serviço doméstico. Cheguei a me convencer não somente que muitas pessoas encontram vantagens nesta ocupação (as quais não reconheciam em outros postos de serviço), mas também que muitas vezes lidavam com a subserviência de uma maneira menos submissa do que estratégica. Para tanto, e sem deixar de dialogar com interlocutores nas ciências sociais, procurei inspiração também entre os historiadores sociais.

#### **1.4. Serviço doméstico no passado: dando vistas à reciprocidade**

Referências mais próximas das informações que coletei durante o trabalho de campo encontrei entre os historiadores sociais. Ao estudarem sociedades mais longínquas no tempo, estes pesquisadores não sofrem as mesmas pressões políticas daqueles que estudam situações contemporâneas. Assim, ao depararem-se com realidades muito diferentes de seu ponto de vista sobre justiça, por exemplo, acabam buscando explicações que destacam a contextualidade das mesmas. Desta forma, veremos que ao encontrarem relações assimétricas entre criados e senhores no passado, antes de tratá-los como algo necessariamente condenável, procuraram outras interpretações possíveis. Chegaram a mostrar, entre outras coisas, que em algumas sociedades, o serviço doméstico não estava relacionado a estratificação social, mas a fases da vida, como veremos adiante nas descrições sobre *life cycle servant*.

Nesta parte, dividiremos a análise entre os historiadores que estudam o “antigo regime” e aqueles que estudam épocas mais recentes, a partir do século XVIII. Os primeiros, numa viagem para o mundo do “outro”, imaginam um espaço em que a hierarquia não é vista como injusta. Antes, era concebida em termos de um mundo relacional, no qual a reciprocidade e complementaridade teriam um valor mais forte do que o indivíduo e o igualitarismo. Os segundos estudaram uma época de grandes transformações, onde os criados começam a ser deslocados da antiga convivência com os patrões.

#### **1.4.1. A naturalização das relações hierárquicas**

J.L. Flandrin (1991) expõe que, na sociedade antiga, fazer parte da criadagem, antes de significar desprestígio, demonstrava uma solidariedade de linhagem. A linhagem, uma das formas em que a família se organizava no *Ancien Regime*, supunha laços familiares que não consistiam sempre em coabitação. A solidariedade da linhagem repousava no princípio honra, pelo qual tanto um parente abastado teria obrigação de tomar os menos afortunados para servir em sua casa, quanto estes tinham como dever predispor-se a servi-lo. Nas casas ricas inglesas, o número de pessoas, em função dessa lógica, podia atingir 64, 70 pessoas. Quando se viam desamparados, era para o parente rico que as pessoas “naturalmente se viravam”, revela Flandrin ao citar vários exemplos de parentes amparados como serviçais na casa de outros: a governanta do Pe. de Congir, por exemplo, era filha de seu irmão; Coignet, cansado de servir anos a fio a estranhos, resolveu trabalhar como criado para sua meia-irmã, casada com um dono de estalagem, porém sem revelar-lhe sua real identidade. O moço confessa ter passado lá os anos mais felizes de sua vida. “Seria por acaso que recorreu a ela? Ou porque, no fundo lhe agradava mais servir uma irmã do que aos estranhos?”, nos pergunta Flandrin (1991, p. 51-52).

Porém, a criadagem não era apenas composta por parentes, nem mesmo a proximidade com os patrões provinha apenas dos laços familiares. A convivência mais ou menos íntima com os patrões também tinha a ver com uma hierarquia das funções. Descrevendo os rituais da vida cotidiana, este mesmo historiador revela-nos que esta intimidade entre servos e patrões podia ser percebida durante as refeições, por exemplo, quando a ordem na qual as pessoas eram servidas dependia mais da ocupação do criado do que dos laços de parentesco. Assim, o lavrador mais velho e seus colegas eram servidos antes do que boieiro e o pastor, e do que as criadas e as mulheres da família.

O sangue, a idade, o sexo e o caráter mais ou menos digno das suas funções criavam, pois, entre as pessoas da casa, tanto diferença como hierarquia, mas nenhum vestígio desse fosso que, entre a burguesia do século XIX, separava patrões e criados (FLANDRIN, 1991). As diferenças de *status* não constituíam uma preocupação real em uma época em que cada pessoa, afinal, pertencia a alguém.

Se os criados podiam ser assimilados à família (ou vice versa), o significado de serviço doméstico era menos pejorativo; não implicava degradação, tampouco consistia em uma ocupação execrável. Nos ensina Ariès (1981) que o serviço doméstico fazia parte do sistema de aprendizagem numa época em que a escola só existia para os clérigos. Contudo, mesmo a formação de eclesiástico previa o ensinamento de aprender a servir.

Encontram-se registros de que, na Inglaterra e na França, desde o século XII, ser confiado como criado a outra família era uma forma de aprender boas maneiras, não apenas para os jovens das famílias humildes. Duby (1981) cita como exemplo o contrato de aprendizagem que o cavaleiro Guignonet firmou com o mais velho de seus irmãos, o qual tomou seus dois sobrinhos como criados. Para conhecer como servir à mesa, fazer as camas, acompanhar o mestre como secretário, os jovens passavam alguns anos de sua vida morando longe de sua família biológica, na casa de parentes e/ou

mestres. Era uma função conhecida como *wayting servant* na Inglaterra, ou a criadagem *au pair* francesa, possível em uma sociedade que misturava classes de idade e origens sociais.

Assim sendo, uma parte do serviço doméstico até o século XVIII na Europa podia ser realizada não pelos menos favorecidos, mas sim por uma classe de jovens que se submetia durante um período de tempo, como parte de sua formação, ao *life cycle servant* (MACFARLANE, 1986). É claro que havia uma hierarquização dos afazeres, os pequenos (de idade e de origem social) serviam os maiores. Mas hierarquia era a essência dessa sociedade e ela implicava contatos cotidianos e íntimos entre adultos e crianças; senhores e servos.

#### **1.4.2 A expulsão dos empregados domésticos**

Outra parte da literatura europeia concentra-se na fase em que os domésticos foram “expulsos” da família moderna.

Martin-Furgier (1979), olhando para o desenvolvimento da domesticidade na França, no início do século XX, entra no mundo menos integrado de servos e patrões, onde a disciplinarização dos domésticos se ancorava numa nova modelagem familiar que exigia um relacionamento mais íntimo entre pais e filhos e um novo lugar para a mulher. Comparando o esquadramento ditado pelos manuais de boas maneiras sobre o cotidiano dos criados com o imaginário sobre a fonte de perigo moral e social que estes elementos representavam no início do século XX, Martin-Furgier percebe um universo já bem distante entre os superiores e os subalternos, daquele que descrevemos acima.



No processo de disciplinarização da família burguesa levado a cabo a partir do século XVIII, os criados tornaram-se um dos principais alvos a ser combatidos. Nada da convivência antiga era permitida. Aqueles que dividiram a mesa e as camas com seus amos agora são fontes de corrupção das crianças e denunciam as promiscuidades dos patrões, transformando-se na “classe perigosa” (DONZELOT, 1977).

Para os reformadores sociais, a presença dos criados expõe não apenas a promiscuidade no seio da família, revela também o desleixo paterno na conservação e educação das crianças. Para promover a aproximação de pais e filhos, combateu-se primeiramente as nutrizes, apontadas como manancial de maus hábitos e responsável pelo alto índice de mortalidade infantil.

Numa época em que as mulheres pobres não tinham tempo para maternar suas crianças e as ricas não guardavam disposição para tanto, entregar as crianças às nutrizes era um costume muito difundido na sociedade européia. As famílias ricas, conta Donzelot (1977), podiam deixar seus filhos aos cuidados dos criados domésticos, porém as mais pobres tinham de recorrer a amas-de-leite distantes, as quais acometidas pela mesma pobreza (em função do baixo custo e dos maus pagadores), criavam uma enorme quantidade de crianças. O resultado eram crianças maltratadas e mal alimentadas; os riscos de vida não eram fantasmas. Muitas morriam, muitas eram abandonadas pelos progenitores.

Os reformadores do século XVIII e XIX acusavam os pais burgueses de, ao confiarem seus filhos aos serviçais, promoverem a contaminação das crianças com as baixezas e as liberdades sexuais de uma gente que, quando não se entregava à lascívia, apenas mantinha ódio e ressentimento por aqueles que os colocavam na subalternidade. Do outro lado da moeda da condenação à criadagem, surgia uma nova ordem familiar, baseada no estreitamento dos laços entre pais e filhos. Esta nova família construirá muros para distinguir-se da plebe e estará menos comprometida com os direitos de

sangue e a reciprocidade entre ricos e pobres, do que com a promoção do indivíduo.

### **1.4.3 Higiene e Domesticidade**

Ainda sobre os processos que tentaram promover o afastamento dos criados do seio da família burguesa, cabe lembrar o desenvolvimento das crenças sobre higiene para entender como as novas sensibilidades vieram a nortear a vida das donas-de-casa modernas. Essa lógica, como sugerem historiadores sociais, seria fruto de um longo processo no qual as donas-de-casa das camadas médias e alta foram progressivamente imbuídas de certas noções sobre a limpeza.

G. Vigarello (1996), por exemplo, ao historicizar a higiene corporal, descreve uma época, ainda no século XVI, quando a toailete tinha menos a ver com o emprego da água na limpeza da pele do que com os cuidados com a roupa branca. A concepção de limpeza, naquele momento, não estava associada à higiene, mas a um princípio moral. Vigarello pretende que “o trunfo das mãos limpas e do rosto liso não é sanitário. A obrigação é moral. Seu objeto é a decência, antes de ser a higiene. O preceito pertence mais à tradição do clérigo do que à do médico.” (1996, p. 51).

Somente no século XIX irá surgir a palavra higiene relativa à saúde, como um “conjunto de dispositivos e saberes que favorecem sua manutenção”. Essa idéia é devedora da concretização, da visibilidade que os microorganismos ganham nas pesquisas de Pasteur. Nas suas lâminas, pelo processo da coloração e com auxílio do microscópio, é possível enxergar o germe, como diz o autor, “detectável”. A limpeza moderna se constituirá “contra a valorização do visível” e nesse sentido ela servirá de legitimidade à ciência. A hipótese de Vigarello (1996) é de que as transformações da prática

e concepções sobre limpeza promovem uma atenção ao indivíduo para consigo mesmo num jogo com o visível.

Um argumento diferente deste de Vigarello (1996), mas que interessantemente não chega a conclusões muito distantes, vem dos historiadores que estudam a implantação do campo médico higienista como processo disciplinar (FOUCAULT, 1977; FREIRE COSTA, 1983; entre outros). Nesta abordagem, as campanhas higienistas que se desenvolveram no final do século XIX conformaram uma moralidade totalmente nova. Sustentados pela eficácia do progresso científico, da promoção da vida e dos benefícios individuais, os higienistas contribuíram para modificações profundas nas concepções e práticas do homem. Alteraram a visão de si através da idéia intimista, alteraram os modos de relacionamentos, gestionando novos atores e papéis sociais, alteraram as formas de morar e de cuidar do corpo.

Ambas abordagens supõem uma mudança de atitudes e percepções com o desenvolvimento da sociedade moderna. Porém, diferem quanto às forças motivadoras da transformação. Para o argumento primeiramente exposto, as transformações no campo perceptivo das emoções são decorrência de um “processo civilizatório”. Ou seja, a história através de determinantes sociais instaurou um processo de ocidentalização irreversível. Enquanto que, para os estudiosos filiados à linha foucaultiana, as transformações têm um aporte epistemológico mais radical. A modernidade instaura um reordenamento profundo do pensamento, uma ruptura com as concepções passadas, trazendo novas formas de controle social.

A formação de idéias “modernas” sobre limpeza na sociedade brasileira foi estudada por Jurandir Freire Costa (1983), que tomou a casa como *locus* por excelência da militância moral das idéias higiênicas. Sob vigilância dos higienistas, a casa deixa sua forma e função de fortaleza para abrigar novos personagens, de uma nova família. No mundo urbano moderno a família não tem mais como função ser a mola propulsora do desenvolvimento, da colonização. Ela diminui seu campo de ação tornando-se promotora de

indivíduos. Esse novo papel será desempenhado pela esposa-mãe: a mulher será retirada da reclusão da sua alcova e tornar-se-á o artífice da família ideal. Acolhedora, educadora, companheira, promoverá a saúde físico-mental dos filhos e atuará na retaguarda da estrutura econômica familiar, acompanhando os empreendimentos do marido. Por isso, a mulher é o grande pivô da ação dos higienistas. A metamorfose da família está diretamente relacionada com a mudança do papel feminino.

Baseando-se nos benefícios à saúde conquistados pela medicina, os higienistas influenciaram em novas formas de morar, organizar, limpar a casa. Uma medicina doméstica desenvolver-se-á com fins de promover a mulher e proteger a criança. Para tanto, a residência deve-se tornar um lar: ser fresca, arejada e limpa. Longe do lixo e da pestilência, dos excrementos e da escuridão.

Um grande empecilho a este projeto, na visão dos higienistas, serão os escravos. Como sustentáculo do funcionamento da casa antiga, o escravo impedia uma intimidade doméstica. As amas-de-leite, segundo os higienistas, promovem o distanciamento entre pais e filhos, impedindo que a mãe se envolva com as crianças. Os criados domésticos também atrapalham a fidelidade marital.

No argumento de Jurandir Freire Costa (1983), na verdade, os serviços jamais constituíram-se alvos do disciplinamento social. Não eram para eles os manuais de comportamento, nem os controles médicos e pedagógicos. A norma higienista era dirigida à elite. Considerando o comportamento dos escravos e subalternos como naturalmente sujo, delinqüente, degenerado, as insistências de disciplinamento os revelavam como “anti-norma”.

Contra esse pano de fundo, é possível contextualizar as atitudes demonstradas pelas patroas de nossa pesquisa. A organização e limpeza na casa das patroas de nossa amostra parece ser informada, de certa forma, por esse ideário higiênico apoiado em um discurso científico, que facilmente desliza para comparações no campo da moral. A arrumação da casa dessas

mulheres de classe média segue uma ordenação do espaço própria de sociedades burocratizadas, onde as apreciações estéticas, de ordem e de limpeza são informadas por uma “administração do lar” que deseja otimizar espaços e tempos. A casa destas famílias pretende-se um reflexo do cidadão disciplinado. Numa sociedade onde mundos sociais hierarquicamente separados se tocam diariamente, inclusive pela presença da empregada doméstica, a casa burguesa, enquanto espaço “limpo” e “organizado”, é uma distinção em relação ao mundo dos pobres.

#### **1.4.4 O serviço doméstico nas colônias da América do Sul**

Enquanto Freire (1983) fitava a evolução de representações de organização familiar e higiene nas famílias brasileiras abastadas, outros historiadores, em geral mulheres, tentavam aproveitar fontes minguadas para estudar o cotidiano das classes subalternas, em particular das empregadas domésticas. Debruçando-se sobre a América Espanhola, Elisabeth Kuznesof (1993), por exemplo, nos oferece em um artigo de *Muchachas....*, um panorama de como o serviço doméstico serviu como um critério de inserção na sociedade colonial. Na América colonial, muitos imigrantes eram registrados como empregados domésticos e eram preferidos e melhor pagos que servidores indígenas<sup>34</sup>. Também os mestiços, filhos ilegítimos, eram tomados como criados domésticos, assim como os órfãos e filhos de famílias pobres que “recibían sostenimiento, educación y afeto, pero se los consideraba sirvientes” (1993, p. 28).

Kuznesof mostra como a organização do serviço doméstico, através de grêmios nas colônias espanholas (onde só homens podiam atuar), excluía a mulher da vida econômica, restando-lhe apenas atividades artesanais e o

---

<sup>34</sup> Entre 1560 e 1579 las mujeres sumaban 28, 5% de los emigrantes europeos al Nuevo Mundo; la mayoría de ellas, después de 1550, eram solteras y muchas estaban en la lista de pasajeros como criadas e sierventas (Kuznesof, 1993, p.35).

serviço doméstico como alternativas de trabalho. Outrossim, naquela época o serviço doméstico era fundamental para a manutenção do modo de produção que tinha a casa como o centro produtor de todos os artigos necessários à vida familiar desde “vestidos, harina, velas, pólvora y muchos utensílios y muebles... el agua y la leña tenían que ser providos diariamente ... también ...se necesitara bastante personal para cuidar de los niños” (1993, p. 27).

Para esta historiadora, o serviço doméstico passou de um sistema de educação respeitável na Europa desde o século XVI, para cumprir as tarefas de sustentação do modo de produção doméstico na América Latina Colonial. Se, de alguma forma, ele serviu para qualificar imigrantes e bastardos na sociedade colonial, esteve sempre conjugado ao sistema patriarcal, tanto em termos disciplinares, aprisionando a mulher solteira em um espaço restrito, quanto em termos da baixa valorização desse serviço, que sempre foi pouco regulado, mal pago e que enfrentou condições de exploração marcadas por relações paternalistas de trabalho.

Kuznesof (1993) viaja da sociedade colonial até o cenário do liberalismo que, com as idéias de igualdade e de incremento de maquinarias abriu, no século XX, lugar para a mulher no mercado de trabalho e fez desaparecer a manufatura doméstica, diminuindo até a década de 30 o número de trabalhadores domésticos. O fenômeno da urbanização, a expansão do sistema escolar, a ideologia da maternidade influenciaram nesse descenso. Porém, entre as décadas de 40-60, a entrada da mulher de classe média e alta na força de trabalho acabou reabilitando o serviço doméstico como uma das atividades femininas com maior número de trabalhadoras, voltando, segundo Kuznesof, a ser a forma mais importante de emprego feminino na América Latina.

Na historiografia brasileira, o serviço doméstico em geral aparece como um dos elementos do sistema escravocrata (FREIRE COSTA, 1993; MOREIRA, 1995; FONTES, s/d). Destacamos o trabalho de Sandra Lauderdale Graham (1992), por ser uma obra que, ao tratar da escravidão no

cotidiano do Rio de Janeiro antigo, prioriza a dimensão dos afazeres domésticos; seja nas rotinas da execução desse trabalho, seja nos códigos de relacionamentos que ele estabelecia. Através de uma minuciosa leitura de documentos do Rio de Janeiro imperial, Graham nos revela um mundo denso de relações que a estreita convivência entre patrões e criadas gerava.

Para analisar este relacionamento, Graham tomou de empréstimo as categorias de Roberto da Matta, argumentando que “a casa” e “a rua” serviam como demarcadores de universos sociais e culturais que se opunham. O espaço por onde se transitava delimitava a categoria social de pertencimento dos indivíduos.

Na casa, cenário da vida doméstica, as leis patriarcais portuguesas e as práticas escravocratas se mesclavam, gerando um ambiente de reclusão e segurança para as mulheres. Para o imaginário da época, ela se opunha à rua, espaço de indeterminação, por onde transitavam figuras suspeitas, lugar de ruelas estreitas e sujas, da balbúrdia do comércio e do congestionamento de gentes e carroças. Nela, diz Graham “a identidade não podia ser presumida, mas tinha que ser estabelecida” (1992, p. 16). As senhoras permaneciam afastadas das ruas, assim como algumas categorias de escravos.

A enorme quantidade de criados que uma casa exigia distribuía-se entre atividades ‘portas a dentro’ (cozinheiras, amas-de-leite, mucamas e costureiras) e ‘portas a fora’ (lavadeiras, carregadeiras de água, além daquelas que faziam as compras). A prática do serviço doméstico, que incluía desde o aleitamento das crianças até o transporte de dejetos humanos, desenrolava-se nesses dois ambientes. O cumprimento dessas tarefas classificava pessoas e atitudes do mesmo como a casa e a rua demarcavam universos diferentes: “no sollo identificaba a las mujeres de diferentes classes sociales, sino que adicionalmente estlabecia diferencias entre las mujeres domésticas de la misma classe” (GRAHAM, 1993, p. 72).

As criadas realizavam estas tarefas dentro de um código de trabalho e obediência às leis patriarcais e em troca recebiam a proteção dos patrões. Entretanto, examinando os espaços de interação dessas mulheres do serviço doméstico nos mercados e nos chafarizes, Graham relativiza a autoridade patriarcal, mostrando o quanto as categorizações da casa e da rua podiam ser revertidas, dependendo da experiência cultural de cada um. A rua “perigosa” transforma-se, para essas criadas, num espaço distante da vigilância dos patrões e onde elas poderiam “participar em um mundo social mais diversificado e igualitário” (1993, p. 73). Ao descrever os encontros com amantes, companheiras de trabalho, as horas de espera de secagem de roupa e as visitas aos mercados, a historiadora nos faz conhecer um universo diverso das casas patriarcais, revelando uma sociabilidade popular, na qual as criadas transitavam com uma desenvoltura inesperada ante a rigidez do controle patronal.

De toda a descrição pormenorizada e envolvente, destaca-se como contribuição original da autora o esforço para penetrar nas representações e vivências das próprias personagens, onde é possível reconhecer tanto as perspectivas dos patrões como dos subalternos.

Nos próximos capítulos entramos na descrição etnográfica, tratando das relações entre patrões e empregados domésticos pesquisados entre 1995 e 1997 no Espírito Santo. Destacamos estas relações, primeiro, no espaço da casa das patroas e, depois, no espaço de sociabilidade do bairro de moradia das empregadas domésticas. Buscamos, dessa forma, abarcar as ambigüidades que essa relação controvertida ocupa na sociedade brasileira.

## **2 NA CASA DA PATROA I: AFETO E DESIGUALDADE**

Apesar das relações de poder evidentemente desiguais que, sem dúvida, caracterizam este relacionamento [entre empregada e patroa], é a ambigüidade afetiva da relação que exige mais análise. É na troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as [mulheres] pobres que oferecem seus serviços que



as relações de classe são praticadas e reproduzidas. (GOLDSTEIN, 2000, manuscrito)<sup>35</sup>.

Nos lares brasileiros de classe média e alta, as relações familiares são cotidianamente permeadas pela presença dos serviçais, os quais realizam todo o trabalho doméstico, inclusive o cuidado das crianças. Como diz Donna Goldstein (2000), manter uma empregada doméstica é um sinal diacrítico na sociedade brasileira, que sinaliza a distância da pobreza.

Na própria realização das tarefas de cuidado e manutenção das casas e das pessoas – desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores –, assim como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e de cor<sup>36</sup>. No Brasil, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido garantida, em particular, por uma **ambigüidade afetiva**<sup>37</sup> entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Nas negociações de pagamentos extra-salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que

---

<sup>35</sup> Despite the obviously unequal power relations that undoubtedly characterize this relationship [between maid and employer], it is the affective ambiguity of the relationship that requires further analyses. In the affective exchange between those who can afford domestic help and the poor who offer their services, class relations are practiced and reproduced (GOLDSTEIN, 2000, manuscript)

<sup>36</sup> Elegendo um recorte que privilegia os fatores de gênero e classe, refiro ao leitor os trabalhos de Azeredo (1989), Goldstein (2000) e Barcellos (1996) para uma discussão sobre a questão de cor nas relações entre empregadas domésticas e suas patroas no Brasil.

<sup>37</sup> Conforme demonstra o trabalho de Goldstein (2000), citado na epígrafe deste capítulo.

encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil.

Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução da desigualdade. Porém, a dimensão deste processo que nos interessa é centrada especificamente num tipo de atividade ligada à esfera doméstica – o “trabalho reprodutivo”. Este trabalho é definido pela antropóloga Shellee Colen como o trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas [households] e pessoas (da infância até a velhice)” (1995, p. 78)<sup>38</sup>.

Para descrever o modo como as tarefas “reprodutivas” têm sido distribuídas de acordo com hierarquias de classe, de raça, de grupos étnicos e de gênero, Colen (1995) cunhou o conceito de **reprodução estratificada**. Através da análise de um contexto particular – o de babás caribenhas (em geral, negras) em Nova York – mostra como o conjunto particular de valores familiares abraçados pelas mulheres profissionais da alta camada norte-americana só se sustenta com a ajuda de serviçais oriundas dos países pobres<sup>39</sup>. Estas, por sua vez, deixam seus próprios filhos para serem cuidados por outras mulheres no seu país de origem, de acordo com valores e modos de organização familiar diferentes, porém complementares àqueles de suas empregadoras. Uma certa desqualificação dos valores das mulheres caribenhas (que “abandonam” seus filhos aos cuidados de parentes e vizinhos), contrastada com a exaltação dos valores daquelas que contratam seus trabalhos, seria resultado da desigualdade social, política e econômica que subjaz à relação<sup>40</sup>. Assim, Colen demonstra que “a reprodução

---

<sup>38</sup> “The reproductive labor – physical, mental, and emotional – of bearing, raising, and socializing child and of creating and maintaining households and people (from infancy to old age)’ (COLEN, 1995, p. 78)

<sup>39</sup> Com este caso, Colen (1995) introduz a dimensão transnacional nestas relações de desigualdade política, social e econômica.

<sup>40</sup> A autora indica que no contexto estadunidense, provavelmente em função da força do ideário da igualdade entre as pessoas na esfera pública, as mulheres pobres e, em geral, negras, não se submetem as condições do serviço doméstico remunerado, preferindo ficar em casa cuidando de seu próprio lar.

estratificada, em função particularmente da mercantilização (commodification) crescente do trabalho reprodutivo, reproduz ela mesma a estratificação ao refletir, reforçar e intensificar as desigualdades nas quais se fundamenta” (1995, p. 78)<sup>41</sup>.

Ao lado da noção de ambigüidade afetiva, cunhada por Goldstein (2000), o trabalho de Colen (1995) indica pistas importantes para nossa análise de relações no espaço doméstico brasileiro. Assim, neste primeiro capítulo etnográfico, descrevendo as relações que se desenvolvem na casa dos patrões, procuramos mostrar o jogo de interação entre empregadas e patroas provenientes de universos sociais distintos. Buscamos dar visibilidade à empregada doméstica no contexto da família brasileira, não como alvo do disciplinamento burguês (MARTIN-FIGIER, 1979), nem agente de poluição dentro do lar burguês higienizado (PERROT, 1988; FREIRE COSTA, 1983). Antes consideramos a doméstica dentro de certas famílias de classe média como uma mulher que, no convívio diário com outra mulher (a dona de casa), constrói, troca e remodela saberes domésticos, num ambiente, onde cumplicidade e antagonismo andam sempre de mãos dadas e onde a desigualdade subentendida nessas trocas informa um exemplo típico de “reprodução estratificada”.

É evidente que, à luz da teoria sobre relações de gênero, não poderíamos restringir o estudo apenas à relação entre as mulheres<sup>42</sup>. Nesta parte, como na próxima centrada nas casas das empregadas, problematizamos a trama de relacionamentos domésticos, onde critérios de gênero, idade e classe são considerados na distribuição das competências alocadas a cada personagem da cena doméstica. Neste capítulo, enfoco as

---

<sup>41</sup> “Stratified reproduction, particularly with the increasing commodification of reproductive labor, itself reproduces stratification by reflecting, reinforcing, and intensifying the inequalities on which it is based” (COLEN, 1995 p. 78).

<sup>42</sup> Analisando a trajetória do conceito de gênero no Brasil Grossi e Miguel (1990) ressaltam a importância de realizar pesquisas que contemplem a perspectiva relacional da construção de gênero, enfocando as co-determinações dos sujeitos envolvidos na construção destas identidades. Ver também (Rosaldo, 1995) e (Scott, 1995), entre outros.

famílias de classe média que compuseram nossa amostra<sup>43</sup>, onde é esperado da empregada doméstica o cumprimento das tarefas de limpeza, do cuidado da casa, das crianças, dos velhos e dos animais de forma discreta e afetiva. Com isso, os outros membros adultos podem se dedicar a atividades remuneradas fora do lar. A mãe, além de trabalhar fora, toma para si os cuidados com saúde, higiene e decoração do lar, além de manter-se amparando e gerenciando os afetos e a rede de sociabilidade mais ampla<sup>44</sup>. Do marido é esperada a parte principal da manutenção econômica da família, que dará respaldo ao investimento nas carreiras estudantis e sociais dos filhos. Poucas tarefas domésticas lhe são destinadas: às vezes faz compras no supermercado, leva algum filho à escola ou repara algo na casa ou no carro. Não se destinam trabalhos domésticos para crianças e jovens, sobretudo se forem do sexo masculino. Em geral, estes jovens têm seus dias quase totalmente ocupados pela escola e sobretudo por cursos complementares de Inglês, Matemática, Música, Dança e Esportes<sup>45</sup>.

Veremos, portanto, no desenvolvimento do serviço doméstico, uma complementaridade de papéis em que, como no caso descrito por Colen (1995), por um lado, a empregada, pela sua contribuição nas tarefas domésticas, liberta os pais e filhos para promoverem um projeto familiar típico da classe média. O outro lado dessa colaboração, no entanto, aponta para o aspecto “estratificado” da relação – a distância social que é sutilmente marcada entre a empregada e os outros membros da unidade doméstica, e também os antagonismos que surgem à medida que as empregadas procuram usar seu emprego para garantir a sobrevivência e promoção de suas próprias famílias.

---

<sup>43</sup> A descrição particular do grupo investigado encontra-se na seção “Caminhos Metodológicos”, na Introdução deste trabalho.

<sup>44</sup> Neste aspecto, a organização da família classe média no Brasil não parece muito diferente do “kin work” que cabe geralmente à dona de casa norte-americana descrita por Di Leonardi (1992).

<sup>45</sup> Ver Salem (1980) para uma descrição ainda bastante atualizada da distribuição de tarefas segundo sexo e geração, dentro da família brasileira das camadas médias. Para uma perspectiva das experiências das famílias das classes médias brasileiras ver Velho (1989), Salem (1986) e Heilborn (1983).

## 2.1 Praia Velha - diversidade estratificada

Quando se sai à rua bem cedo da manhã nos bairros classe média de Vitória, vê-se um grande número de mulheres caminhando a passos curtos. Em geral, são mulheres de pele escura, sendo, muitas delas, negras. Vestem preferencialmente bermuda ou calça jeans e camiseta e algum calçado surrado. Os cabelos trazem presos por tiaras ou lenços. Nas mãos, uma sacola de plástico ou de papel faz as vezes de bolsa feminina. Muitas delas carregam um saquinho de pão da padaria. No final da tarde, novamente encontramos essas mesmas mulheres lotando os coletivos que ligam Vitória aos bairros de periferia <sup>46</sup>.

Como, em geral, não existem fábricas nos bairros residenciais das classes médias, um visitante estrangeiro poderia se perguntar quem são aquelas mulheres de fenótipo e vestes tão semelhantes e para onde se encaminham. Um morador *habitué* do bairro, porém, não terá dúvidas. Verá logo que se tratam de empregadas domésticas dirigindo-se às “casas de família”, onde passarão grande parte do dia limpando, cozinhando, cuidando das crianças e até mesmo indo às feiras e mercados, correios e bancos, realizando o trabalho de reprodução desses lares.

Depois das nove horas da manhã, especialmente na Praia Velha – o bairro de classe média alta onde realizei a primeira parte da pesquisa – as ruas são tomadas por um movimento intenso de carros importados ou de último tipo na frente das clínicas de beleza, de mulheres elegantes visitando as butiques e deleitando-se com as vitrines, de pessoas e crianças indo e

---

<sup>46</sup> Praia Velha é um entre vários bairros da cidade cujos moradores desfrutam de uma renda e modo de vida não muito distantes dos membros das “camadas médias” descritas por Salem (1980). Sobre o mapeamento do espaço urbano, conforme diferentes classes e estilos de vida, veja Velho (1973).

vindo da praia que fica a 200 metros da rua principal. Como, a esta altura, os moradores que trabalham fora já partiram e as empregadas estão dentro dos apartamentos ou cuidando das crianças nas praças, vemos nas praias e nas ruas uma população muito privilegiada, consumindo produtos caros ou entregues ao lazer, tal como estivessem numa estação de férias.

Em qualquer ambiente social é possível distinguir pessoas e grupos. Se estamos sentados num bar e olhamos ao redor, não é difícil supor que tal mesa esteja ocupada por jovens estudantes, outra por executivos ou por família de classe média, mas não temos certeza quanto à ocupação exata e proveniência dessas pessoas.

O ônibus que liga a ilha de Vitória aos bairros da periferia da Região Metropolitana, em determinados horários, são ocupados por uma população peculiar: empregadas domésticas indo e vindo de seu trabalho.

Figura 01: “O trajeto do trabalho”. Autoria: Sandro José da Silva; Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

O que, na sociedade brasileira, faz com que seja tão fácil reconhecer a profissão daquelas mulheres madrugadoras? A resposta a essa pergunta remete-se à **diversidade estratificada**<sup>47</sup> que caracteriza o Brasil. Conforme o

---

<sup>47</sup> Assumidamente, tomamos inspiração na análise de Colen (1995) para adjetivar como “estratificada” certas noções, e desta forma sublinhar, para o caso brasileiro, relações de extrema desigualdade.

espaço social que ocupam, as pessoas apresentam fenótipo, roupas e *hexis* corporal diferentes<sup>48</sup> e, em grande medida, aproximam-se do espaço público de forma particular. Estas pessoas – as mulheres que povoam as ruas do bairro classe média às sete da manhã – estariam completamente “fora de lugar” caso não estivessem indo cumprir seu papel, ocupando seu devido lugar, como empregada doméstica, em uma casa de família<sup>49</sup>.

Elegemos, portanto, a casa dos patrões como um dos *settings* privilegiados de análise, pois é na negociação cotidiana da organização deste espaço doméstico que se manifesta o encontro mais intenso das classes médias e as trabalhadoras<sup>50</sup>. A casa da *patroa* é o *locus* da interação entre esses grupos, onde a construção social de empregada doméstica se verifica.

Nossa primeira estratégia metodológica foi debruçar-nos sobre o rosário de queixas que as patroas teciam sobre suas empregadas. Queixas exaustivas sobre limpeza, desordem, insolências, mentiras, faltas e os intoleráveis “roubos” que as patroas atribuíam às empregadas.

Tomamos as queixas não apenas como acusações dos patrões, mas como mal-entendidos sociológicos, levantando como hipótese a possibilidade de uma construção diferencial tanto das concepções de limpeza e organização doméstica, quanto de deveres e direito. Dentro deste entendimento, restava-nos por um lado encontrar os elos de comunicação (necessariamente existentes entre grupos em interação) e, por outro lado, descobrir se, em havendo algum tipo de autonomia simbólica, por que caminhos ela se constrói.

---

<sup>48</sup> Ver Bourdieu (1962).

<sup>49</sup> “Casa de família” é o termo largamente usado não só por domésticas, mas por empregadores e pode até mesmo aparecer em documentos jurídicos que designa o lugar do trabalho da servidora doméstica. A conotação marcante do adjetivo “de família”, parece opor-se àquilo que também presume-se como lugar de trabalho dessas mulheres – ou seja, a casa de prostituição.

<sup>50</sup> A pesquisa, realizada na casa das empregadas, que serviu de contraponto ao que observávamos no ambiente de classe média será apresentada nos dois capítulos seguintes.



## 2.2 Os modos de fazer: limpeza e organização

“Elas limpam só por onde passa o padre!” Esse é um ditado conhecido entre as patroas, que às vezes aparece com a variação “por onde passa a sogra”, ou “onde passa o estandarte”<sup>51</sup>. Ele indica a falta de “capricho” das “domésticas” (notadamente as empregadas domésticas): a falta de esmero na limpeza dos cantinhos, a vassoura que não passa atrás dos móveis, a sujeira acumulada nas reentrâncias dos eletrodomésticos, os respingos de gordura perto do fogão e as gavetas atonetadas de tudo o que é badulaque. “Elas socam tudo! Nada vai para o lugar. Enfiam tudo nos armários, escondem a sujeira!”

Até pouco tempo atrás, a faxineira era uma mulher justamente que se diferenciava da empregada, por trabalhar esporadicamente (quinzenalmente ou uma vez ao mês) em uma limpeza profunda das janelas, portas e armários<sup>52</sup>. Hoje, a faxineira se limita a uma “arrumação” (outra reclamação das patroas) e limpeza básica (leia-se superficial) por semana: “limpam o banheiro, tiram o pó, passam algumas peças de roupa, mas não arredam todos os móveis, não batem todas as almofadas e tapetes, não limpam os azulejos com alvejante, não limpam a caixa de gordura”.

Poderíamos estranhar tais queixas, imaginando que, justamente neste ponto – nas atividades domésticas – haveria motivo para prever uma cumplicidade entre mulheres (empregada e patroa) que compartilham, de certa forma, da mesma responsabilidade. Suely Kofes, no entanto, já desmistificou essa expectativa há quase vinte anos: “Patroa e empregada de

---

<sup>51</sup> Essas expressões evocam figuras de autoridade que poderiam censurar tanto a empregada como a dona de casa.

<sup>52</sup> Existiam, tradicionalmente, diaristas, tais como lavadeiras e passadeiras, que prestavam serviços. (Em certas casas de Vitória, continuam a existir ainda hoje.) No entanto, a limpeza rotineira da casa cabia normalmente a empregadas que dormiam no local ou, no mínimo, vinham todo dia trabalhar na casa do patrão (GRAHAN, 1992).

fato compartilham o mesmo saber sobre o mesmo universo. Mas uma para fazer, outra para mandar” (1982, p. 181).

De fato, o costume de dispor de alguém para a execução de todo o trabalho doméstico (das tarefas básicas de reprodução doméstica – cozinhar, limpar a casa – até a manutenção da ordem e da beleza) desonera todos os demais membros da casa. Sobretudo os homens adultos e as crianças são dispensados do menor trabalho. Encontrei pessoas que pressupunham que a empregada tivesse como obrigação também juntar as roupas sujas do chão, sem contar quando não as recolhem molhadas no box do banheiro. A desvalorização radical do trabalho doméstico, sem dúvida herdada da época escravista (ver GOLDSTEIN, 2000, entre outros), aparece com clareza na resposta dada por crianças e mesmo adultos da casa, quando, por ventura, lhes é solicitado algum pequeno serviço (descarregar as compras, dar banho no cachorro ou buscar um objeto qualquer): “Tá pensando que sou tua empregada?”.

Quando se queixa da incompetência da empregada, insinua-se, então, uma dupla condenação: não somente ela cumpre tarefas de pouca importância – quase aviltantes, como nem isso ela faz bem!

Mesmo as patroas mais compreensivas, como a seguinte (a única entre as que entrevistei que contratava faxineiras e passadeiras para aliviar o trabalho da doméstica, sobretudo quando a moça engravidou), reconhece as “limitações” de sua empregada:

*Eu não sei quantas vezes eu já falei à Amélia sobre como eu gosto que guarde as coisas no closet, mas ela não entende. Toda semana eu vou lá e tenho que dobrar tudo novamente. Eu ensino a ela sobre as toalhas, por exemplo. Eu gosto das toalhas dobradas todas do mesmo jeito e que a parte das pontas fiquem para dentro da prateleira. Os tapetes: eu gosto que eles fiquem enroladinhos para diferenciar das toalhas de rosto. Ah, mas não*

adianta, quando eu volto lá é um dum jeito, outro doutro, tudo misturado...; isso eu vou ter que fazer a vida inteira!

A obsessão com a ordem se estende a todos os cantos da casa:

Os armários de cozinha são uma desgraça! Todo final de semana eu arrumo os *tupperware*, as panelas, as tampas. Ensino mil vezes essa coisa de colocar no fundo as coisas que não se ocupa tanto, as maiores, depois as menores; as tampas enfileiradas (também de maior a menor). Que nada! Quando eu abro o armário, despencam todos aqueles potes na minha cabeça.

As patroas frisam que, no final de semana, refazem a arrumação das gavetas, a organização dos espaços e limpam algum cantinho - pois as empregadas não têm capacidade ou disposição para fazê-lo. Uma patroa bastante exigente me contou:

Tenho que limpar o liquidificador, a batedeira... Essas coisas cheia de reentranciazinhas que elas não limpam mesmo... Tem muito a ver com pai e mãe, viu? A Alcinda é porca mesmo! Não aprende ou tem preguiça! Então, no final de semana, eu deixo de fazer alguma coisa do meu interesse, para colocar a geladeira em ordem, arrumar os armários, tirar as cracas da pia.

Especulando sobre o porquê destas queixas, podemos levantar uma série de hipóteses. Em primeiro lugar, é mister reconhecer que as empregadas vêm de um contexto bem distinto do de sua patroa e adquiriram competências domésticas de outra ordem.

É fundamental ressaltar que as empregadas com as quais trabalhei não demonstram se sentir incompetentes nas lidas da casa. Muito pelo contrário, frisam como, desde muito cedo, são treinadas para serem donas de casa. Começam por cuidar das crianças menores do que elas, logo aprendem a

limpar a casa e cozinhar para os homens ou para outros membros do grupo doméstico que estejam trabalhando<sup>53</sup>. Ter sua própria casa, cuidar dela a seu modo, cozinhar e lavar para o seu homem e suas crianças é a projeção de uma vida adulta para as mulheres dos grupos populares.

Quando questionava as empregadas onde elas haviam aprendido a fazer o trabalho doméstico, a resposta corrente era: “Em casa. Aprendi tudo em casa!”

No entanto, as casas onde elas foram criadas não são equipadas, nem organizadas da mesma forma que as casas burguesas.

Poucas delas têm cerâmica no chão, vidros nas janelas e portas. E o que dizer de azulejos, então? Faz pouco tempo que os eletrodomésticos – além do fogão a gás e a geladeira – começaram a chegar nos seus bairros. Raras são as empregadas domésticas que na sua casa têm liquidificadores. Nunca vi uma batedeira, uma torradeira. Apenas nestes últimos dois anos, “tanquinhos” – máquinas de lavar roupas simplificadas, as quais não possuem a função de centrifugação – começaram a constar como grande conquista para a dona de casa pobre<sup>54</sup>. Portanto, mesmo sendo filhas ou netas de

---

<sup>53</sup> Sobre o trabalho de meninas no lar consultar Alvim (1990), Machado Neto (1980) e Madeira (1997).

<sup>54</sup> Hill (1995) e Elisabeth Bortalaia Silva (1998), mesmo pesquisando em épocas diferentes ressaltaram que a introdução de novas tecnologias no ambiente doméstico nem sempre vem aliviar a carga do trabalho. Muitas vezes eles impõem uma complexidade à qual a mulher não se adapta tão rapidamente. No capítulo um, estas questões são colocadas em perspectiva.

FIGURA 02: “Cozinha da empregada”. A autoria: Sandro José da Silva; Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

FIGURA 03: “Cozinha da patroa”. A autoria: Sandro José da Silva; Vitória; 1996, fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada.

domésticas, as empregadas que pesquisei não estão, necessariamente, preparadas para o trânsito livre pelos espaços sofisticados das classes médias e altas. São competências que devem ser, e, geralmente, são, rapidamente adquiridas.

Mas poderíamos sugerir que a discordância entre as patroas e as empregadas advém também de concepções diferentes sobre o que seja

limpar e arrumar uma casa. Sem dúvida, a extrema insatisfação das patroas se remete, em parte, a um padrão de domesticidade, tal como foi previsto por Vigarello (1996) e Freire Costa (1983), que alia noções do campo médico, arquitetônico e administrativo. Um grande investimento é dispensado, por exemplo, no planejamento e decoração, sobretudo das áreas de serviços e cozinhas. Apesar das salas de visita serem importantes, as partes funcionais da casa recebem atenção especial com inúmeros armários, lavanderias com lugar para cada item e varais com sistema sofisticado de uso.

Zelando pelo bom desempenho de um papel que lhes foi historicamente delegado, as patroas encontram no discurso da patologia médica suporte para suas crenças. Limpa-se para evitar germes, contaminações, doenças. A necessidade de desinfetantes, de limpar os cantinhos, de lavar separadamente calcinhas e guardanapos, entre outras coisas, denuncia um vínculo entre as noções de limpeza e o campo médico. Limpa-se o invisível. Como Emengarda, uma das empregadas entrevistadas, contava: “Ela [a patroa] exige que a gente lave o chão com água quente e sabão. Só depois de enxaguar bem e secar ela manda a gente passar a cera”. Vejo aqui exemplos do que referimos no primeiro capítulo, sobre o desenvolvimento de noções da domesticidade moderna relacionada com higiene e a “visibilidade” ou não da sujeira (VIGARELLO, 1996).

Esta segunda hipótese sobre concepções diferentes de limpar estaria apoiada em certas falas e práticas das empregadas, muitas das quais juram que fazem o máximo para satisfazer as patroas, produzindo com seu trabalho um resultado visível e rápido. No final do expediente de trabalho, a casa não

Nas casas de Jardim Veneza – independente do seu grau de conforto – não existem instalações hidráulicas internas. Os chuveiros (quando existem), as pias e os tanques ficam no pátio.

FIGURA 04: “Área de serviço da empregada”. Autoria: Sandro José da Silva; Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

FIGURA 05: “Área de serviço da patroa”. Autoria: Sandro José da Silva; Vitória; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

pode apresentar vestígios de coisas por fazer: as camas devem estar bem feitas até à noite (embora tenham sido estendidas pela manhã), a cozinha limpa com a pia seca, o fogão e utensílios brilhando, os brinquedos das crianças guardados, a roupa lavada e, se possível - aquilo que as patroas mais adorariam, os panos de limpeza alvos, estendidos no varal. Frisam ainda que, em uma casa onde as pessoas transitam durante o dia inteiro, essa não é uma tarefa fácil:

É muito trabalho, menina! Eu cozinho, lavo, passo, arrumo. E o apartamento dela você precisa ver: é enorme! Tem 3 quartos, uma sala enorme, mas enorme mesmo: cabe a sala de jantar, mais dois jogos de sofá, aquelas cadeirinhas que ela coloca junto, mais mesas. Não é só a de centro, não. Ainda tem a cozinha, a área, e mais um quartinho... Tudo comigo! E as camas, Ju, cada vez que um dos meninos senta nelas, depois eu tenho que ir lá estender.

Para estas empregadas, limpar parece estar junto com arrumar, embelezar. A quantidade de material de limpeza que elas usam, razão de queixa permanente das patroas, está associada à idéia de que a casa não tem apenas que estar limpa, mas parecer limpa. Advém daí o gosto por sabões que façam bastante espuma e cheiro, pelo brilho, por exemplo, observado no areamento das panelas, no enceramento dos assoalhos e na escolha de enfeites brilhantes que verificamos em suas próprias residências<sup>55</sup>.

Eu sempre fui assim, sempre gostei de arrumar. Quando a gente era pequena, na roça, o chão da nossa casa era de terra batida. Eu molhava estrume de vaca... primeiro, eu esbrugava aquele estrume assim, depois molhava, fazia uma pasta e passava no chão. De manhã (tinha que fazer à

---

<sup>55</sup> Veja no capítulo cinco da tese, onde exploro mais o aspecto da domesticidade da empregada.



noite porque papai não gostava), tava sequinho. Aí é só varrer que fica brilhando como assoalho encerado. Era assim que eu fazia.

Na ênfase dada por empregadas a certas tarefas domésticas, aparece uma outra noção de limpeza, associada a uma aparência bonita, brilhante, que se possa ver. Por exemplo, o relato sobre técnicas de limpeza de Túlia - empregada experiente, dona de uma casa que destoa das outras de seu bairro pelo esmero da arrumação - não há menção nenhuma a germes e micróbios. O limpo é *visível*<sup>56</sup>. Na organização do mundo social de onde vêm as empregadas, o próprio significado do que seja cuidar da casa pode assumir outros contornos. No entanto, as patroas não concebem a possibilidade de uma outra ordem. Agem como se existisse (como se só pudesse existir) um único código de valores e perspectivas compartilhado entre elas<sup>57</sup>.

Esta constatação leva a uma terceira hipótese que não é inteiramente incompatível com as primeiras duas, de que as queixas têm como objetivo marcar a fundamental inferioridade da empregada. Assim, transparecem idéias de que essas trabalhadoras portam uma incapacidade pessoal, fruto do despreparo cultural, moral e cognitivo dos grupos de baixa renda. Trata-se de uma censura sutil e constante que acompanha a desqualificação da própria

---

<sup>56</sup> No bairro de moradia das empregadas, observamos que, mesmo dispondo de um sistema de encanamento de água em suas casas, essas mulheres têm o costume de armazenar água da chuva em tonéis. Como o Espírito Santo enfrentava um surto de dengue na época da pesquisa, perguntamos sobre a visita dos técnicos da saúde pública: “Ah, eles andaram por aí, botaram remédio aqui, mas logo que eles saíram verti toda água fora. Ora, botar veneno na água da gente!” (Claudina). Para essas pessoas, o “veneno” e os micróbios colocados na água são igualmente imperceptíveis. Mas como elas viram alguém botar o veneno no tanque, ele torna-se, portanto, mais real que o micróbio ou mal por ele causado. No capítulo um, indico a discussão acerca das noções de limpeza levantados por Vigarello (1996), onde a questão visibilidade/invisibilidade tornam-se fundamentais para definir representações sobre higiene.

<sup>57</sup> Mary Douglas (1976) desubstancializa a idéia de limpeza e sujeira: “não há sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem vê” (1976, p. 12). Eliminar a sujeira, ensina a antropóloga, é um ato de ordenação simbólica. Implica numa classificação que ordena o ambiente que nos envolve.

atividade de limpar a casa. Assim, ao reexaminar as queixas, vemos – tal como outras pesquisadoras trabalhando no Brasil – frases como: “Não sei quantas vezes já ensinei...mas ela não entende”; “Eu ensino...mas não adianta”; “Tem muito a ver com pai e mãe”<sup>58</sup>. “Não aprende ou tem preguiça”. Idéias que, se nem sempre surtem efeito entre as empregadas (convencendo-as que são incompetentes), não deixarão de influenciar no comportamento de seus próprios filhos, contribuindo assim para a perpetuação das relações de desigualdade<sup>59</sup>.

Uma última possibilidade a ser mencionada seria a de que o desentendimento entre patroas e empregadas possa ser fruto de atos de rebeldia das trabalhadoras. Esta hipótese, no entanto, será contemplada no capítulo seguinte, onde analisaremos as relações de reciprocidade e rebeldia.

### **2.3 A relação com as crianças**

Edilene me conta, com evidente orgulho, o que a filha de sua patroa, uma menina de cinco anos, disse para ela: "Lene, tu podia acertar na Sena, né? Aí tu só vinha aqui prá brincar comigo. Tu podias almoçar e deitar na cama da mamãe, para descansar, como ela faz". Edilene fecha seu relato acrescentando, “A idéia da menina! Deitar na sua cama?!”

---

<sup>58</sup> Alice Inês de Oliveira (1997), estudando as representações de domesticidade na década de 50, mostra como as patroas eram estimuladas a reformular o comportamento das empregadas que chegavam às suas casas já viciadas com maus hábitos do seu meio cultural. Goldstein (2000) tem sugerido que os patrões brasileiros concebem suas empregadas como seres estúpidos, quando não inteiramente burros, portadores de uma ingenuidade divertida, incapazes de assimilar hábitos mais refinados.

<sup>59</sup>As empregadas jovens, em início de carreira, encontrarão na casa das patroas a radicalidade de seu lugar subalterno no mundo. Uma “mulher feita”, que no seu mundo é reconhecida como adulta competente e boa dona de casa, pode sentir-se muito ofendida quando repreendida pela patroa.

Essa pequena cena revela aspectos fundamentais da relação entre a empregada e a família para a qual trabalha. Aponta para o afeto que existe entre a empregada e as crianças das quais ela cuida. Mas mostra também a consciência de ambas partes – crianças e empregadas – da enorme distância social que as separa.

Começamos nossa discussão sobre a relação entre empregadas e filhos da patroa aprofundando a questão do afeto. Em quase todas as casas de patrões que investiguei, as crianças, quando não estavam na escola, permaneciam grande parte de tempo com as empregadas, sem a presença dos pais. Os pais, trabalhando fora, deixavam essas crianças sob responsabilidade das domésticas 2/3 do dia.

A intensidade de contato entre crianças e suas empregadas criava, em muitas situações, um vínculo que extrapolava a situação profissional. No pequeno álbum de fotografia de Edilene, encontramos, ao lado das fotos usuais de família (a mãe no caixão, seu próprio casamento, algumas 3 x 4 de irmãos e sobrinhos) pelo menos uma foto de cada criança de quem cuidou em seus 28 anos de carreira doméstica. Quando ela está em casa, “depois do serviço”, não pára de contar as façanhas de seus tutelados do momento – o que fulaninha falou, o que beltraninho fez... de forma que seus vizinhos e familiares conhecem tudo dessas crianças (seus aniversários, sua roupa preferida...). É quase como se fossem parte da família da empregada. É comum – mesmo quando o contrato de trabalho é suspenso – as empregadas continuarem a acompanhar a vida das crianças a quem tomou conta. Telefona eventualmente para falar com elas, consulta uma colega que esteja trabalhando na rede de sociabilidade da ex-patroa, ou simplesmente calcula suas idades, de longe, lembrando da data de seus aniversários ou mantendo fotos das crianças nos seus álbuns de recordação.

As crianças que as empregadas tomam conta passam a fazer parte afetiva das suas memórias. Aqui vemos a empregada usando a porta do armário como painel para as fotos das crianças que ela deixou de cuidar há dois anos atrás.

FIGURA 06: “O cuidado dos outros”. Autoria: Jurema Brites; Serra; 1998; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

Em destaque na casa da empregada – compondo os elementos decorativos – encontra-se um quadro com fotografia de três crianças, filhos de patrões, que já passaram por seus cuidados.

FIGURA 07: “O destaque dos pequenos patrões na casa da empregada”. Autoria: Jurema Brites; Serra; 1998; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

Uma rápida digressão pela literatura sobre família em grupos populares nos ajuda a colocar essas atitudes em perspectiva. Analisando a lógica da “circulação de crianças”, Claudia Fonseca (1995) levanta a hipótese de uma ‘coletivização’ de responsabilidades maternas para com as crianças dos grupos populares<sup>60</sup>. Conforme essa noção, surgem vínculos fortes entre crianças e as mães de criação (avós, madrinhas, vizinhas) que cuidam delas. Não é difícil imaginar como, do ponto de vista da empregada, esse tipo de vínculo também se crie com os filhos de sua patroa. Possivelmente, por sua tradição cultural de não conceber a maternidade apenas como atribuição da genetriz, as empregadas se entreguem tão facilmente a crianças que sabem temporárias em suas vidas.

Nesse contexto, uma mudança de emprego pode significar uma enorme perda afetiva. Edilene, por exemplo, caiu em depressão depois que seus ex-patrões se mudaram do Estado. A atual patroa chegou a ligar para a anterior (são amigas) sugerindo que a empregada pudesse ir conhecer o lugar onde as crianças estavam instaladas para que, talvez assim, pudesse sofrer menos com a separação. De fato, muitas vezes, o motivo para uma empregada agüentar um serviço mal pago é a dificuldade em se separar das crianças das quais toma conta.

Há sinais semelhantes do apego de crianças pelas “suas” empregadas. Uma patroa, por exemplo, nos relatou como o filho adoeceu quando o marido de Arlete, sua empregada, obrigou-a a deixar o emprego. Ouvi variantes desse tema em inúmeros outros relatos, sublinhando uma intensidade de contato que não deixa de ter conseqüências importantes.

Se, como vimos nos discursos sobre limpeza, os patrões adultos são impermeáveis ao universo cultural das empregadas domésticas, o mesmo não acontece com as crianças. Elas dialogam com as empregadas, ouvem suas histórias, escutam a mesma música no radinho de pilha da cozinha,

---

<sup>60</sup> Colen (1995) mostra um sentido semelhante de maternidade vivenciada pelos caribenhos que se expressa na prática da *fosterage*.

perguntam muitas coisas. Nessa intimidade cotidiana, as empregadas podem assumir conscientemente o papel de transmissoras de conhecimentos.

Muitas meninas, filhas das patroas, eram estimuladas pelas empregadas a aprender o serviço doméstico. Elas aprendiam através de um exercício prático e de observação, enquanto as empregadas executavam seu serviço. Assisti a uma empregada dissecar uma galinha para ensinar a filha de quatro anos da patroa que esses animais não têm dentes, onde se formam os ovos e, para cozinhar, como se separam as partes. Como nas suas próprias casas, as empregadas transmitem para as crianças um conhecimento experimentado no cotidiano.

Mas existe outro tipo de saber transmitido de forma menos consciente, através da convivência e fofoca. Assim, não é raro a mãe saber determinadas coisas sobre suas empregadas através dos comentários dos filhos pequenos. Eu mesma era constantemente informada pelas crianças. Certa vez, perguntei a uma empregada sobre um novo namorado e a menina da casa antecipou a resposta: “ela continua com aquele antigo. Eles passaram o fim de semana juntos”.

Contando sobre seus namoros, sobre suas brigas com vizinhos, as empregadas muitas vezes trazem para as crianças de seus patrões um mundo menos dividido entre vida adulta e vida infantil<sup>61</sup>. Algumas meninas que conheci eram instruídas sobre a vida sexual pelas empregadas:

*Inês (5 anos): Ela me contou que transa com o Jorge, eles se encontram na Praça dos Namorados.*

*Jurema: E o que eles fazem?*

*Inês: Passa as mãos nos peitos, se beijam, dormem junto, ué!*

*Pauline (4 anos): Né que boceta é feio?*

---

<sup>61</sup> Lembremos aqui das possibilidades abertas pela análise de Ariès (1981) sobre a socialização de crianças na França do Antigo Regime. Era antes pela sociabilidade da rua e a convivência com adultos que as crianças adquiriam novos conhecimentos.

Inês: A Iris (empregada da casa da menina) me disse que o nome é bu -ce - ta.

Edilene: É perereca que se diz.

Pauline: Perereca? Vagina não pula, pula?

De forma significativa, não ouvi quase nada daquelas queixas tão comuns em famílias européias e norte-americanas (MATIN-FURGIER, 1979) sobre o perigo de poluição moral das crianças através do contato com empregadas pouco instruídas. Nas entrevistas com os patrões, foi possível observar que o ensino dos filhos ocupa um lugar central nas suas preocupações. Inclusive, é muitas vezes justamente para pagar boas escolas particulares que os pais e mães aceitam se afastar durante longas horas de suas famílias, tentando ganhar dinheiro suficiente para sustentar este padrão. Porém, esses pais da classe média que entrevistei, quase nunca pensavam na empregada como uma fonte de aprendizado para os seus filhos. Ninguém empregava uma babá com responsabilidades especializadas, voltadas para os filhos (cuidar das crianças estava incluído entre outras tarefas, como cuidar da roupa, da casa e cozinhar).

Embora as patroas reclamassem o tempo inteiro de suas empregadas quanto à limpeza, nunca relataram queixas sobre o tratamento com as crianças, seja de maus tratos seja quanto à educação. Apenas um pai expressou dúvidas sobre o que se passava entre sua filha e a empregada e, de forma significativa, tratava-se de uma pessoa (filho de empregada doméstica) que tinha ascendido socialmente. Podemos supor que, a ânsia de marcar a distinção entre ele e a subalterna, o fez provar de uma rigidez pouco comum em outras famílias de seu bairro<sup>62</sup>.

As patroas ainda podem contar alguma história escabrosa sobre crianças torturadas por empregadas, mas não parecem associar essas

---

<sup>62</sup> Nas diversas referências que faço nesta tese sobre a “distinção”, estou me inspirando no trabalho de Elias (1990) assim como de Bourdieu (1994).

histórias a suas próprias empregadas. Quando as patroas se referiam à pessoas concretas, nunca tinham um caso de maus tratos infantis por domésticas para contar. Pelo contrário, entre as pessoas pesquisadas, um grande alívio da maioria das mães-patroas era reconhecer a boa vontade das empregadas para com seus filhos. Apenas duas mães em toda a amostra expressaram temores quanto à influência da empregada, e uma destas fez questão de relativizar seus medos:

*Nunca deixei meus filhos serem criados por empregada! Bem, agora eles são uns homens. Naquela época, com toda a moda da psicologia eu não queria que meus filhos fossem assustados por Bicho Papão ou o Velho do Saco, sabe? Hoje me dou conta o quanto fui tola. Naquela época as crianças eram criadas sob esses medos todos, mas que eram fantasia. Eram uma projeção irreal da violência. Hoje, ao contrário, ninguém mais conta história de bruxa, mas a violência pode estar dentro da tua casa através da empregada, ou do marido dela que venha te assaltar ou te seqüestrar.*

A partir dessas falas, seria fácil pressupor uma relação cordial “quase-familiar” como aquela descrita por Gilberto Freyre (1989)<sup>63</sup> – e, na literatura mais recente, por Roberto Da Matta (1987) – sobre a relação patrões-empregada. Mas não devemos esquecer que é nesse mesmo ambiente que as crianças dos patrões são socializadas na lógica profundamente hierárquica que coloca as empregadas num mundo à parte.

A questão é: se existe tanta intimidade e afeto entre as crianças e suas empregadas, como se reproduzem patroas adultas com um sentido tão forte

---

<sup>63</sup> Como ilustra esta passagem de Casa Grande e Senzala: “Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala no canto de ninar do menino pequeno, em tudo que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo”.(FREYRE,1989, p. 283).



de hierarquia e como se separam esses mundos? Não é regra entre os padrões investigados um tratamento ríspido com suas empregadas. As crianças aprendem a distância social entre elas e as empregadas domésticas através de outras vias – informações subliminares, como, por exemplo, nos dizeres dos seus pais e na disposição de espaço.

Quarto de empregada, banheiro de empregada, dependência de empregada são espaços de segregação e onde o respeito ensinado às crianças de classe média com as posses alheias desaparece. Os espaços destinados às empregadas na casa das patroas não respeita a individualidade das trabalhadoras. Então, podem estar cheios de entulhos, vassouras, baldes e tudo que não presta mais ou que deve permanecer escondido para não perturbar a beleza e a ordem do lar. Como diz Donna Goldstein ao analisar o “quartinho” e banheiro da empregada:

Essa peça, antes destinada a ser moradia, agora serve apenas para uso durante o dia. Trata-se de uma peça situado inevitavelmente atrás da cozinha e a lavanderia, onde, em geral, não cabe mais do que uma pequena cama de solteiro. O banheiro revela o verdadeiro status da empregada nesta casa. Essa área exígua mal tem lugar para um chuveiro e um vaso sanitário. Naqueles que vi, é comum encontrar a toilete sem assento, mas quando este existe, a arquitetura do espaço faz com que, quando se liga o chuveiro, a peça inteira inunda, inclusive o assento. É difícil, se não impossível, dar a esses espaços uma aparência limpa e organizada<sup>64</sup>. (2000, manuscritos)

Entrevistando uma patroa em Praia Velha, aprendi o quanto as conversas e atitudes atrás dos bastidores, que travam-se entre os familiares, vão reproduzindo (às vezes não muito sutilmente) a naturalidade da posição

---

<sup>64</sup> The room, once meant for a live-in arrangement, but now, more often for daily use, is always behind the kitchen and the laundry room, and it usually cannot fit much more than a small single bed. The bathroom facilities reveal the true status of the domestic worker in the household. These areas usually barely fit a shower and a toilet basin together in a cramped space. In the ones I have seen, it is common that a toilet bowl bereft of a set is provided: but the architecture of the room itself makes it such that when the shower runs, it soaks the entire area, including the toilet bowl. It is difficult, if not impossible to make these spaces appear clean and tidy (GOLDSTEIN, 2000, manuscripts).

## Metáforas da Desigualdade

FIGURA 08: “Banheiro da patroa”. Autoria: Sandro José da Silva; Vitória; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

FIGURA 09: “Banheiro da empregada”.  
Autoria: Sandro José da Silva; Vitória; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

subalterna para estas pessoas que trabalham em suas casas, Aproveitando o duplo papel (de patroa e pesquisadora) que a peculiaridade de minha inserção em campo oportunizou, desfrutei de momentos de muita intimidade com os informantes – momentos em que o roteiro encoberto entre as patroas se revela (Scott, 1990). Estavam presentes durante a entrevista a patroa, suas duas filhas (16 e 5 anos), meu assistente de pesquisa e eu. A patroa nos falava do quanto é necessário “tratar bem” as empregadas, sem deixar que as pessoas “confundam as coisas”.

*Outro dia, eu cheguei em casa e encontrei Alcina esparramada no sofá, assistindo TV. Os pés em cima da mesa, aqueles braços abertos sobre o encosto do sofá. Vê se pode? No mesmo lugar que depois eu e as minhas filhas vamos descansar! E ela lá com aquela “inháca ” no meu sofá!!*

Então, ensinando como devemos nos comportar em cena pública, a patroa acrescenta:

*Ah, não tive dúvida. Chamei ela num canto e conversei, com jeito, que é para não ofender, entende? Porque também não se pode ter um inimigo em casa, melhor é usar do bom entendimento, percebe?*

*- Olha aqui, Alcina, não fica bem você ficar aí sentada na sala de visitas. Não que eu me importe, mas pode chegar alguém. E se Ernesto (namorado da patroa) aparece para jantar? Não fica bem, entende? Se você quiser assistir TV, veja no quarto das meninas.*

São nessas cenas de intimidade familiar que a relação com as domésticas serve de maneira paradigmática para socializar as crianças na lógica de uma sociedade hierárquica e estratificada. Exemplos que registrei no meu diário de campo demonstram como a segregação dos espaços é espelhada na atitude das crianças:

Pauline (4 anos): Sabe, a Inês falou que a mãe dela disse que a gente não pode usar o banheiro da empregada.

Jurema: Por quê?

Pauline: Porque empregada tem doença na bunda.

Inês: É, a minha mãe explicou que se a gente senta no vaso onde a empregada senta, a gente pega doença, porque elas têm doença na bunda.

Dois amigos (7 e 10 anos) de Pauline (5 anos) chegaram na casa e encontraram a empregada deitada no sofá, assistindo à TV, enquanto Pauline desenhava numa mesa ao lado. Eles chamaram a menina e comentaram: “Manda ela sair daí. Onde já se viu empregada sentada no seu sofá! Mamãe não deixa a Neiva nem sentar na nossa cama!”

Devemos aqui lembrar da ambivalência demonstrada pela menina que imaginava como as coisas seriam diferentes se sua empregada pudesse ganhar na Sena. O mundo naturalizado da segregação de espaços, da poluição e da doença, é implicitamente associado a uma questão de classe. Se a empregada tivesse dinheiro, as coisas seriam diferentes. O afeto poderia ser traduzido em amizade, e os espaços comungados. Mas na situação atual, a distância social é tomada como um fato natural. Desde cedo, as crianças das casas patronais vão introduzindo no seu repertório os sinais da distância que deve-se manter dos serviçais, em pequenos *rituais interpessoais de dominação*, como mostramos, no capítulo um, ter nos ensinado Rollins (1990).

Interessante é pensar nessa separação de espaços como didática de uma distância social. Fátima Mernissi (1996), relatando sua experiência de menina em um harém marroquino, desfaz nosso imaginário de prisão erótica de mulheres árabes, mostrando que lá dentro viviam famílias inteiras e que a segregação das mulheres, muito mais do que a proibição de saída à rua - porque esse grupo o fazia em determinadas ocasiões - constituía-se na introjeção do que significava *hudud*. O termo indica uma noção de fronteiras intransponíveis, mais do que um espaço concreto definido. O *hudud* dos

homens não podia ser visitado, o cortinado de veludo que separa o andar da matriarca não podia ser transpassado.

O *hudud* serve aqui como metáfora para indicar o significado do modo como as empregadas ocupam os espaços na casa dos patrões e de como as crianças aprendem através de suas rotinas cotidianas a naturalizar a desigualdade, conciliando relações carregadas de enorme afeto com a aparentemente inevitável distância social.

No próximo capítulo, analisaremos os dois lados da moeda da reciprocidade assimétrica que, sem dúvida, fazem parte desses relacionamentos: a ajuda material prestada pelos patrões às empregadas – o copo cheio de deferências que se espera em troca – e as respostas que os subalternos elaboram a esta regra imposta pelos grupos dominantes.

### 3 NA CASA DA PATROA II: RECIPROCIDADE E REBELDIA

Certas características da relação patroa-empregada, manifestas nas atividades voltadas para a limpeza da casa e os cuidados das crianças, tornam-se ainda mais evidentes quando olhamos de perto para os objetos – móveis, roupas, comida – transferidos da casa da primeira para a casa da segunda. Nos trânsitos envolvidos nestas coisas dadas, tanto quanto naquelas supostamente roubadas, vemos mais uma vez a mistura particular de afeto e antagonismo que espelha e reforça as relações desiguais de poder. Em outras palavras, trata-se de uma "transmissão de patrimônio"<sup>65</sup> constituindo-se como parte integrante do sistema de reprodução estratificada. Neste capítulo, no entanto, introduzimos um novo elemento na discussão, pois se até agora as empregadas pareciam se comportar de forma mais ou menos submissa a este sistema, cúmplices de sua própria exploração, veremos aqui o início de uma reação, a abertura de espaços nos quais essas mulheres exercem sua "agência", inventando táticas diversas para minimizar as desvantagens e até mesmo tirar algum proveito do sistema, como Scott (1985) nos ensina. Esta perspectiva dará a tônica dos capítulos seguintes quando, chegando no universo social das próprias empregadas, iremos além dos roteiros públicos (*public transcript*), além da simples resistência, para adentrar nas dinâmicas sociais que fazem parte de um modo histórico de vida.

---

<sup>65</sup> Neves (1988) procura readaptar o conceito "transmissão de patrimônio", o qual considera demasiadamente vinculado nas análises clássicas à transmissão de herança material. Neves, pesquisando uma população tradicionalmente despossuída de bens materiais (mendigos), propõe incorporar saberes, valores, modos de vida, que possam ser transferidos de uma geração à outra. Estou, mais uma vez, re-alinhando o conceito, porque no caso de minha pesquisa, a transmissão não se dá entre pessoas de uma mesma classe, família ou linhagem. Mas aqui reconheço que nas relações patrão-empregada tanto bens materiais, quanto saberes entram em trânsito.

### 3.1 Donativos: uma transmissão de patrimônio

Um simples passeio pelos cômodos das casas das empregadas domésticas revela uma quantidade enorme de móveis e utensílios que, em outro tempo, pertenceram às patroas.

Túlia trabalha há 28 anos como faxineira de um prédio em bairro de classe média de Vitória. Em virtude da sua condição de funcionária antiga, ela tem um relacionamento estreito com os moradores, para os quais presta serviços domésticos esporádicos, além de agenciar empregadas para os mesmos. Na casa de Túlia, quase tudo veio da casa de algum patrão ou amigo de patrão: os armários da sala vieram da casa de seu Darci, um viúvo para quem ela faxinava; as louças, os quadros e enfeites da parede, da casa de Patrícia que “entregou tudo para mim [Túlia] porque sabia que eu ia apreciar e cuidar”; o roupeiro de oito portas veio da casa de seu Arnaldo, “ele me deu quando reformou o quarto dos meninos”; as camas “eu comprei baratinho de um rapaz ali de Jardim Veneza. A patroa da mulher dele tinha dado pra eles e eu sabia que eles estavam apertados, fui lá e paguei baratinho”; o colchão de casal “a netinha do seu Pascoal mijou e ele jogou no lixo, eu fui lá e peguei pra mim”.

Muitos estudiosos têm mencionado esse tipo de troca, mas para fazer referência a um elemento de exploração utilizado pelos patrões que complementam ou substituem parte do salário pago à empregada com donativos<sup>66</sup>. Através do referencial etnográfico, pretendo mostrar que essas trocas revelam muito mais do que salário indireto. A descrição microscópica, possibilitada por este recurso metodológico, permite-nos inserir o detalhamento desta prática dentro de um contexto mais amplo das relações de classe em nossa sociedade. Permite, também, ver certos paralelos entre

---

<sup>66</sup> Como mostrei acima, trata-se de um argumento que aparece em vários textos, como em Chaney & Castro (1993) e Kofes (1991), por exemplo.

os presentes oferecidos pela patroa à sua empregada e os pequenos furtos<sup>67</sup> que ocasionalmente esta comete na casa de sua empregadora. É este sistema de trânsito de bens que proponho analisar como "transmissão de patrimônio".

Compreender a troca de bens que acompanha a prestação de trabalho doméstico como transmissão de patrimônio tem a vantagem de pensá-la como algo que extrapola o sentido estrito da relação monetária, para incluí-la num sistema de comunicação, onde, além da coisa, significados sociais são transmitidos. A proposta de tratar esse "trânsito" de bens como "transmissão de patrimônio" (NEVES, 1988) reside na idéia de que não são apenas bens materiais que estão sendo trocados nessa relação. Os objetos, no sentido que Claudia Magni (1994) toma de Ulpiano Menezes, "não existem de forma autônoma. Enquanto 'suporte material, físico, imediatamente concreto da produção e reprodução da vida social', eles devem ser considerados como 'produtos e vetores das relações sociais' " (MAGNI, 1994, p.11).

Marcel Mauss (1974) estudando o direito e a religião maori, fala algo muito semelhante ao descrever o *hau*, o espírito, a alma de todas as coisas. O *hau* mantém o vínculo das coisas com o seu território nativo. Portanto, ele acompanha a coisa dada, até que ela possa regressar ao seu local de origem (MAUSS, 1974, p. 54-55). Para Mauss, a noção de *hau* revela que dar uma coisa é dar um pouco da alma residente nela e tem como conseqüência o estabelecimento de uma dívida que só é saldada com outro dom. Certamente, é uma noção semelhante à lógica do dom que inspira as patroas quando calculam o tipo de retribuição à qual têm direito em troca dos pequenos presentes oferecidos à empregada. Vide o caso seguinte:

---

<sup>67</sup> A língua portuguesa formal distingue "roubo" de furto, estabelecendo que o primeiro trata-se de uma subtração de qualquer bem alheio mediante o uso de violência. Corriqueiramente, na fala de pessoas comuns essa diferença não é reparada. Meus informantes referiram-se sempre a "roubos" para falar da situação de furtos continuados na casa dos patrões, sem relacioná-los com isso o uso de violência.



Uma das mulheres pesquisadas, considerada boa patroa, explicava por que sempre consegue boas empregadas:

*Se eu vou redecorar minha casa, não vou vender essa mesa aqui, por exemplo, vou dar para minha empregada. Com ela, estou ganhando cinco anos de fidelidade, de dedicação dessa pessoa.*

A constatação desta patroa é confirmada pelas empregadas incluídas nesta pesquisa que, por unanimidade, reconhecem, nos presentes das patroas, uma das vantagens principais de seus empregos. É este o cálculo embutido na apreciação de Amélia, quando prefere continuar como doméstica, recebendo um salário e meio por mês, apesar de ter habilitação de manicure. Mesmo podendo multiplicar por 4 ou 5 vezes o seu salário, os ganhos como manicure não lhe garantiriam as portas de sua casa em construção, recebidas por ocasião da última reforma do apartamento de sua patroa, nem a geladeira duplex, os armários da cozinha ou o aparador de “vidro fumê”. Conhecedora da generosidade de sua patroa com empregadas anteriores, Amélia apostava nos benefícios que também receberia:

Jurema: Ela [a patroa] dá muitas coisas pra sua filhinha?

Amélia: Até agora não. Só muito amor. Também ela [minha filha] ainda é tão pequenininha!<sup>68</sup>

Além dos salários, os patrões dão coisas aos empregados, mas só aquelas que já perderam a utilidade no seu padrão de consumo. Raramente compra-se coisas novas para dar de presente para as empregadas, elas ganham aquilo que para a família empregadora não serve mais: sutiãs e calcinhas velhos, roupas que ficaram pequenas nas crianças, uma blusa que manchou, a geladeira usada, um enfeite que foi substituído, o que sobrou do

---

<sup>68</sup> Realmente Amélia sabia o que esperar. Mal a criança completara um ano, já contava com vários presentes vindos da patroa de sua mãe – um carrinho de bebê usado, muitas roupas e até mesmo o pagamento da mensalidade da creche da menina.

almoço de domingo... Cabe tecer algumas reflexões sobre o que representa a noção de "coisas de segunda mão".

No universo dos patrões, não se pensa em colocar nada no lixo. Passa-se adiante aquilo que para si não tem mais utilidade. Como os objetos não estão descolados dos contextos sociais onde eles existem, acompanha a dádiva a significação que ela assume socialmente. Com as coisas dadas, transita a lógica das relações sociais entre doador e donatários. Uma das mensagens veiculadas pela oferta de presentes é a da hierarquia social.

Segundo esta ideologia, usam coisas de segunda mão pessoas socialmente indicadas: pessoas de "segunda classe". As trocas na esfera familiar também existem, mas não se oferece coisas usadas para alguém superior. Note-se que essa prática é muito diferente daquela da apreciação de relíquias e antiquários. Os brechós são espaços de consumo sofisticado entre a classe média. São lojas onde se compra, e geralmente por preço maior, artigos que representam um tempo passado, não "coisas usadas". Da mesma forma poderíamos pensar nas relíquias de família, onde se reconhece um *hau* (o espírito da coisa) no objeto transmitido através das gerações. Não se imagina alguma empregada "herdando" o relógio de parede da vovó<sup>69</sup>.

A lógica do dom destinado à empregada aponta para a primazia/excelência do doador e de sua superioridade em relação a quem recebe (MAUSS, 1974). Nos objetos oferecidos pelos patrões, vem acoplado o recado: primeiro eu uso, primeiro eu sento, primeiro eu como. Você usa o meu descarte, não senta no meu lugar, come depois o que sobrar. O lugar das coisas reflete o lugar social. Assim como a empregada ocupa na casa dos patrões espaços residuais, as coisas que ela ganha também são sobras. Podemos tirar como consequência desta lógica um primeiro princípio que pressupõe a dádiva destas coisas: na relação entre doador e donatário, quem dá uma coisa de segunda mão ocupa um lugar superior na hierarquia.

---

<sup>69</sup> É claro que existem exceções, adiante relatarei um caso em que a patroa, próxima da morte, preferiu confiar alguns objetos de estimação à empregada.

Como o patrão repassa para seus subalternos coisas excedentes do seu consumo, associado ao primeiro princípio destes presentes (a definição de que o doador ocupa um lugar superior na hierarquia) pode-se depreender ainda outro: o de que a ascensão social dos subalternos depende da ascensão que seus próprios patrões possam vir a ter. A noção "quando eu melhorar, você receberá coisas melhores também" pressupõe que a desigualdade social entre as pessoas é uma situação natural e a hierarquia social permanecerá mesmo que se desfrute de mobilidade social. A ascensão social dos pobres é representada como sendo dependente da relação com os seus superiores<sup>70</sup>.

Não é por acaso que o grupo ascendente de empregadas domésticas é constituído justamente por aquelas que reconhecem mais visivelmente os códigos culturais dos patrões (procuram imitar seus padrões de consumos, por exemplo), como também são elas que trabalham para pessoas mais claramente paternalistas. Daisy Barcellos (1996), estudando a ascensão social entre negros em Porto Alegre, sugere que essa crença não é sem fundamentos. Relata que, entre seus informantes, em certas gerações, a estratégia de mobilidade ascendente do grupo estava vinculada a uma relação de fidelidade ao patrão: "ser negro de alma branca", "ser reconhecido, grato", "ser humilde", "tirar proveito das relações com os superiores", fazem parte do repertório legítimo para conquistar a ascensão social. Estas são estratégias "racionalistas", segundo a autora, para obter espaço social: "Esses princípios são atrelados a uma base de obediência e lealdade ao branco superior, sem o quê a obtenção de vantagens ou benefícios, que em outras circunstâncias seriam normais, seria impossível considerando a ideologia paternalista da sociedade brasileira" (BARCELLOS, 1996, p.13-14).

Podemos supor que as empregadas capixabas, assim como as empregadas negras gaúchas descritas por Barcellos, fazem parte de um contexto em que "atrelar seu carinho" à família da patroa, desfrutando das

---

<sup>70</sup> Sobre atitudes semelhantes, em sociedades que Dumont chama de hierárquicas, ver Dumont (1977).

coisas e ajudas extra-familiares não é, ao todo, uma estratégia completamente ineficaz para realizar um projeto de ascensão social.

### 3.2 Como se recebe

Depois de refletir qual o princípio do Dom, devemos pensar na sua contrapartida, como a coisa é recebida entre os subalternos. Um dos aspectos importantes é pensar o significado das "coisas dadas" quando inseridas no seu novo ambiente (tema que, iniciado aqui, será aprofundado nos próximos capítulos). No Brasil, não são apenas os mendigos que vivem de restos, os pobres em geral se reproduzem mais facilmente porque sabem se valer desses recursos que sobram nas camadas da elite da sociedade<sup>71</sup>. Observando o cotidiano das empregadas domésticas em seus bairros, nota-se uma economia de reutilização que mantém a reprodução social desses grupos.

Na casa de Emen, por exemplo, o dinheiro minguou desde agosto. Dos R\$ 287,00 que arrecadava nos seus dois empregos, hoje conta somente com R\$ 70,00. Uma família suspendeu os seus trabalhos porque saíra de férias. Do outro emprego foi demitida porque faltou dois dias. Não conseguindo coisa melhor, aceitou trabalhar na casa de um vizinho "rico", dono do comércio mais bem sucedido do bairro. Para este senhor trabalha também o filho de Emen de 16 anos, recebendo R\$ 50,00 por mês como montador de móveis. Ela lamenta que, logo nestes meses chuvosos, tenha que retardar a construção de sua casa, já que o barraco onde mora alaga todo ano nesta época porque é construído em cima de um mangue. Como Emengarda, o marido e os dois filhos sobrevivem com aproximadamente R\$120,00. Ou seja, como uma

---

<sup>71</sup> Sobre a organização da mendicância, ver Neves (s/d), Jardim (1998), Magni (1994).

família de quatro pessoas pode se sustentar com menos de um salário mínimo?<sup>72</sup>

Mesmo com uma renda média mensal aproximada de R\$ 420,00 por unidade doméstica, a sobrevivência das empregadas que entrevistei só é possível porque usam muito pouco dinheiro para atender às suas necessidades básicas: Emem, depois de dois meses, já havia conseguido na Associação de Moradores dois sacos de cimento para concluir o piso dos quartos do barraco. Terezinha passa no mercadinho da frente de sua casa, no final do dia, para ganhar os restos de verdura que compõem a comida das galinhas; Túlia, como a maioria de suas vizinhas, troca vales-transporte (que ganha no serviço) por leite, pão, verduras... Edilene explica que troca itens que excedem da cesta básica por outros mais necessários com a dona do supermercado do bairro. No meio desta economia de troca, os patrões desempenham um papel fundamental, não somente para a empregada, mas para toda a rede familiar dela. Túlia recebeu uma sacola de roupas da patroa da cunhada; Emília pediu para a patroa da tia uma mochila para sua filha. Como viver com tão pouco e ainda conseguir construir, comprar “tanquinho” e som para a casa sem contar com as sobras das classes abastadas? E que maneira melhor para ter acesso a estas sobras do que passando pela patroa de alguém?

Coisas que não farão falta na casa dos patrões podem assumir outra vida na casa das empregadas. O descartado sofre uma atualização no novo ambiente. Um abajur quebrado pode servir de vaso, uma roupa manchada pode ser usada para as crianças brincarem no quintal, um sutiã velho pode servir mais uns anos para quem não gasta com aquilo que não aparece. Na reutilização que fazem de coisas inúteis para os patrões, as empregadas domésticas atribuem uma outra dimensão para o consumo. As coisas adquirem vida mais longa. Não se jogam coisas fora. Não é somente por miséria que se continua usando a cadeira sem encosto, mas sim porque ela ainda serve para sentar. Apesar de ter comprado um álbum de fotografias

---

<sup>72</sup> Os dados são de 1996.

novo, Edilene ainda mantém aquele que sua patroa jogou fora - na lixeira - e que continua abrigando fotografias em sua casa.

Isso não quer dizer que essas pessoas estejam imunes aos apelos do mercado de consumo. Mas é justamente porque se ganha tantas coisas que os magros vinténs resultantes dos seus salários são suficientes para a aquisição de bens no mercado. Certamente, através dessa circulação de patrimônio, garante-se uma reprodução dos grupos populares brasileiros a custos tão baixos. Explica-se, dessa forma, o espanto dos analistas ante o milagre de uma população conseguir sobreviver com um salário mínimo.

A transferência de bens entre a casa da patroa e a casa da empregada tem, contudo, repercussões que vão muito além do aspecto meramente econômico. A maneira como algumas empregadas domésticas discorrem sobre o percurso de cada item que receberam de algum patrão demonstra que esta transmissão de objetos extrapola a dimensão econômica, fazendo lembrar a idéia de *hau* de Mauss (1974). Anteriormente aludimos a esta noção maussiana para demonstrar que um significado acompanha as coisas,

FIGURA 10: “Casa da patroa”. Autoria: Sandro José da Silva; Serra; 1995; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada (9x12,5).

O antigo armário da cozinha da patroa agora abriga a louça da empregada: os potinhos coloridos, como pode-se ver, acompanharam o armário. Mas não é só isso: as travessas de servir, guardadas dentro do armário, e os pratos de porcelana já foram da patroa; o açucareiro e as latas de chá foram recuperados do lixo, por ocasião da mudança de casa da patroa.

FIGURA 11: “Casa da empregada”. Autoria: Sandro José da Silva; Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor (12x15).

fazendo delas portadoras de nossas concepções e visões de mundo. Naquela parte do trabalho, chamávamos a atenção para a perspectiva patronal que, no ato da dádiva, acopla ao presente tanto a noção de que o doador é superior (porque tem algo a dar), quanto a idéia de que o mesmo é merecedor de deferências vindas da parte dos receptores (pois sua generosidade deve ser recompensada com subserviência). Já o espírito da coisa dada, na perspectiva das empregadas, assume dois sentidos: um diz respeito à manutenção da memória familiar das patroas através das histórias que os objetos continuam a contar na casa das empregadas. Outro, que analisaremos nas seções posteriores, refere-se ao lado menos harmônico da reciprocidade.

Assim, muitas destas mulheres, que durante anos de trabalho compartilharam da intimidade das famílias empregadoras, guardam consigo velhos objetos, móveis e roupas que lhes foram presenteados, e com eles as histórias dessas famílias. Túlia, uma dessas exegetas de sua própria cultura, reconhece a andança de cada móvel que coleciona na sua casa, guarda consigo o espírito de cada coisa:

Esta jarra aqui era da dona Leocádia. Tá vendo essa rachadurinha aqui? É antiga, e eu guardo ela nesta prateleira e não deixo ninguém tocar, nem pra tirar o pó. Só eu cuido dessas louças, todas elas ganhadas.

Esta cômoda, eu ganhei de uma patroa minha que já faleceu. Há pouco tempo, a filha dela veio atrás da cômoda e dessa cama aqui de solteiro (que faz par com outra que ela têm). Eu não devolvi. A Dona Dalva deu pra mim antes de morrer e ela vai ficar comigo até o fim!

Através da análise das coisas dadas e recebidas, o pesquisador pode extrapolar o sentido material da relação, e estabelecer uma outra leitura da



relação entre patrões e empregados domésticos. As coisas circulantes constituem-se na prova da dependência e da reciprocidade entre pessoas que se relacionam dentro de um sistema de desigualdade social. A maioria dos patrões que pesquisei não deixaria as pessoas que lhes sustentam o cotidiano e criam seus filhos sucumbirem à pobreza total. Complementam o salário que pagam com pequenos objetos, e até empréstimos ou abonos ocasionais. Em troca recebem prestígio e lealdade. Fazem assim reconhecer “suas virtudes” de bons patrões; os subalternos, entretanto, não fazem uma leitura ingênua da dádiva. Mantêm os laços de reciprocidade, sem deixar de utilizar seus favores apropriadamente, valorizando os significados sociais embutidos na troca - generosidade, reciprocidade e esperteza, como é possível notar nos casos dos furtos que analisaremos a seguir.

### **3.3 O assassino é o mordomo**

Uma vizinha bateu à minha porta no domingo de manhã:

Priscila: Ju, roubaram minha bicicleta!

Jurema: De onde?

Priscila: Lá debaixo do bicicletário. Advinha se não foi a “Dona” Túlia?

Jurema: Como você pode saber que foi ela?

Priscila: Quem mais tem a chave do bicicletário, Jurema!

Jurema: Todos os moradores do prédio, Priscila! Todos têm uma chave!

Priscila: Ah, Ju, você sabe. Ela não roubou da casa de Helinho? Uma vez quando mamãe foi viajar ela roubou uma garrafa térmica aqui de casa... Já fez antes, não é?

Jurema: Priscila, o teu irmão não mexe com revenda de peças de bicicletas?

Da mesma forma que, nas suas falas, as patroas ressaltam a generosidade com a qual regalam suas empregadas de donativos, queixam-

se com bastante freqüência dos pequenos furtos que estas cometem. Nesta transmissão não inteiramente consentida do patrimônio, encontramos, de certa forma, o lado avesso da circulação de bens pela dádiva. Sempre descrito como surpresa (“Imagina, peguei ela me roubando!”), como algo inadmissível, o furto é um fator, via de regra, detonador da indignação dos patrões – a gota d’água que pode até levar à demissão.

Entre as sete patroas entrevistadas, apenas uma disse nunca ter tido problema dessa natureza com as suas empregadas (embora tenha acontecido um “roubo” na sua casa, no qual uma de suas empregadas “roubou” outra). Ao longo do contato com as patroas, também observamos que não se tratam de experiências isoladas. Uma mesma patroa, em geral, vivencia essa experiência com inúmeras empregadas.

Por sua vez, nenhuma empregada jamais admite ter roubado. O “roubo” aparece nos seus relatos, na maioria das vezes, como acusação infundada feita pelos patrões ou, muito raramente, quando se admite conhecer algum caso de furto cometido por uma ou outra empregada doméstica. A autora do “roubo” é sempre alguém muito distante, se não desconhecida, de maneira que nenhuma suspeita possa recair sobre a narradora e a sua rede de amizades.

Túlia, com experiência de 43 anos de serviço doméstico e pessoa central na sua rede de vizinhança (inclusive como agenciadora de empregos), admitiu apenas um caso em que foi acusada de ladra:

*Túlia: Comigo aconteceu uma vez. Eu trabalhava para dona Norma e sumiu um anel dela: “Sumiu meu anel! Sumiu meu anel! Ele não podia ter desaparecido assim!”, tal e coisa, coisa e tal. A gente já sabe que estão desconfiando da gente. Eu trabalhava com outra menina, a Osmarina, que é cozinheira da dona Olga, sabe? Olha, foi um fuzuê até a gente encontrar aquele anel! Eu, que tinha mais liberdade de mexer nos armários, fiquei um dia inteiro*

procurando até encontrar. Estava no bolso de um casaco que ela tinha saído. Esqueceu que botou ali e já foi a empregada que roubou, entende?

Jurema: E o que aconteceu depois?

Túlia: Eu disse pra ela que outra vez, antes de ir acusando a gente, ela deveria primeiro procurar bem. Depois sim, caso não encontrasse, aí podia apertar a gente.

O mais importante aqui não é determinar se a empregada está ou não falando a verdade, mas perceber o quanto as empregadas reconhecem esse fato como ordinário, seja como acusação potencial, seja como admissão da possibilidade de "roubo". Essas narrativas não indicam apenas uma instância discursiva, elas também inspiram pistas sobre práticas culturais.

O relato de Túlia é primoroso como indicador da sua sabedoria quanto à gramática social que envolve essas situações na cultura do país. Primeiro, ela expõe o fato mostrando que a constatação do sumiço de algo sempre denota uma acusação a algum subalterno. Segundo, ela inicia uma investigação, pois, como toda patroa, a de Túlia anuncia a falta de algo indiretamente, dando assim tempo para os empregados "acharem" aquilo que está desaparecido. Depois, Túlia diz ter encontrado o objeto, segundo ela, largado em qualquer canto pelos próprios patrões. Dessa forma, ela aponta para um desleixo dos patrões – talvez em função da pouca importância real que atribuem aos seus pertences (que sabem serem passíveis de substituição com certa facilidade); talvez por contarem demasiadamente com o trabalho dos serviçais para manter a ordem. Também, assim, exime-se de qualquer possibilidade de tornar-se suspeita. Finalmente, Túlia admite que muitas vezes as empregadas cometem um "roubo", e que, nesse caso, é legítimo os patrões exigirem, seja lá por quais meios forem, aquilo que lhes pertence.

Como no caso da bicicleta roubada de Priscila (no início da seção), as queixas de "roubo" feitas pelos patrões sempre aparecem como acusação. Quando qualquer coisa some dentro de casa, a suspeita já está confirmada:

foi a empregada! Mesmo que muitas vezes a coisa venha a ser encontrada em um lugar esquecido, ou esteja sendo usado por alguém da família, esse “detalhe” não é incorporado no repertório dos padrões como referência para o próximo acontecimento. Acredita-se que é óbvio que essas pessoas roubam. Os exemplos desse fato não precisam ser buscados apenas no trabalho de campo, ele povoa nosso cotidiano. Jamais a possibilidade de "roubo" é aventada entre os membros da família, ele sempre é atribuído a um “estranho”.

Maria Suely Kofes (1991) analisa as acusações de "roubo" contra as empregadas domésticas como efeito da indeterminação do *status* que a empregada desfruta dentro da casa da patroa. Segundo a autora, a natureza do trabalho executado por empregadas no espaço doméstico é ambígua, na medida em que a casa é o *locus* por excelência da vida íntima, “organizada pelo parentesco com relações de afetividade, confiança, fidelidade e intimidade” (KOFES, 1991, p. 236). Assim sendo, é difícil definir que tipo de relação está se estabelecendo:

Quando a empregada assume o trabalho doméstico sob assalariamento vai exercê-lo na unidade doméstica da patroa, onde realizará funções e papéis colados aos papéis e posições de trabalho atribuídos à mulher na ordem doméstica, os quais implicam dimensões complexas como afetividade e sexualidade. Ou seja, as funções que constituem este trabalho não são, na organização doméstica, apenas de ordem técnica. É significativo que sejam as patroas as que mais enfaticamente se encarregam de traçar as diferenças com as empregadas, porque é na sua ordem doméstica que a duplicação das mulheres é ameaçadora: confundiria os papéis sociais, quando o que é esperado seria apenas um desempenho de funções. Separação difícil. (KOFES, 1991, p. 11).

A acusação de "roubo" contra a empregada nesse contexto, analisa a antropóloga, tem como efeito simbólico retirá-la de dentro das relações familiares.

É interessante pensar na empregada doméstica como um elemento perigoso, “poluidor”, nas palavras de Mary Douglas (1976). Entretanto, essas

interpretações correm o risco de congelar no tempo e no espaço práticas culturais. Eu me pergunto se as situações de "roubo" ou acusação de "roubo" também não fazem parte das possibilidades de diálogo entre patrões e empregados. É possível que a possibilidade do "roubo" atribuída aos pobres seja uma simples imputação de perigo, impureza ou patologia criminal. Por outro lado, a convicção de que "foi a empregada" pode ser decorrência de um reconhecimento tácito da extrema desigualdade que as separa dos patrões. Se, aos olhos dos patrões, as empregadas roubam sempre, não seria por que algo lhes falta para viver?

Um fato que me leva a crer que o "roubo" praticado por empregadas é não somente esperado, mas tacitamente aceito, é que, poucas vezes, uma situação de "roubo", mesmo quando ratificada, conduz a um desenlace jurídico ou policial. Por que, apesar de todas as acusações de "roubos" imputados a Túlia, ela continua a trabalhar por 23 anos no mesmo emprego? Por que, ao constatar o esvaziamento das prateleiras, as patroas queixam-se indiretamente, fazem menções, até mandam embora, mas raramente deflagram uma acusação contundente?<sup>73</sup>

Um velho fazendeiro, patriarca rural, dava conselhos a sua mulher desolada ante os pequenos furtos que sua empregada supostamente fazia:

Dona Belinha: Ela leva latas de azeite, creme de leite, papel higiênico....

Seu Beto: Faz parte, Belinha. Faz parte!

---

73 Boris Fausto, estudando os processos criminais em São Paulo na virada dos século (1880-1924), constata que apenas 5% do conjunto dos acusados de furtos e "roubos" eram identificados como domésticos. O autor pressupõe a baixa quantidade de processos registrados a "propensão de resolver estes casos 'no recesso do lar'" (1984,p.151).

### 3.4 Carregamento de formiguinha: rebeldia, rivalidade e diversão no furto

Quando Claude Levi-Strauss esteve no Brasil desfrutou de alguns privilégios incomuns para um jovem professor em início de carreira. Um deles foi o de poder contar com os serviços de uma empregada doméstica. Sua memória privilegiada lembra que, infelizmente, teve que dispensar a moça, pois ela tinha o péssimo hábito de “pegar” as roupas de Dona Dina, sua mulher, para usá-las nos bailes de Carnaval. (Carta pessoal de Sandro José da Silva)<sup>74</sup>.

Minhas investidas no campo (em particular na casa das empregadas) assim como minha experiência de patroa levaram-me a crer que essa anedota – sobre as roupas desaparecidas de Dona Dina – talvez não seja pura fantasia colonialista<sup>75</sup>. Creio que não é de todo incomum uma empregada levar coisas da patroa sem que esta tenha lhe concedido permissão. Porém, na maioria das vezes, são coisas insignificantes em termos do padrão aquisitivo dos patrões: uma lata de ervilha, um sabonete, um pouco de feijão, sacolas de supermercado, alguns trocados. Parece com um “carregamento de formiguinha”.

Às vezes, algumas empregadas também levam emprestado temporariamente algo (uma roupa para um dia especial, calcinhas e soutiens) que as patroas vêem desaparecer e voltar depois de fazer alguma insinuação

---

<sup>74</sup> Agradeço ao Sandro José da Silva por ter me “dado”, ressaltando, em uma de suas cartas, esta passagem pitoresca de Levi-Strauss pelo Brasil, registrada no livro *Saudades de São Paulo* (1996).

<sup>75</sup> Trabalhar sobre este assunto é estar ciente das limitações metodológicas. Como o “roubo” jamais será admitido por parte das empregadas domésticas, busquei, no conjunto de informações colhidas na pesquisa de campo, subsídios para ler, nas entrelinhas das narrativas, algumas dimensões do “roubo” das empregadas.

sobre o sumiço do objeto<sup>76</sup>. Por isso seria ingênuo pensar no "roubo" como uma atividade para garantir a simples sobrevivência. Como então compreender essa atividade constatada com bastante frequência?

No meu diário de campo tenho anotada uma narrativa de "roubo" contada pela manicure da patroa atingida:

*Manoela: Sabia que a Edilene combinava os "roubos" com a Túlia? As duas, menina! Tudo combinadinho! A Maria da Penha (filha da patroa) foi na cozinha, depois do almoço. A Edilene já tinha limpado a cozinha e tava no tanque, lavando umas roupas. Maria da Penha encontrou um cacho de banana em cima do saco de lixo. Claro, como Túlia é quem recolhe o lixo do prédio, quando Túlia levava o lixo, passava o "roubo" para a outra, entendeu? Maria da Penha, se fazendo de besta, perguntou a Edilene: "Por que você vai jogar este cacho de banana sanzinho no lixo? Diz que ela ficou toda vermelha e veio com a desculpa esfarrapada que ia levar para Túlia almoçar. "Ora, Edilene, você sabe que mamãe não gosta que você pegue as coisas sem pedir. Por que não serve um prato de comida e Túlia vem comer aqui?"*

*Jurema: E o que aconteceu depois, mandaram ela embora?*

*Manoela: Não. Mas Maria da Penha tem horror de Edilene, né? Não sabe como a mãe agüentava tanto desaforo. Disse que tinha vontade de bater na cara dela (de Edilene).*

Guiada pelo texto "O Grande Massacre de Gatos", de Robert Darnton (1986), procurei respostas nos detalhes que não conseguia compreender do episódio narrado. O valor do objeto roubado descarta qualquer dimensão econômica como possibilidade de interpretação. Então, por que tanta indignação, a ponto de a moça querer bater na empregada por um cacho de

---

<sup>76</sup> Não é só Dona Dina que vê suas roupas serem furtadas para a empregada se exhibir em ocasiões festivas. Uma amiga minha só descobriu esse hábito de sua empregada quando esta lhe mostrou fotos de sua festa de aniversário, nas quais aparecia, com largo sorriso de braços dados com algumas amigas, vestindo a roupa favorita de sua patroa.

bananas? De outro lado, supondo que a interpretação da patroa é correta, por que as empregadas correm o risco de ser apanhadas por tão pouco?

É possível que a indignação da patroa esteja relacionada à sua sensação de impotência, pois as empregadas, neste caso, detêm um poder não negligenciável. Por trabalharem muitos anos no mesmo lugar, já adquiriram uma certa estabilidade no universo social do prédio. Ainda mais, a presença cotidiana da empregada na casa dos patrões possibilita que elas dominem grande número de informações sobre seus empregadores. Durante o trabalho de campo, desfrutando da confiança das empregadas, acabei conhecendo histórias de adultérios, de brigas familiares, de casos de abuso sexual de patrões com empregadas, entre outras coisas<sup>77</sup>. Como a relação entre essas partes é sempre tensa, inclusive pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas, o medo de que a roupa suja venha a ser publicizada mantém certas questões empatadas.

A temeridade das empregadas, neste caso particular, parece se dever, além da degustação das bananas, a um certo prazer do jogo. Edilene e Túlia são amigas de longa data. Foi Túlia quem conseguiu os empregos para Edilene no prédio onde trabalha como faxineira. Moram muito perto uma da outra e, nos momentos de aperto (uma briga conjugal, por exemplo), é na casa de Túlia que Edilene encontra amparo. Nos intervalos do trabalho, como muitas vezes pude observar, descem até o pátio do edifício para fumar um cigarrinho e conversar. Não é difícil imaginar que, numa dessas ocasiões, a risada diga respeito às bananas furtivamente apropriadas. Roubar um cacho de bananas pode ser mais uma de suas oportunidades de diversão. Uma diversão com gosto de transgressão. Poderiam pedir um prato de comida, é claro. Mas, para tanto, Edilene teria que transpor a barreira da vergonha e humildemente pedir um favor à patroa. O prato estaria repleto de "dádiva" e, com ela, a retribuição obrigatória. Roubando um cacho de banana, demonstram sua autonomia sobre aquela economia doméstica vigiada,

---

<sup>77</sup> Lembremos da opinião de uma patroa citada acima, de que não convém "ter uma inimiga dentro de casa".



corroem a confiança construída sobre o eterno merecimento, denunciador da subalternidade.

### **3.5 A construção relacional da moralidade do "roubo"**

Fonseca (1993), em sua etnografia sobre grupos populares porto-alegrenses, mostra como a prática do "roubo" pode existir entre vizinhos e parentes. Esta autora arrola um sem número de queixas e precauções contra o "roubo", que evidenciam essa prática:

Uma prima de Alcina aproveitou a ausência momentânea de sua anfitriã para roubar duas latas de azeite que avistara na cozinha. Alcina só descobriu o caso graças à denúncia da faxineira que tinha medo de, ela, levar a culpa. Uma matrona, particularmente orgulhosa de suas jóias, as levava sempre com ela na bolsa quando saía: "Nunca se sabe. A gente recebe tantas visitas." Outra mulher me contou que pegou sua sobrinha, de visita na casa, forrando a bolsa com os novos lençóis. "E sabe, ela nem tinha vergonha. Disse para mim: 'Também! A senhora tem tantos!'" Benta, uma senhora de idade que mora sozinha, queixa-se que não tem mais pratos, pois seus parentes lhe roubaram tudo. E, descrevendo o sumiço da televisão dos vizinhos, dá sua opinião: "O ladrão entrou enquanto eles estavam dormindo e eles não viram nada. Para mim, é alguém da família, até mesmo o filho deles." Outra pessoa de idade, Seu João, vocifera contra seu neto adolescente que expulsou de casa por ter roubado seu relógio: "Ele vendeu meu relógio, para comprar maconha!" (FONSECA, 2000, p.176)

A autora interpreta esses fatos como um reconhecimento implícito de necessidade de redistribuição de riqueza entre as pessoas de situação humilde. Eu iria além de Fonseca para sugerir que esta concepção do mundo não existe apenas entre os pobres. No Brasil, condena-se o "roubo" ("Quem rouba um melhora, rouba qualquer coisa"), mas reconhece-se, por outro lado, que "a ocasião faz o ladrão". Dependendo da situação, esta é uma lógica

(encoberta) aceita na sociedade em geral. Uma entrevista que realizei conjuntamente com duas patroas é reveladora:

Jurema: Eu fico um pouco confusa quando tenho que tratar sobre "roubos". Primeiro porque é muito insignificante o que elas levam, depois porque quem de nós já não levou isto ou aquilo pra casa?

Pilar: Sabe que eu penso assim. Hoje eu não faço mais, mas quantas vezes não trouxe do escritório umas folhas de ofício, um atilhosinho que fosse. A gente pensa assim: "Não vai fazer falta, né?". Um carbono que a gente precisa: "Ah, só um, eu não vou comprar". Puxa, mas isso não é "roubo" também? A gente não considera, mas é?

Jandira: Eu não. Eu jamais carreguei uma coisa que não fosse minha! Sabe por quê? Eu tenho verdadeiro pânico que na saída alguém chegue e me pergunte: "Ô Jandira, o que é isso que você leva aí embaixo do braço?"

É significativo que, minutos depois dessa conversa, a filha de Jandira entrou na sala, pedindo à mãe folhas para desenhar. A mãe indicou para filha: "pega aquelas que a mamãe trouxe ontem da firma".

Assim como a fala das empregadas, o diálogo acima anuncia um campo de práticas de "roubo" na sociedade brasileira que se distingue nas classes sociais não pela sua efetivação ou não, mas pela interpretação que cada grupo faz do mesmo<sup>78</sup>. Muitas empregadas domésticas sabem que não é somente elas que roubam, que a maioria dos patrões, apesar de não admitirem, também o fazem.

---

<sup>78</sup>Em uma conversa informal com um alto funcionário de uma companhia aérea nacional, aprendi que não são pequenos os gastos da empresa na reposição de travesseiros, talheres e mantas que os passageiros costumam carregar para casa. Questionei-lhe sobre a atitude adequada aos comissários nessa situação: "são orientados para não dizer nada. Os clientes não devem ser constrangidos". Lógica econômica ou vingança de Nêmisís?

### **3.6 A Vingança de Nêmisís: expressão performática das relações entre patrões e empregadas domésticas**

Esses exemplos de narrativas de acusação mostram que, para além da assimetria de autoridade dessas relações, a acusação desferida pelos patrões ou captada pelas empregadas indica um campo comunicativo entre as partes. A gramática das situações de acusação de "roubo" é dominada pelas partes envolvidas no conflito, quase como num ritual performático, onde o roteiro dos acontecimentos já é conhecido pelos atores e pela platéia. Um código de falas, gestos e práticas que, embora claramente manifesto, não é jamais explicitado, num acordo mudo entre as partes, sobre as relações de poder. Para Scott (1990), em quase todos os contatos entre subalternos e dominantes é este "roteiro público" (*public transcript*) que está em atuação. E seu conteúdo é ditado pelas relações de afastamento e subalternidade pretendidas pelos dominantes.

Repousa nesse saber compartilhado uma noção de uma sociedade hierárquica, onde a possibilidade de justiça é menos comprometida com a igualdade dos sujeitos do que com a relação de reciprocidade entre as partes. Ou seja, não se questiona a assimetria dos sujeitos, ela existe e é um fato do mundo. É baseado nessa desigualdade que a acusação de "roubo" pode ser feita aos subalternos. Entretanto, essa desigualdade não é uma relação simples de opressão dos dominantes sobre os dominados. Existe um espaço de negociação onde o "roubo" cometido pelos subalternos é uma atitude presumível, intrínseca à relação de desigualdade social. Quando a patroa de Túlia estabelece um tempo para o objeto ser encontrado, quando Túlia também admite a possibilidade de que talvez alguma empregada tenha pego o anel ou quando seu Beto compreende o furto de pequenas coisas como

parte da relação de troca entre empregados e patrões, estão reconhecendo uma lógica de circulação de dons entre essas partes. Nesse sentido, os pequenos furtos poderiam ser interpretados como a “Vingança de Nêmisís”, um princípio moral expresso no esquema de troca-dádiva proposto por Marcel Mauss (1974), que denuncia o desequilíbrio entre a abundância de uns e a pobreza de outros. “A esmola é fruto de uma noção moral da dádiva da fortuna, por um lado, e de uma noção de sacrifício, por outro... a Nêmisís vinga os pobres e os deuses do excesso de felicidade de certos homens, que devem desfazer-se dela” (MAUSS, 1974, p. 66).

Embora durante meu trabalho de campo esse assunto tenha sido extremamente recorrente nas falas dos patrões (e confirmado pelas empregadas domésticas), o “roubo” tem sido pouco analisado na bibliografia das Ciências Sociais. A literatura especializada sobre serviço doméstico na América Latina menciona brevemente a questão dos “roubos”, remetendo-a à discussão sobre as condições desfavoráveis e injustas enfrentadas pelas servidoras domésticas. Nestas análises, o “roubo” assume uma única conotação: a de “acusação” dos patrões sobre as empregadas domésticas (CHANEY, CASTRO, 1993; KOFES, 1991).

As Ciências Sociais e a História têm tratado, numa referência mais ampla, questões sobre marginalidade, banditismo e violência, abordando esses temas como sintoma de “resistência” a uma lógica burguesa (Foucault, 1979; Hobsbawm 1969; Ginzburg, 1987, entre outros). Em termos da produção nas Ciências Sociais brasileiras, Alba Zaluar (1985) é um dos poucos autores que aborda a questão. No seu estudo sobre trabalhadores e bandidos, esta autora se opõe às interpretações que propõem uma ideologia dominante demasiadamente avassaladora e monolítica nas suas instituições de controle, além de não reconhecerem na atitude dos “dominados” nada mais do que reações a estas estratégias de dominação. Em sua etnografia sobre os moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus no Rio de Janeiro, Zaluar procura mostrar que as representações sobre o universo do crime, da violência e do poder destas pessoas são construídas a partir de suas

experiências quotidianas e concretas (“ao invés de uma idéia abstrata de justiça ou democracia” (1985, p.140) num intrincado processo de identidade entre trabalhadores e bandidos que leva em conta gênero, idade, localidade e código de honra dificilmente resumível a uma reação à moralidade dominante. Entretanto, quando analisa o ““roubo” eventual ou pequenos furtos” (inclusive citando o “aumento do “roubo” doméstico cada vez mais conhecido pelas donas-de-casa das classes abastadas” (nota 12, p. 171) remete inexoravelmente a discussão ao conceito de classe e à “revolta” resultante da paulatina pauperização a que é submetida a população trabalhadora no país.

As críticas de Zaluar (1985) se, por um lado, nos chamam a atenção sobre uma dimensão própria das ações dos grupos populares, por outro acabam por reproduzir um discurso economicista já criticado por E. P. Thompson. No célebre artigo *A economia moral da multidão inglesa no século XVII* (1998) o historiador ilumina o reducionismo econômico das interpretações sobre os motins de subsistência no século XVIII na Inglaterra, mostrando que estas não se reduziam a “rebeliões do estômago”. Para ele, os motins dessa época podem ser analisados como uma forma de ação popular baseada em costumes tradicionais:

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento de preços, por maus procedimentos dos comerciantes e pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. Embora essa economia moral não possa ser descrita como “política” em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. A palavra “motim” é demasiado pequena para abarcar tudo isso. (THOMPSON, 1998, p.152-153)

Thompson elabora uma ampla contextualização das relações de classe na Inglaterra setecentista, indicando hábitos e costumes tradicionais da economia moral dos plebeus, mostrando como os motins se organizavam ante às transformações que a produção capitalista incipiente tentava implantar nas transações comerciais. A “resistência” popular em Thompson não é uma categoria presumida anteriormente ao exame das práticas dos trabalhadores. Antes ela surge em situações particulares de enfrentamento com a aristocracia e o novo modelo burguês. Ao analisar as relações sociais num período de transição, o autor ressalta os significados das ações populares, anteriormente tratadas como mera mecânica da miséria.

Seguindo nesse caminho, em meu estudo o "roubo" e as acusações de "roubo" são analisadas como partes constitutivas das relações de trabalho doméstico. Ao lado do salário e dos presentes oferecidos pelos patrões aos serviçais, o furto continuado que é efetuado (ou presumido) pelas empregadas ilustra as ambigüidades das relações de classe que esse tipo de serviço acarreta na sociedade brasileira. O exame das anedotas sobre "roubo" recolhidas no trabalho de campo, permite ultrapassar os limites da “resistência” de classe, indicando, além do tipo de relação que se estabelece entre subalternos e os superiores, uma configuração histórica de atuação de uma população subalterna que não prescinde nem se submete totalmente da relação com os grupos dominantes. O "roubo" oferece um campo de comunicação entre as classes, nesse sentido podendo ser pensado como expressão performática, espaço pedagógico das relações de poder no país.

As práticas de reutilização associadas com aquele “carregamento de formiguinhas” – os pequenos furtos de objetos buscados na casa dos patrões – parecem muito com as “apropriações diretas da mercadoria”, das “lascas”, “retalhos”, e “cortinas”, que conforme Linebaugh (1983), compuseram o sistema tradicional do modo de produção doméstico durante o século XVIII. Segundo este mesmo autor, quando o sistema monetário se implantou na

lógica do sistema produtivo, os trabalhadores não aderiram com facilidade ao processo de trabalho que intensificava suas condições de exploração. Para extinguir aquelas práticas populares de complementação de renda, desenvolveu-se um duro sistema de punição que levou milhares de aprendizes à força<sup>79</sup>.

James Scott (1985; 1990) – sem dúvida, ele mesmo um herdeiro intelectual de Thompson<sup>80</sup> - nos ajuda ainda a ler estes acontecimentos como a luta sobre a delimitação das fronteiras entre o "roteiro público" e "roteiro encoberto", quando os subalternos aproveitam-se das brechas de um sistema de comportamentos bem demarcados para realizar suas jogadas. Estas – com objetivos, em geral, imediatos – nunca tomam a forma do enfrentamento direto, nem da rebeldia suicida para obter algumas sobras da abundância dos ricos. Escolhem antes a falsa conformidade, a falsa deferência e, com maestria, procuram fazer os superiores morder a própria língua, comprometendo-os dentro das próprias promessas implícitas propostas em seus discursos. Aqui é necessário lembrar que neste jogo tenso entram elementos importantes como o fato das empregadas conhecerem a privacidade de seus patrões e seus eventuais desvios de conduta moral. Entretanto, esses trunfos não são definitivos para garantir uma situação segura aos subalternos – são cartas que, para serem eficazes, devem ser jogadas com muita sabedoria, obtendo pequenas vitórias, às vezes apenas uma gargalhada.

---

<sup>79</sup> Essa parte da remuneração dos trabalhadores (as lascas) foi considerado por Marx “de importância central para as relações de classe da época” (LINEBAUGHT, 1983, p. 118).

<sup>80</sup> Um de seus livros atesta no título esta filiação: “*The moral economy of the peasant; rebellion and subsistence in Southeast Asia*”

## **4 NA CASA DAS EMPREGADAS: INTERDEPENDÊNCIA E ANTAGONISMO**

Estando situada a empregada dentro de seu espaço cotidiano de serviço remunerado no último capítulo, pretendo agora penetrar na sua vida fora do lugar de emprego: no seu âmbito social e familiar. Ao entrar no cotidiano em particular de uma rede familiar, busco demonstrar como, para essas mulheres pobres, o serviço doméstico não é uma escolha aleatória de sustento. Examinando sua organização familiar, no seu local de moradia, ressaltarei o quanto este tipo de ocupação encaixa-se como possibilidade versátil para o seu modo de vida, o quanto a relação patrão/empregada se insere dentro de uma lógica que rege também suas próprias relações familiares.

Neste capítulo, não deixo as patroas completamente de lado. Elas continuam estando presentes, de maneiras diferentes, mesmo no espaço do bairro popular – pelos objetos emprestados, pelas ajudas esperadas, pelos estilos estéticos copiados<sup>81</sup>. No entanto, para não reduzir as empregadas à sua identidade de servidoras domésticas, tentei reconstituir suas experiências numa dimensão mais ampla, estendendo meu olhar para suas relações na vida privada e na sociabilidade do bairro.

Para conhecer esse lado de sua existência – um lado freqüentemente esquecido nas análises acadêmicas sobre empregadas domésticas –, resolvi morar por algum tempo em um bairro da periferia onde sabia que muitas empregadas viviam. Minha escolha recaiu sobre o bairro Jardim Veneza,

---

<sup>81</sup> No próximo capítulo, “Negociando a igualdade...”, esta presença da patroa no bairro volta a ser analisada com maior ênfase.



localizado a 15 quilômetros do centro de Vitória, onde residi durante 35 dias entre os meses de agosto e setembro de 1998. Lá, fiquei hospedada não em uma casa, mas em um grupo familiar, como adiante esclarecerei.

Foi nessa experiência que vim apreciar o modo de vida das mulheres que, nas casas de classe média, havia conhecido como domésticas. Foi na interação no cotidiano de seus bairros de moradia que pude mais amplamente reconhecer que o serviço doméstico se encaixa complementarmente no sistema social desigual da nossa sociedade. Nesta parte, analisarei padrões de consumo e convivência no universo dos grupos doméstico que compõem as camadas populares. Destacarei tanto a interdependência como os antagonismos entre os membros do grupo familiar, tentando mostrar como nestes lugares a organização social básica extrapola os limites da família conjugal. Por fim, tentarei explorar as maneiras como as mulheres lidam com a subalternidade, não apenas enquanto experiências do mundo do trabalho, mas também como parte de sua vida familiar.

Antes de entrar nos pormenores da vida familiar, cabe melhor esboçar elementos básicos do bairro Jardim Veneza.

#### **4.1 Jardim Veneza - um bairro de invasão**

Saindo de Vitória em direção ao Norte do Estado pela avenida Fernando Ferrari, o viajante mal percebe os limites entre a capital e o município limítrofe - a Serra. Um terminal de ônibus e o início de uma rodovia são alguns indícios de que deixamos Vitória. É pela rodovia BR-101 (que liga o Espírito Santo à Bahia) que temos acesso ao Jardim Veneza – bairro de invasão, surgido no final dos anos 70, no qual realizei parte de meu trabalho de campo. Segundo dados projetados pela prefeitura local, trata-se de uma área de manguezal “alagada e alagável” que ocupa cerca de 92 hectares e abriga uma população estimada em 12.673 habitantes (Prefeitura Municipal da Serra, 1196). O bairro

está inscrito na história recente do Espírito Santo. Sua ocupação a partir do final dos anos 70 faz parte do processo de invasões e posse de terrenos urbanos da Grande Vitória eclodidos a partir dos anos 70 como resultado do projeto governamental de desenvolvimento para o Estado (como vimos na Introdução da tese).

Grande parte dos moradores do Jardim Veneza vieram da Bahia, de Minas Gerais e do interior do estado. Entre a população do bairro não se encontram operários e trabalhadores qualificados. Aqueles que dispõem de um emprego fixo no bairro são poucos. Em geral, trabalham na construção civil, no serviço informal, na prestação de serviços (como seguranças, manicures, e, sobretudo, como empregadas domésticas) ou em pequenos biscates (como pedreiros, árbitro de futebol, carregador de caminhão) e ainda há aqueles que, entre os homens, compõem a renda familiar como pequenos revendedores de maconha e cocaína e, entre as mulheres, como prostitutas<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Sobre trabalho e ocupação em um bairro popular semelhante ao que estudamos consulte Jardim (1999) e Fonseca (1993 a).

### Jardim Carapina 1978

Soubemos do terreno por uma prima que tinha um lote na invasão. Vendeu por dez conto pra gente. Aí veio o sofrimento: aqui era só lama! A gente vivia na lama e com muita lata d'água na cabeça. Pra chegar aqui era só a pé. Depois botaram o Tieta – que levava até a Br. Bem depois, veio o Tietinha – o ônibus da Transcol que vem até aqui. A gente chamava isso aqui de Santana do Agreste. (Dona Carmelina, 62 anos).

FIGURA 12: “Bairro de invasão”. Autoria: desconhecida; Serra; 1978; fonte: Fernandes, 1991; original preto e branco; fotografia digitalizada no Photo Editor.

Observando o movimento de partida daqueles que trabalham fora do bairro percebe-se que a maioria dos empregados é mulher. No resto do dia, as ruas ficam mais quietas e mais mornas, com a presença predominante das crianças e dos homens.

Outra fonte de trabalho para os moradores de Jardim Veneza é o próprio mercado interno. Os postos de trabalho ali são ocupados, em geral, pelos próprios proprietários. Donos de pequenos armazéns, como o de dona Carmelina – que vende cloro, canetas, pipas e meia dúzia de gêneros alimentícios – ou de prósperos negociantes – como Francisco e Camila – senhores da maior loja de material de construção. Todos atendem nos balcões, gerenciam seus negócios, decidindo a quem dar e negar crédito ou negociações.

A "Rua Principal" (cujo nome oficial - Avenida Boa Viagem - jamais é mencionado pelos moradores) é marcada pelo trajeto do ônibus, pelo comércio melhor estabelecido e pela ausência das "valas", que fazem da paisagem do bairro uma "Veneza de esgotos". Na rua principal, como uma síntese do bairro, convivem as Igrejas Pentecostais, as obras assistenciais da Igreja Católica, os consultórios de dois "práticos" em odontologia (um deles formado na Bolívia). Lá ficam também os poucos salões de beleza, entre eles o do Cleumar que, além de cabelereiro, é fotógrafo (mas, como diz na tabuleta da porta, só mostra as revelações após o pagamento) e também faz cópias "xerox". Aqui nesta avenida ficam os dois açougues do bairro – barracos com carnes de procedência ignorada penduradas no teto. Nesta rua concentra-se o maior número de vendinhas (contei 14 delas de médio porte) e o comércio forte do bairro: as farmácias (3), as casas de material de construção (por volta de 5), a loja de móveis de Jocilnei e o Supermercado Canali, presente no lugar desde 1991. Mesmo para um bairro de invasão com uma história ainda recente e com as marcas da pobreza – evidenciada na baixa regulamentação fundiária, na rede de esgoto restrita a poucas ruas, na nuvem cinzenta de

FIGURA 13: “Uma Veneza de esgotos”. Autoria: Sandro José da Silva; Serra, 1996, fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

Jardim Veneza foi construído em cima de um manguezal. Foram necessárias toneladas de lixo para aterrar as terras alagadas.

FIGURA 14: “Aterro”. Autoria: Sandro José da Silva; Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

mosquitos que chega ao anoitecer e na presença mínima do Estado – um posto policial fechado, uma creche e transporte coletivo – a economia local não parece ser tão tímida.

Contrastando com a condição de precariedade que vivem os moradores de Jardim Veneza, um simples exame iconográfico mostra um crescimento vertiginoso da área construída do bairro. Uma das explicações possíveis é a estabilidade da moeda na década de noventa.

Conforme alguns pesquisadores, os sucessivos planos econômicos do governo de Fernando Henrique Cardoso contribuíram para um determinado florescimento do consumo nas classes menos favorecidas (LESBAUPIN, 1999). Os primeiros resultados positivos foram anunciados em termos da melhoria dos padrões alimentares do povo, registrados no aumento do consumo do frango e do iogurte. Mais diretamente associado à população estudada estaria o incremento da construção civil. Em 1997, um ano após iniciarmos nossa pesquisa, o setor da construção civil apresentava um crescimento de 10%. As vendas de cimento apontavam para um investimento concentrado na construção de casas próprias até o ano de 1996. A partir de 1997, o impulso constatado foi na construção de apartamentos para famílias com renda média de R\$ 1.400,00<sup>83</sup>. Tanto o barateamento do cimento, quanto a melhoria da oferta de empregos na construção civil têm sua repercussão na poupança popular, como pode ser observado pelo incremento das construções de casas de alvenaria em Jardim Veneza neste período. Entretanto, além destas determinações macro-estruturais poderem determinar o comportamento econômico, pretendo sugerir que também uma lógica cultural informe a utilização da renda entre os moradores de Jardim Veneza, uma lógica inscrita nas redes de interdependência do bairro. Este padrão de interdependência

---

<sup>83</sup> Veja análises sobre a economia deste período em Lesbaupin (1999). Os dados sobre o setor da construção civil foram tomados de Friedanch e Ferreira, 1997.

Jardim Veneza 1991

FIGURA 15: “Criança é vida e esperança”. Autoria: anônima; fonte: Fernandes, 1991; original preto e branco; foto digitalizada no Photo Editor.

As fotos 15 e 16 são da mesma rua, em épocas diferentes (1991-1996). Para um bairro de invasão, o crescimento das construções é considerável.

FIGURA 16: “A evolução de um bairro”. Autoria: Sandro José da Silva, Serra; 1996; fonte: Careta, 1977; original colorido, tamanho 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.



assenta-se não apenas numa forma de relacionamento familiar, mas está inscrita em uma sociabilidade tradicional dos bairros populares<sup>84</sup>.

Nada ilustra melhor o mundo relacional que caracteriza a vida no bairro do que os telefones públicos "Vai e Vem" (que tanto emitem, como recebem chamadas). Como o correio convencional funciona muito mal - mais em função da pouca penetração da escrita entre a população do que pela precariedade do serviço - os telefones públicos constituem-se num meio privilegiado para amigos e parentes, de fora do bairro, se comunicarem com os moradores. Um dos poucos telefones do bairro fica justamente ao lado da casa em que me hospedei. Uma das minhas diversões prediletas era observar a agilidade de como aquela comunicação fluía. A um chamado, o morador passante atende e pergunta: "Quer falar com quem? Emem? Qual, a mulher do Elói? Só um pouquinho". (Vira e grita para outras pessoas paradas por perto): "Chama a Emem aí, telefone pra ela!" As pessoas são rapidamente identificadas pelo nome, local de moradia, mas principalmente pelo parentesco: mulher do fulano, mãe do sicrano, filha do beltrano.

Este telefone está instalado num ponto comercial importante do bairro, na Rua Principal, bem perto do único supermercado, porém um pouco além, na frente da farmácia Carvalho, de propriedade de Seu Walmir. Ali funciona também um pequeno brechó - pouco freqüentado, a padaria e, do outro lado da rua, uma loja de móveis de eletrodomésticos: a loja do Jocilnei.

Jocilnei é um dos 'telefonistas' por excelência do bairro. Como o movimento da loja é lento, ele passa grande parte do dia conversando com os moradores do bairro na frente da farmácia de Seu Walmir, cuja clientela é enorme. Cilnei, como é chamado carinhosamente por todos, adora atender ao

---

<sup>84</sup> "Sociabilidade" se refere ao caráter público da vida cotidiana antes da sociedade industrial, descrita por Ariès onde "as trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas (...) fora da família, num "meio" denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio"(ARIÉS, 1981, p.11). Sobre o sentido de sociabilidade entre os grupos populares brasileiros, ver Fonseca, (1995; 2000) e Brites (1993).

telefone no seu estilo próprio: “Funerária Boa Morte, Só Falta você, às ordens!” Em sua loja são vendidos guarda-roupas e camas de madeira, armários de cozinha, liquidificadores, batedeiras, mesas e cadeiras de polietileno. Os artigos, ao meu primeiro julgamento, pareciam ser de uma qualidade e preços superiores aos que a população do bairro poderia adquirir. Todavia, a aquisição dos produtos é feita por meio de crediário de longas prestações (12 a 18 vezes). Cilnei mantém um pequeno fichário em cima da mesa com o registro das vendas, mas nunca vi um comprador preencher cadastros ou assinar promissórias. As pessoas que chegam na loja, em geral, são conhecidas e o negócio é combinado “de boca”, diretamente com Cilnei. Ele conhece com intimidade os moradores do bairro: sabe seus nomes, onde moram, quem são seus parentes, se saíram ou estão pelo bairro. E, a julgar pelo Escort conversível amarelo em que ele chega todo dia, sua maneira de atender à clientela parece ter dado certo.

Jocilnei não é um morador de Jardim Veneza, nunca teve parentes vivendo lá, nem mesmo tem uma trajetória social parecida com a dos moradores deste lugar. (Sua esposa tem uma farmácia e seu irmão um outro supermercado, também em bairros de periferia.) Contudo, o que faz este homem ter sucesso – inclusive econômico com suas lojas comerciais em bairro pobres como este – é a sua capacidade de imiscuir-se nas relações do bairro, dominar o estilo jocoso da interação cotidiana. Em suma, seu êxito deve-se a capacidade de aceitar a “aprender a linguagem” dos moradores.

Depois deste breve preâmbulo, chegamos ao cerne de nossas atenções: as famílias de certas empregadas domésticas que compõem a população de Jardim Veneza.

## 4.2 Morando no bairro

Morar no bairro é, como cheguei a me dar conta, muito diferente de visitá-lo. Para introduzir o grupo familiar que veio a ser alvo principal de minhas observações etnográficas, como também para situar meu próprio lugar neste mundo, nada melhor do que citar a primeira folha de meu diário de campo depois de chegar em Jardim Veneza.

Dia 18 agosto de 1998

Dia cheio! Não sei se dou conta de tanto assunto. Estou dormindo na casa de Claudina, sogra de Edilene. Ela mora na segunda casa depois de Edilene em uma das melhores casas da rua. É ampla, tem cozinha com lajota, sala muito bem mobiliada, dois quartos com armários de mogno, e ventiladores no teto. Nos fundos do terreno existem três barracos. O primeiro já tem uns quinze anos, foi construído na época da invasão. Os dois últimos foram feitos para fins de aluguel. Ano passado, eu sugeri que talvez pudesse alugar um deles. Depois fiquei preocupada pois não teria como mobiliar e o barraco desocupado está em péssimas condições (pelo menos para a quantidade de pobreza que eu suporto): o chão afunda quando se pisa e há um ano foi tomado por cinco gatos! Está azul de pulgas e fede a mijo e a cocô. Mas é ali que Claudina, Norberto e Michele tomam banho e fazem as necessidades. No barraco, tem um cano sem chuveiro, um vaso sem descarga, um pedestal de pia de louça cor-de-rosa - sem pia. Não tem papel higiênico, nem qualquer outro tipo de papel. Perguntei para Edilene (quem usa papel higiênico em casa) e ela respondeu: "Eles não usam minha filha. Se lavam. Tu acha que Claudina vai gastar dinheiro com isso?" Mas na vila, pelo menos uma vez por semana, falta água. E aí? Pensei que o papel higiênico fosse um dos itens eventualmente adquiridos na casa da patroa. [Até o final da minha estadia na vila, já tinha confirmado essa hipótese.]

Este trecho contém diversos elementos que se tornaram chave para minha compreensão das atitudes de Edilene, Túlia e outras empregadas domésticas diante de suas patroas: a questão da escassez de dinheiro, a importância da “casa para alugar” como fonte de renda, o lugar dos parentes nas estratégias de sobrevivência e ascensão, e, finalmente, a presença das patroas – seus padrões estéticos e objetos de uso – até nos detalhes mais íntimos da vida privada das empregadas.

### **4.3 Escassez de dinheiro**

Nestes bairros circula muito pouco dinheiro. O desemprego massivo dos homens, a quantidade de crianças e velhos – pessoas economicamente não ativas – é enorme. Entre as famílias que pesquisei, a maioria sobrevivia basicamente com os rendimentos obtidos pela dona de casa, que trabalhava fora como “empregada doméstica”.

Nestas famílias, os homens permaneciam muito mais tempo desempregados que suas mulheres. Muitos deles preferiam o desemprego a determinadas condições de trabalho. Na perspectiva deles o mercado de trabalho formal, além de restrito, é muito pouco compensador, aliando situações de subalternidade a péssimas remunerações, as quais não permitem que eles cumpram devidamente o papel de provedores<sup>85</sup> em suas famílias. Já as mulheres pensavam diferente, mesmo com salários menores e empregos de grande rotatividade, julgavam importante manter uma renda fixa.

---

<sup>85</sup> Para Luiz Fernando Duarte (1986), a família é o eixo moral onde a identidade do homem trabalhador se estrutura. A organização familiar está assentada na noção de complementaridade hierárquica entre o homem e a mulher, típica das sociedades holísticas. Ao marido, enquanto sujeito masculino adulto, cabe a posição superior dentro da família e é dele as funções provedoras. À esposa, numa posição subalterna em relação ao homem, cabem as funções reprodutivas do espaço doméstico. Cinthya Sarti (1989) analisa as dificuldades de atualização desse modelo na sociedade urbana, apontando para os antagonismos surgidos quando o homem não consegue cumprir esse papel que lhe é prescrito.

A discussão desse casal ilustra a lógica diferenciada entre homens e mulheres na hora de procurar emprego:

Tonho: Fiquei 10 anos sem patrão. Trabalhar por mixaria, é melhor ficar em casa. A mulher me chamou para uma parada, mas não pagava ...Não valia a pena!

Edilene: Mas é alguma coisa. Eu ganho o que ganho. No final do mês aquele dinheiro tá ali.

Nesta discordância do casal podemos aprender um pouco sobre o modo desses grupos perceberem a sua inserção no mundo do trabalho. Tonho, na verdade, nunca deixou de trazer alguma coisa para casa, mas nem sempre as despesas de um trabalho formal, onde necessariamente tenha que se submeter à servilidade. Faz pequenos biscates e, com seu irmão, mantém um pequeno comércio de tóxico fora do bairro onde residem. Além disso, ter uma esposa empregada doméstica – mesmo que venha a gerar alguns conflitos diante do padrão cultural que anuncia que do homem deveria vir o sustento material da casa – não é de todo ruim. Sobretudo tratando-se de uma mulher talentosa para utilizar os subterfúgios adequados que garantem uma remuneração superior ao ganho salarial, como veremos no desempenho de Edilene no prosseguimento do capítulo. Veremos no decorrer do trabalho que essas mulheres sabiam que suas colocações em serviços domésticos podiam garantir mais que um salário restrito<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Segundo os dados da PNAD de 1993 para o Estado do Espírito Santo, 77,76% das empregadas domésticas recebe um salário que varia de menos que 1/2 a 1 salário mínimo, sendo que 29,40% destas trabalhadoras possuem um rendimento mensal inferior a 1/2 salário mínimo, conforme tabela abaixo:

TABELA 3: Rendimento Mensal das Mulheres Trabalhadoras Domésticas

Faixas salariais	%
Até 1/2 salário mínimo	29,40%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	48,36%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20,26%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1,96%

Fonte: PNAD – Espírito Santo, 1993.

As mulheres parecem menos incomodadas com a subalternidade que lhes é exigida no serviço, já que no interior de seu próprio grupo social desenvolveram táticas para lidar com esta posição presumida da condição feminina. Tampouco guardam muito apego por uma carreira com estabilidade no emprego. Quando as condições de trabalho superam a medida que consideram possível de ser suportada, facilmente abandonam os empregos. Se por acaso entrar algum dinheiro extra na economia doméstica (por exemplo, se recebem alguma indenização), este também será um bom motivo para ficarem em casa, ocupadas com suas funções de donas de casa.

Embora maridos e esposas possam discordar do modo de capitalizar os recursos disponíveis, sobretudo diante das opções de trabalho, em Jardim Veneza, uma estratégia parece ser compartilhada: construir uma casa<sup>87</sup> que além de moradia segura, possa servir de “ponto” – um espaço para alugar ou montar um pequeno negócio que garanta a sobrevivência na velhice, independente da subordinação patronal.

Depois de 13 anos de casamento, foi este projeto que fez com que Tonho finalmente mantivesse um emprego fixo por dois anos. Neste tempo, quase tudo que ganha vai direto para a obra que constrói nos finais de semana. O sustento das outras necessidades continua sendo mantido pela mulher. Na decisão de Tonho de momentaneamente contrariar sua convicção das desvantagens do trabalho formal está presente o desejo da construção da casa própria.

A construção da casa própria é um aspecto que chama a atenção em Jardim Veneza; não é à toa que o comércio de materiais de construção seja o mais próspero do bairro. O detalhe significativo deste fenômeno, que nos interessa aqui, é que a maioria das casas que estão sendo levantadas são de família que contam entre si com, pelo menos, uma mulher trabalhando como

---

<sup>87</sup> Sobre a importância da casa própria para os grupos populares, consultar Macedo (1985) e Caldeira (1984).



Ao fundo vemos a casa em 1996 (ainda por terminar) e a frente a nova casa que começa a ser construída.

FIGURA 17: “Projeto da casa nova”. Autoria: Sandro José da Silva; Serra; 1996; fonte: acervo pessoal, original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

A casa nova em 1998 – que será usada como ponto comercial – em fase final de construção.

FIGURA 18: “A casa nova em 1998”. Autoria: Jurema Brites; Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.



Barraco de Tília em 1996

FIGURA 19: “Palacete no Manguezal”. A autoria: Sandro José da Silva, Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

Em 1998 o grupo doméstico comandado por Tília já levantou, na frente do antigo barraco, as paredes da casa nova.

FIGURA 20: “Palacete no Manguezal em 1998”. A autoria: Jurema Brites, Serra; 1998; fonte: acervo pessoal, original colorido, tamanho 10x15, fotografia digitalizada no Photo Editor.

doméstica. Não é só na complementação econômica que os restos e as ajudas que os patrões oferecem que a construção da casa se efetiva. Mas, especificamente, muitas domésticas recebem ajuda dos patrões na empreitada da construção. Claudina a cada Natal recebia sacos de cimento, telhas, lajotas; Túlia ganhou todas as portas e janelas que saíram da reforma de Seu Arnaldo e a patroa de Hortência avalizou um financiamento para a arrancada final da montagem do telhado e das aberturas.

Muitos dispositivos são usados pelos moradores desse bairro para ampliar os recursos. Em primeiro lugar, essas pessoas habitam em terrenos irregulares, em bairros longínquos, longe da presença fiscal, onde até as despesas com água e luz podem facilmente ser desconsideradas, a partir da instalação ilegal da luz (“gatos”)<sup>88</sup>. Edilene, apesar de morar em terreno com escritura legalizada, não pagava água nem luz há dois anos:

Jurema: *A prefeitura não corta a água e a luz?*

Edilene: *Corta, mas nós liga outra vez. Até eles aparecerem de novo ...*

Jurema: *Quer dizer que aqui todo mundo tem ligação de água e luz?*

Edilene: *Só na rua principal, que nem na minha. Ali na Emem ela já puxa do poste.*

Em segundo lugar, até mesmo a distância entre a moradia e o serviço pode também ser revertida em benefício. Ninguém trabalha sem “ganhar as passagens”. Ao salário que recebe, a servidora doméstica tem acrescidas as despesas com transporte. Este é um dos itens que não abrem mão na negociação do emprego. Os “vales”, além de garantir o ir e vir, transformam-se em moeda corrente no bairro. Tudo pode ser trocado por passagens: leite, pão, verduras... Um marido exultava sua fidelidade, afirmando: “eu entrego todos os vales (transporte) na mão da Túlia”.

---

<sup>88</sup> A opinião dos moradores do bairro divide-se quanto aos novos projetos da Prefeitura Municipal de regulamentação fundiária. Muitos vêm nestes a garantia de seus terrenos invadidos, mas outros ponderam que os impostos começarão a chegar e que, possivelmente, a valorização do lugar os expulse mais uma vez da região.

A permuta também é um elemento importante dessa economia. Troca-se, por exemplo, itens que excedem da cesta básica por outros mais necessários:

Túlia: Vem de tudo na cesta: 5 quilos de arroz, 5 quilos de açúcar, farinha, feijão, sal...

Jurema: Mas é suficiente, dá pro mês todo?

Túlia: O que falta eu troco na venda. Por exemplo, nós lá em casa não comemos 5 quilos de arroz por mês. Então, eu troco arroz por sabão e Q-Boa ali no Canali (supermercado), entende? Ontem, por exemplo, eu troquei 2 pacotes de massa por prendedor de roupa que tava faltando.

Economiza-se também na comida. Na casa onde me hospedei, raramente minha anfitriã cozinhava. Durante meus 30 e poucos dias lá, quatro ou cinco vezes tivemos um jantar ou almoço completo. Um deles, em minha homenagem, tinha no cardápio arroz com repolho, lingüiça frita e feijão com pelanca de porco (que devíamos comer atrás da porta “para manter nossa beleza”). Tudo com muito coentro. Na maioria das vezes cozinhava-se à noite, depois que a dona da casa voltava do trabalho. Em geral, Claudina fazia sopa ou arroz com pata de galinha.

Pela manhã, ela preparava uma grande térmica de café preto, muito fraco e muito doce para meu paladar<sup>89</sup>. Mas muitas vezes, não havia refeição nenhuma, tal como no caso seguinte, tirado do meu diário de campo:

Claudina, que acaba de chegar do serviço, vai direto para a casa de sua vizinha e nora, Edilene, onde encontra sua filha adolescente, grávida,

---

<sup>89</sup> Como retribuição à hospedagem (além, evidentemente, do pequeno aluguel combinado), resolvi comprar pão e margarina todas as manhãs. Como minha pretensa gentileza talvez expusesse demais a pobreza dos meus amigos, certa manhã, desculpando-se da falta desses gêneros em casa, Seu Norberto comentou: “a mãe de Michele era casada com um padeiro que levava pão todo dia para casa. Comiam tanto pão que a menina ficou com mania de comer pão! Quando chegou aqui, queria comer pão todo dia!”

comendo um prato repleto de comida: "Oh, Edinha! Por que tu não fez um arroz!?" Logo explica porque ela mesma não pensa em alimentar sua filha: "Hoje não vou nem jantar ... Comi quase um cacho de bananas na casa da Rosinha (patroa)!" E virando-se para mim (a patroa fora de lugar), explica: "Ia apodrecer tudo. Se eu não como, amanhã, chego lá, e já foi tudo pro lixo!"

Parecia subentendido que os membros do grupo familiar deviam fazer o máximo para encher suas barrigas em outros locais. As mulheres que trabalhavam como empregada doméstica chegavam, na medida do possível, empanturradas de comida da casa da patroa. Os outros desenvolviam o talento de aparecer na casa da vizinha logo na hora da jantar... Com dinheiro vivo comprava-se somente aquilo que não se podia obter de outra forma.

Nestes bairros, as pessoas vivem com realmente muito pouco. No entanto, o investimento do mirrado dinheiro que adquirem segue uma lógica que extrapola as explicações que reduzem as atitudes destes grupos aos "apelos do estômago".

Suas atitudes e perspectivas são influenciadas, por um lado, pela economia de consumo difundida na sociedade e reforçada na casa das patroas. Por outro lado, apoiam-se em uma acurada percepção do lugar que ocupam na sociedade de classe. Para a efetivação dos seus propósitos, estas famílias de baixa renda tomam como base a tradição de organização do parentesco, formando redes interdependentes que ultrapassam os limites da família conjugal. Assim, não é de se admirar que, no grupo doméstico<sup>90</sup> de

---

<sup>90</sup> "Elementar, composta ou extensa, a *família* deve ser claramente distinguida do *grupo doméstico* (*household* ou *domestic group*), cuja característica essencial é ser uma unidade de residência, de produção e consumo, quer dizer, uma unidade que se define em função de outros critérios que não os de parentesco ou das alianças matrimoniais. O grupo doméstico por ser composto por pessoas entre as quais não existe nenhum laço de parentesco, ou pelo contrário, pode reunir várias unidades familiares. " (MARIE, 1978, p. 52)

Claudina, as soluções para a vida não são encontradas individualmente ou deixadas nos ombros só dos progenitores. As residências individualizadas -- como mostraremos, nem de longe supõem que o núcleo básico da vida social seja o casal.

#### **4.4 Interdependência: grupo doméstico e cotidiano**

A casa de Edilene, onde originalmente pensava em ficar hospedada, era muito pequena: apenas um quarto, uma cozinha e uma varanda. Eu viajava com meu filho de dois anos e, mesmo estando disposta ao encontro etnográfico, supus que partilhar do mesmo quarto com Edilene e seu marido ultrapassava os limites da minha necessidade cultural de individualidade. Por motivos diferentes dos meus, Edilene me aguardava com outra solução. Sem abrir mão do prestígio de me receber, me ofereceu os melhores aposentos de seu grupo doméstico – um quarto na casa de sua sogra, Claudina, que mora na segunda casa ao lado. Em pouco tempo descobri que sua capacidade de me alojar na casa da sogra era sintomática da organização social do lugar.

Embora as casas deste grupo sejam separadas por muros, o cotidiano dos seus moradores indica uma organização familiar comum, não apenas porque se distribuem uma ao lado da outra, mas porque – desde a história familiar até os acontecimentos mais comuns do dia a dia – mostram uma interdependência entre os moradores das diferentes casas<sup>91</sup>.

A figura principal deste grupo é Claudina (54 anos), empregada doméstica que trabalha há 23 anos com a mesma patroa. Nascida em

---

<sup>91</sup> Esta organização é reconhecida por outras etnografias que focalizam grupos populares. Jardim (1998) descreve uma organização doméstico-espacial (os pátios) na grande Porto Alegre, bastante similar às quais observei no Espírito Santo: “Na vila Tina, os pátios configuram-se como uma unidade doméstica que estende, coletivamente, os limites de cada unidade doméstica. É neles que se concretizam as diversas trocas entre os moradores do mesmo terreno e de terrenos vizinhos, constituindo-se como pontos de referência e identificação para família” (1998, p. 26).

Jequitinhonha, Bahia, “trabalhou desde cedo” na roça. Teve nove filhos do primeiro casamento, dos quais apenas três haviam sobrevivido. Há 30 anos veio para Vitória, junto com uma irmã, ambas para trabalharem como doméstica. De um namoro malogrado com um homem casado, nasceu Edinha – a filha caçula. Depois de alguns anos vivendo em Vitória conheceu, na casa de um sobrinho, Norberto – guarda-noturno aposentado, seu atual companheiro. Seu Norberto, junto com este sobrinho de Claudina, está entre os primeiros invasores dos terrenos de Jardim Veneza. Quando Claudina reclama que ele é “um aposentado que não serve para nada”, as pessoas do grupo reagem, lembrando-lhe como Norberto passou meses “dormindo no chão puro” em um barraco improvisado, “carregando carroças e mais carroças de aterro”, garantindo a posse do terreno.

Depois que Claudina se estabeleceu no lugar com Norberto, chamou seus dois filhos casados para dividir o terreno. Hoje são três terrenos com escrituras individualizadas. Porém, ali, as soluções de um grupo doméstico sobrepõem-se à organização nuclear. A mãe, com a caçula, ocupa uma ponta do terreno original e o filho mais velho (Tonho), a outra extremidade. Entre eles fica o terreno do filho do meio (Clodoaldo).

Com o velho casal reside Michele, neta de Claudina, uma menina de sete anos cuja mãe, iniciando um novo casamento, resolveu deixar a filha com a ex-sogra. Nos fundos do terreno, junto com seu marido, mora Edinha

FIGURA 21: Grupo doméstico de Claudina

FIGURA 22: Grupo doméstico de Claudina 1998.





(16 anos), a filha caçula de Claudina, que só saiu da casa materna há seis meses, quando anunciou a gravidez. Edinha, única filha sobrevivente de Claudina, é cercada de mimos e luxos pela mãe.

No terreno do meio, está o barraco<sup>92</sup> de Clodoaldo e Beatriz e de suas três crianças (seis, cinco e dois anos). Clodoaldo parece frustrado com a vida que leva. Atualmente acompanha o irmão num trabalho de pedreiro em Praia Velha. Mas como diz o irmão mais velho, “não tem cabeça”. Consome tudo que ganha em aparelhos eletrônicos (som, TVs) que são quebrados durante as brigas do casal. À noite, sempre tem “compromissos” em um bairro classe média próximo do bairro ou em rinhas de galo. Segundo as críticas da família, o casal não se organiza nem mesmo para comprar tijolos para a construção de uma moradia melhor.

O casal sai muito cedo – especialmente Beatriz, que trabalha como empregada doméstica e percorre os quatro quilômetros até a casa de sua patroa a pé, para poder trocar seus vales-transporte por leite para as crianças. No caminho para seu serviço, deixa os dois filhos menores na única creche municipal do bairro. O filho maior, de 6 anos de idade, fica em casa sozinho até as duas horas, quando, junto com Michele, dirige-se para a mesma creche – a qual para suas faixas etárias só dispõem de atendimento em turno parcial.

No terceiro terreno, fechando o território familiar, moram Tonho (o primogênito de Claudina) e sua mulher, Edilene. Tonho é o maior responsável pela construção da bela casa da sua mãe. Como esteve muito tempo sem ocupação fixa, retribuiu os esforços maternos levantando a casa apenas com a ajuda do velho Norberto. Como filho mais velho, é o representante oficial do “respeito” familiar. Quando as brigas de Clodoaldo e Beatriz passam dos limites e começam a voar televisores e mesas pelos ares, ameaçando a segurança das crianças, é ele [Tonho] que vai até a cerca e grita: “O que é isso rapaz? Passa meus sobrinhos para cá!” Como ele mesmo fala, “aqui em

---

<sup>92</sup> No linguajar local, “barraco” significa qualquer residência feita de madeira, independente de sua solidez ou precariedade.

casa a gente também briga, como qualquer casal, mas não somos doidos de quebrar o que conseguimos com tanto sacrifício".

Apesar de ser de alvenaria, a casa em que Tonho e Edilene moram é muito precária, com a empoeirada fiação elétrica exposta, paredes mofadas e a laje do teto com infiltrações enormes. Nestes dois últimos anos, como já dissemos anteriormente, Tonho está com "carteira fixa", trabalhando como azulejista em uma grande empreiteira em Vitória. Parte cedinho de bicicleta com seu irmão Clodoaldo em direção à capital. Edilene trabalha como empregada doméstica. Não fica tanto tempo nos empregos, como sua sogra e concunhada, mas em geral mantém dois serviços.

Entre essas três casas, o trânsito de pessoas, serviços e objetos é constante, criando tensões tanto quanto cumplicidades. Edinha, por exemplo, não fala com Norberto (o companheiro de sua mãe) porque o julga "muito metido". Edilene não fala com Eltinho, pai de Michele, porque julga que "ele não tem responsabilidade como pai!" Tampouco fala com Beatriz, sua concunhada e vizinha de cerca. A rixa entre as duas foi desencadeada há dois anos por acusações lançadas pela Beatriz de que Edilene teria estragado seu tanquinho novo. Edilene morre de raiva de tal calúnia e não dirige a palavra ou o olhar para a concunhada. Contudo, não deixa de receber os filhos daquela em casa no final da tarde, a quem dá banho e jantar, enquanto esperam a mãe voltar do trabalho (pelas 20 horas). "Tenho que dar comida porque essa aí nem um prato de comida deixa pros filhos. Só compra leite e biscoito na venda. Pode alimentar uma criança desse jeito?"

Mas não são somente os filhos de Beatriz que são alimentados por Edilene. Norberto é sempre chamado para receber um prato de comida e Edinha sempre que chega à casa da cunhada vai direto nas panelas. "Aposto que ainda não comeu nada decente", fala Edilene para Edinha, lá pelas quatro horas da tarde:

Mulher, agora não é mais só você que tem que se alimentar. Tem uma criança dentro de ti! Eu vou te denunciar para o SOS criança! Tu é preguiçosa mesmo! Aposto que nem preparou nada para comer.

Mesmo sabendo por outras etnografias (JARDIM, 1998; FONSECA, 1995) que a vida cotidiana dessas pessoas resolve-se de forma comunitária, ainda assim me perguntava como era possível sair tanta comida da casa de Edilene e Tonho. Afinal, apenas nos últimos anos ele está empregado e a colaboração que presta à economia familiar não é muito grande: entrega a cesta básica para a mulher e nada mais. Edilene arca com a carne, as verduras, o gás, o cigarro e todo o resto. Como aquelas panelas podem sempre alimentar mais um?

Devemos, no entanto, lembrar que nem tudo é trocado tão generosamente assim. A solidariedade é negociada a partir de um sistema, onde o peso de cada um está associado ao seu papel social. O *frame* dessas relações está respaldado na noção de *complementaridade hierárquica*, mas que diferentemente do que sugerem autores como Duarte (1986) e Sarti (1989) não se assenta primordialmente no eixo marido/mulher. Estudando as relações de parentesco, para além dos limites da família nuclear, é possível compreender as relações numa dimensão mais processual, onde fatores tais como idade, sexo e pertencimento familiar conferem um *status* que coloca as pessoas numa situação mais ou menos segura. É dentro deste quadro que as trocas e lealdades serão negociadas.

#### 4.5. “A riqueza roubada” - casamento, amor e sobrevivência

Depois de ter visto as formas de antagonismo e reciprocidade que informam as relações que extrapolam a conjugalidade abarcando as diferentes unidades domésticas do grupo familiar, cabe agora voltar a considerar o casal, trazendo à tona histórias que envolvem tanto afeto como interesse: um outro de tipo de interdependência que liga marido e mulher.

Logo que voltei ao bairro, depois de dois anos passados no Rio Grande do Sul, as crianças da família de Claudina não esperaram eu descer do ônibus para contar a grande novidade: “Edinha tá grávida! O nenê nasce a qualquer hora!” As crianças e as cunhadas me contaram com pormenores e com evidente exaltação o caso todo: de como a família ficou sabendo do namoro – as crianças e Edilene sabiam de tudo e foram cúmplices desde o início; de como Beatriz conseguiu com uma ex-patroa um enxoval inteirinho; das simpatias com rins de porco para saber o sexo do bebê; das apostas para adivinhar o dia do nascimento. Não era apenas pela minha chegada. A gravidez de Edinha era o assunto da hora para as mulheres e crianças da rede familiar e vizinhança.

Edinha foi a última a aparecer, como se estivesse aguardando o momento certo para fazer uma entrada triunfal. Chegou no pátio de Edilene, onde estávamos reunidos, ostentando a barriga e sua nova condição de mulher:

Oh, Edilene, você tem cloro pra me emprestar? Nossa! Tô com o varal cheio!  
Tô no tanque desde cedo! Lavei todas as camisas de Vinicius!

Antes mesmo de cumprimentar-me, a menina que deixei há dois anos atrás exhibe sua competência no quesito mais requerido de uma mulher responsável: o capricho com as roupas que o marido irá se apresentar à sociedade. Tratada pelos agentes políticos como grave problema pessoal e

social, a gravidez dessa moça aos 16 anos é muito bem assimilada pelo seu grupo<sup>93</sup> – ainda que haja queixas maternas.

De fato, a mãe era a única pessoa abertamente lamentosa. A cada conversa, enfiava um colar de decepções que a filha havia lhe proporcionado:

Eu quase morri, Jurema! Tudo que eu dei pra essa menina - do bom e do melhor! Nunca deixei de trabalhar, nunca deixei faltar nada. Até um vídeo eu tirei na loja por causa dela! Tirei em 36 vezes! Nos quinze anos dela nós fizemos uma festa. Até as quatro horas da manhã tinha gente comendo churrasco! Agora tá aí. Eles não gostam que eu falo, mas ele não tem onde cair morto! A gente dele é tudo fraquinho [sem dinheiro]. Não tem nada. Tudo o que eles tem fui eu que dei: dei o barraquinho pra eles morar, tirei a cama em que eles dormem no Cilnei [loja de móveis], aquele fogão velho que você deu pra Túlia, eu peguei na mão dela pra eles cozinhar (...) Cê vê, ela é bonita, né? Até um "Elder" (referindo-se a um missionário mormon) queria namorar com ela e levar ela pro estrangeiro...

Claudina frisa que se sacrificou durante longos anos, e não foi para simplesmente botar comida na mesa. Era para realizar um projeto familiar de ascensão social em que a filha, "bem criada" e acostumada a um padrão elevado de vida, desempenhava um papel fundamental (Fonseca, 1993b). Sempre que me mostrava o luxo de cada artigo de sua casa (fogão auto limpante de seis bocas, vestido de renda para Edinha, som), Claudina descrevia longamente as táticas para ter acesso a bens tão caros: financiamento em 48 vezes, comer apenas arroz, fugir dos cobradores, não pagar água e luz e fazer ligação de "gatos". Algumas artimanhas não eram

---

<sup>93</sup> Diferentemente da situação de risco que a gravidez nessa faixa etária apresenta para os filhos das camadas médias e altas, nos grupos populares, a gravidez parece ser um rito de passagem entre a infância e a vida adulta. Por meio dela, as meninas procuram independência da tutela da família de origem. Engravidar faz parte de saberes femininos de sedução; forma mais tradicional das meninas assegurarem um parceiro fixo, montar uma casa e tornarem-se donas do lar, ou seja, adquirirem a identidade de mulher adulta (ALMEIDA, 1997; VÍCTORIA, 1992; PAIM, 1988) .

mencionadas verbalmente, mas insinuaram-se durante nossa convivência: esperar que “o velho” e Edinha comam na Edilene; vir da casa da patroa bem alimentada; conquistar a cumplicidade da patroa para receber bens extrasalariais; se possível, trazer os restos que são desperdiçados na casa dos patrões como patas de galinha, gorduras, frutas e verduras velhas, um sabonete, um restinho de óleo. Claudina concluía nossas confidências ressaltando a grande dor: “Tudo isso eu fiz por essa menina e ela desperdiçou se entregando a este rapaz!”

Não apenas Claudina, mas provavelmente os irmãos cogitavam que a caçula bem-casada talvez fosse um dos trunfos contra a miséria. Depois de tudo, eles não contribuíram também, com seu trabalho e ajuda financeira, para a construção e manutenção daquela “casa fina” com tantos móveis distintos? Mas, tem-se a impressão de que esses cálculos não são tão rígidos assim. É difícil esperar que o ardor da juventude seja tão pragmático, ou que o mercado matrimonial ofereça tão bons pretendentes.

As queixas da mãe são sinceras; entretanto, ela também teve seu primeiro filho dentro dos mesmos moldes. A mesma experiência compartilhada por muitas vizinhas, sem dúvida, explica por que, apesar dos comentários críticos, as mulheres eram tão receptivas à nova situação. As pessoas reconheciam dificuldades econômicas com a chegada do bebê, mas aborto jamais foi mencionado entre as formas possíveis de enfrentar tais constrangimentos<sup>94</sup>. Apesar de seus poucos recursos, nenhuma mulher daquele círculo de sociabilidade furtou-se a colaborar com algum item para o enxoval. As lamúrias da mãe não se referiam às agruras da chegada de um bebê tão cedo na vida de um casal, mas sim ao péssimo casamento que a filha realizara, pois se a filha aspirava se juntar com o homem a que amava, sua mãe tinha tido outros planos.

---

<sup>94</sup> Vide Leal (1995), sobre as circunstâncias e o momento que envolve a decisão da realização de um aborto nos grupos populares.

Ironicamente foi Claudina, em parte, responsável pelo encontro de Edinha e Vinicius. Este último, órfão de mãe desde os 11 anos, migrara do Paraná com o pai e os irmãos no início dos anos 90, vindo parar num dos barracos que Claudina aluga. O pai arranhou uma namorada no interior e mudou-se com o filho mais moço, a irmã foi morar na casa do marido e Vinicius permaneceu no barraco por mais alguns meses. Foi nessa época que começou o namoro. O rapaz estava sozinho e Edinha, enternecida, resolveu acolhê-lo. Namoravam escondido no início, aproveitando as horas que Edinha ia lavar roupa no tanque coletivo que fica justamente na frente do barraco do rapaz. O rapaz não se furtou a enfrentar o “casamento” (co-habitação), até mesmo porque Edinha tem três fortes irmãos, mas sua situação está difícil.

Para entender a posição frágil de Vinicius dentro deste grupo familiar, cabe lembrar as análises feitas em outros grupos populares (ALMEIDA, 1977; entre outros) nas quais diversos pesquisadores têm sugerido que, enquanto para uma menina a gravidez representa a porta de entrada para a vida adulta, para o menino nem sempre é assim. A mãe constitui-se fisicamente através da gravidez e do parto; porém, no caso do homem, quando uma criança nasce é preciso que ele reconheça sua paternidade. Como mostrou Víctora, nos grupos populares, mulheres **têm** filhos, homens **assumem** filhos (1992, p. 23). Idealmente, a paternidade bem-assumida para estes grupos teria a ver com o papel de provedor que se espera do sujeito maduro do sexo masculino. Se a vida adulta é inaugurada com a maternidade e com casamento para as pessoas do sexo feminino<sup>95</sup>, no caso do rapaz ela só chega realmente quando for capaz de responsabilizar-se economicamente por um lar. Se isto já é difícil para homens com uma longa trajetória de trabalho, imaginem para um rapaz de 17 anos. Vinicius trabalha em uma oficina de lanternagem, recebe por tarefa e o dinheiro mal dá para comprar alguma comida. Assim, é obrigado a suportar a sogra que o acusa de “não comprar nada para o bebê”, de “não dar

---

<sup>95</sup> A maioria dos estudiosos dos grupos populares brasileiros tem apontado apenas a maternidade como o ritual necessário para inaugurar a vida adulta das meninas; porém, aprofundando esta questão, Paula Almeida (1999) tem mostrado que consolidar a relação com o pai da criança pode ser o ponto definitivo de mudança de *status* no grupo familiar.



uma calcinha sequer para a mulher” e de “não guardar nem mesmo o dinheiro para pagar o táxi no dia do parto”. “De certo Edinha vai ter que chamar a brigada pra levar ela para a maternidade”, vociferam as mulheres da família.

O casamento do jovem casal não agradou a Claudina que viu, assim, suas esperanças por uma vida melhor esmagadas. Vinicius encontrando de repente pressões para apressar seu ingresso na vida adulta, tampouco se vê realizado, mas Edinha parece, ao menos por enquanto, plenamente realizada. Afinal, como meus informantes sugeriam de tantas maneiras diferentes, comida não é tudo.

Os propósitos de Claudina estão vinculados à experiência de uma mulher vivida, que almeja um destino para sua filha melhor do que o seu: envelhecer cozinhando e limpando para os outros sem ter saído muito longe da pobreza com a qual iniciou sua vida. Contudo, se essa lógica mostra um sentido utilitarista para o casamento, não devemos nos enganar reduzindo a experiência dessas pessoas aos aspectos da pura sobrevivência. Em outras palavras, não devemos esquecer a perspectiva de Edinha. O sustento que as mulheres costumam exigir de seus homens, para além da atitude pragmática, é a forma legítima encontrada por elas para garantirem outra dimensão fundamental da relação: o afeto e a fidelidade do companheiro amado.

#### **4.6 Comida não é tudo**

Ao começar o trabalho de campo em Jardim Veneza, eu escondia um temor enorme de enfrentar a convivência com o marido de Edilene. Trabalhando como doméstica na minha casa, Edilene foi aos poucos conquistando nossos afetos e minha atenção. Nossas conversas, na minha casa, durante o primeiro ano de pesquisa, foram aos poucos me convencendo a desmoronar o edifício frágil da objetividade e acabando por me arreatar

numa experiência de conhecimento, em que a amizade acabou se constituindo, como no Mito de Teseu e o Minotauro, no fio de Ariadne para minha penetração no universo nebuloso do outro. Edilene foi a arquiteta dos pontos de observação que me levaram, posteriormente, a concentrar a pesquisa em Jardim Veneza. Neste nosso longo convívio de empregada e patroa, conheci uma mulher que, segundo os meus padrões, era o protótipo do sofrimento e de submissão feminina<sup>96</sup>. Sempre manteve dois empregos para poder sustentar a casa, pois Tonho, seu marido, considerava que trabalhar por uma miséria não valia a pena. Entretanto, um dos empregos mantinha em segredo, para que “ele não abocanhe tudo que eu ganho”. Muitas vezes chegava na casa com as marcas de seus desentendimentos com o marido. Certa vez, quebrou a perna e, mesmo assim, não aceitou os dias de repouso. Passados cerca de 15 dias, chegou na minha casa mancando, sem gesso, com olho roxo e pé quebrado em um novo lugar.

Nessas horas, como diz uma amiga minha, a gente “põe a antropóloga no freezer” e pára de relativizar o universo cultural do outro. Onde, eu me perguntava, estavam as vantagens do casamento de Edilene? Fiquei chocadíssima e sugeri que ela poderia ter um espaço na nossa casa para separar-se de Tonho. “Vou separar dele sim, mas não deixo minha casa, não. É tudo que tenho na vida”.

Edilene passou, então, a me deixar saber que tinha se separado, contando inclusive histórias elaboradas sobre o estigma de ser uma mulher sem marido. Por exemplo a história concernente a uma menininha que Edilene quase adotou. Uma tragédia havia tirado a vida de sua prima e esta havia deixado órfã uma menininha de três anos de idade. Pensando que poderia ser essa sua oportunidade para finalmente alcançar o *status* de mãe, ofereci todo o apoio para que ela criasse a menina. Já estava procurando uma creche para inscrever a menina quando Edilene me contou que uma tia materna havia chegado da Bahia e “carregado com a menina”: “Ela me disse

---

<sup>96</sup> Gregori (1992) redimensiona o discurso das queixas das mulheres vítimas de espancamento por seus maridos, mostrando que as agressões são peças constitutivas desses relacionamentos.

que se eu não tenho capacidade para manter um marido, como vou poder criar uma criança?”(Com esse episódio, minhas dúvidas quanto ao “mundo cultural” de Dona Edilene só aumentavam: além de sofrer a violência do marido, agora ia ser privada deste último prazer, de ter um filho... Foi só algum tempo depois que fui aprender coisas para atenuar minha indignação, e atijar mais uma vez o estranhamento do antropólogo.)

Quis o destino que uma situação de doença me fizesse recorrer à única pessoa com quem podia contar em Vitória (meu marido estava viajando) e, assim, fui a Jardim Veneza buscar Edilene. Não sabia exatamente onde era sua casa e fui perguntando: “Conhece Edilene, amiga de Túlia...” Ante as negativas resolvi associar: “Ela foi casada muito tempo com Tonho, filho de Claudina...” No que a pessoa me respondeu: “Foi casada? Nunca esteve separada! Eles moram ali...” De fato, Ariadne me contava muitas mentiras, muitas! Mas não eram quaisquer mentiras: eram mentiras de mulher pobre para uma mulher de classe média. Assim, vim a me dar conta que Edilene nunca havia se separado de Tonho. Durante meses tinha encenado um tipo de teatro para satisfazer as sensibilidades da patroa<sup>97</sup>.

Não é por acaso que Edilene resolveu esconder justamente essa dimensão de sua vida privada – suas relações afetivas – dos olhos moralistas de sua patroa. Goldstein (2000), entre outros, tem escrito sobre a maneira como patroas censuram a vida pessoal de suas domésticas, chegando à conclusão de que, na maioria de casos, estas estariam melhores se largassem tudo e mudassem de vez para a casa delas. Assim, chegando no bairro, prestei atenção particular a esses detalhes.

---

<sup>97</sup> Detalhe: minha filha, então com quatro anos de idade, sabia de toda a verdade. Somente quando eu cheguei em casa contando a peripécia, a menina traiu seu pacto de segredo com Edilene. Neste caso, percebe-se a relação de cumplicidade e afeto entre as crianças e as empregadas que mostramos no capítulo dois.

Quando Edilene e eu convivemos mais profundamente, agora *eu* dentro da casa *dela*, fiquei sabendo de todas as cartas de amor que ela havia escrito para Tonho durante o noivado, as quais ela descobriu, depois do casamento, guardadas por ele com muito carinho, amarradas por uma fita vermelha. Porém, estavam todas lacradas. Só então Edilene descobriu que Tonho era analfabeto.

Constatei que Edilene não era a única de suas vizinhas a nutrir tais sentimentos. Assuntos românticos pareciam consumir muita energia das mulheres que conheci em Jardim Veneza. Já na fase de sedução, o fascínio amoroso era previsível (Edinha não ficou seis meses planejando táticas para cultivar a atenção de Vinicius?), mas ainda na fase de consolidação do relacionamento conjugal as mulheres investem muito. Quando um marido começa a passar muito tempo fora de casa, sua mulher monta estratégias para descobrir onde anda seu homem e com quem gasta dinheiro. Faz ronda com as amigas passando nos lugares suspeitos, se cerca de informações: fica sabendo que “viram ele no terminal com uma amiga da Igreja”; fulana “viu quando ele levou a outra na excursão de futebol”, e assim por diante. Às vezes tentam se vingar. Edilene, por exemplo, ao descobrir que seu marido tinha ido no jogo de futebol com uma moça jovem e bonita, “rodou a baiana”: jogou fora toda a reserva de maconha que Tonho guarda para vender e fechou todas as portas da casa, impedindo-o de entrar. Túlia é outra que cita a infidelidade de seu marido para desculpar suas próprias aventuras. Apesar de casada e mãe de filhos adultos, passa fins de semana fora, vai a bailões, e em geral escolhe os homens que passam na sua vida. No entanto, não deixa de falar em romance, me confessando que tem um grande amor, “só que ele não presta”. Quanto ao marido, sua grande queixa não é que não sustenta a casa, mas que não supre suas necessidades afetivas. Esta perspectiva fica ainda mais clara na mágoa da vida conjugal expressa por Beatriz:

Sabe, eu já desisti. Hoje ele recebeu e veio me entregar 50 real para eu registrar o Giordano (filho de dois anos). Não vou colocar o nome dele não!

Quando ele vem assim... é só alguém por cima. Não sinto mais nada. Perdi aquele amor, juro que perdi.

O ciclo apaixonado talvez não dure a vida toda. É provável que quando a maturidade se aproxime, o pragmatismo – como o de Claudina – fale mais alto. Mas durante muitos anos da vida de uma mulher, ela procura num marido muito mais do que alguém para a sustentar. Procura realizar um projeto de amor que, tanto ela quanto suas vizinhas, consideram central na vida. Porém, diferentemente das ilusões do amor romântico, não acreditam na máxima: "um amor e uma cabana". Um dos momentos marcantes de decepção dessas mulheres vem quando buscam reconhecer o afeto de seus homens através de sua disposição de sustentá-las<sup>98</sup>.

Para as patroas, no entanto, esse tipo de interesse romântico das empregadas permanece muito opaco. Os patrões preferem esquecer que aquelas mulheres que lhes servem necessitam, como qualquer outra pessoa, de referências identitárias e afetivas próprias para almejem a realização pessoal. De uma parte, uma perspectiva mais igualitária proposta pelas pautas políticas modernas não permite que as patroas compreendam os dilemas desses casais<sup>99</sup>. Para aquelas mais sensíveis, as empregadas estão submetidas a padrões muito brutos de dominação masculina. Para outras, no entanto, os maridos e namorados são um empecilho para que se possa dispor da “empregada perfeita”. É a “loucura por estes homens”, como me dizia uma informante, que impede uma fidelidade absoluta das domésticas às suas patroas. Muitas vezes, é na figura deles que as patroas vêem as ameaças do mundo desigual e efetivamente, devo admitir, que assisti a empregadas que ao encontrarem patrões mais refratários ao cumprimento de seus direitos, levavam seus maridos para o acerto final das contas.

---

<sup>98</sup> Rebhun (1993 e 1995) também descreve a dimensão romântica como uma instância fundamental da vida de seus pesquisados nordestinos. Embora ressalve que não podemos procurar por significados e expressões universais desse sentimento.

<sup>99</sup> Alguns autores como Pereira de Melo (1993) Besse (1996) tem referido que as lutas feministas não parecem fazer sentido para a representação das empregadas domésticas.

\* \* \*

Nestes relatos sobre a interdependência no grupo doméstico, procuramos descrever um padrão de organização social importante entre os grupos populares. Como Duarte (1986) e Sarti (1989), observamos a presença do código hierárquico complementar que liga marido e mulher nestas camadas sociais. No entanto, este código não é nem estático, nem postula comportamentos de maneira tão rígida como a regra prescreve.

Em primeiro lugar, deveríamos compreender que, no caso pesquisado, a posição superior masculina não se sustenta necessariamente pela sua condição de provedor – situação que é difícil de ser cumprida, como demonstra as histórias de Tonho, Clodoaldo e Vinicius. Outros fatores, tais como a escolha patrilocal de moradia, podem também ajudar os homens a manterem-se numa posição vantajosa contando com a proteção de seus consangüíneos. Antes de tudo, a relação marido/mulher não se reduz aos aspectos materiais da relação. As paixões e afetos entram para desorganizar as regras da conduta social, levando as pessoas a ajustarem suas estratégias a novas situações.

Em segundo lugar, a complementaridade não reside apenas nas relações do casal. Como tentamos mostrar, as relações de casal vêm embutidas numa rede de sociabilidade onde a reciprocidade – ora pacífica, ora antagônica – é exercida de acordo com o status relativo de cada um – de sexo, idade, de pertencimento familiar (ver também FONSECA, 1995; BRITES, 1993; JARDIM, 1999).

Agora, para melhor entender o lugar do serviço doméstico remunerado dentro desta configuração de valores, cabe considerar como os elementos mais fracos da cadeia – mulheres e velhos – negociam seu lugar político no circuito de troca social. Veremos então que a complementaridade estratificada (descrita na relação patroa-empregada no último capítulo) engendra táticas particulares da parte das pessoas mais abaixo na hierarquia para garantir o seu poder de barganha.

#### 4.7. A força do fraco

Seu Norberto, por exemplo, hoje não desfruta da mesma importância de antes. É constantemente desprestigiado pela mulher, Claudina, que, reclamando de sua avareza e impotência sexual, refere-se a ele como: “Aquele velho que não serve para nada”. Edinha, a enteada de Norberto, que ele criou desde os três anos de idade, embora more em um barraco nos fundos de sua casa, não lhe dirige a palavra. Aliás, a despeito dos esforços de Norberto pela conquista do lugar, ninguém duvida que o terreno seja de “mamãe”. Não fosse pela contribuição certa de sua aposentadoria no final do mês, será que ainda restaria lugar para ele nesta família?

Nos restos do uniforme de guarda-noturno e no chapéu de feltro marrom usado à Valdick Soriano, Norberto insiste nas marcas de hombridade das quais, como homem trabalhador, já desfrutou. Sentado por dias inteiros em pose de garça na frente da casa de Claudina, reconhecemos nele a altiva serenidade de um velho aposentado. Ou será que o definirá melhor o lugar que escolheu para desfrutar da sociabilidade da rua? O “banquinho das fofoqueiras”, significativamente, o lugar de onde Claudina retira sua reputação entre os vizinhos.

As acusações lançadas na sua cara, a licença de que ele dispõe para brincar, insinuando-se sexualmente com as mulheres casadas (chamando-as de “meu amor”, esbarrando fingidamente entre suas pernas) parecem identificá-lo com a condição de velho, sem o respeito pleno de um homem adulto (DUARTE, 1986). Ainda mais, cabe notar que ele não tem nenhum parente consangüíneo no grupo familiar, ficando, nesse sentido, periférico ao grupo familiar. Como Edilene, Beatriz e Vinicius (marido de Edinha), resta-lhe

apenas o *status* frágil de parente político<sup>100</sup>. Essa condição subordinada, no entanto, é compensada por uma lealdade indefectível ao grupo e ao talento de saber como manter aliados. Assim, os filhos homens de Claudina não deixam de proclamar a importância da aposentadoria do padrasto para garantir as contas básicas da mãe (aliviando suas próprias obrigações), os parentes próximos ainda o consultam sobre estratégias de invasão e Edilene – sua amiga predileta –, além de providenciar alimento para o velho, dedica-lhe cuidados íntimos de uma filha, cortando-lhe os cabelos e as unhas dos pés. Os vizinhos e os comerciantes da redondeza também preferem sua prosa certa do que compartilhar intimidade com Claudina, que consideram ter o “Rei na barriga” e “a Fofoca na cabeça”. Para a maioria destas pessoas, é o afeto, antes do que qualquer ganho material, que ganham como recompensa do apoio moral dado a esse senhor.

Edilene, outra figura ligada a este grupo familiar apenas por laços de afinidade, sofre de tantas, senão mais desvantagens do que Norberto. Em primeiro lugar, não conseguiu nem cumprir direito seu papel de esposa; não conseguiu ter filhos. Uma patroa a levou ao ginecologista, o qual lhe garantiu que os problemas não eram com ela. Mas, no núcleo familiar de seu marido, não existem dúvidas de que ela é quem é a parte estéril do casal. Sua sogra, Claudina, às vezes questiona sobre o fato de Tonho ter nascido com o cordão umbilical enrolado no pescoço, impedindo que o sêmen percorra seu fluxo normal pelo corpo, mas logo desiste dessa hipótese dizendo: “Do jeito que essa mulher bebe e come pimenta, duvido que algum filho pare nesse bucho”.

Além de Edilene ser estéril, sofre de epilepsia – fato que só descobri no dia em que ouvi sua sogra falando “daqueles ataques”:

Jurema: *Ataques, que ataques?*

Claudina: *Tu não sabe que ela tem aqueles ataques, que fica babando...*

Jurema: *Ela é epiléptica!*

---

<sup>100</sup> Fonseca (1986) discute as tensões entre aliados e consangüíneos nas famílias de baixa renda gaúchas.



Claudina: *É, é sim. Acho que por isso que não tem filho. Coisa mais horrível quando ela cai por aí. Fica toda roxa!*

Para coroar seu *status* inferior – além de ser afim neste grupo familiar, mulher estéril e doente – é considerada como bêbada. Esta acusação vez ou outra vem à tona. Para os padrões desejáveis de esposa responsável, Edilene bebe demais. Certa vez, a sogra e a cunhada esquivarem-se de lhe emprestar um cartão telefônico, comentando:

Claudina: *Não empresto, Jurema. Ela que vá comprar! Gasta tudo em bebida!*

Edinha: *Ela não é fácil, não! Precisa ver os escândalos que ela apronta!*

O próprio marido se queixa de Edilene, dizendo que tenta controlar a mulher, mas nunca consegue encontrar onde ela esconde as garrafas: “Só uma vez eu dei a sorte de abrir o forno do fogão... Mas é o diabo! Eu digo, Jurema, aqui em casa não tem harmonia; o problema dessa mulher é bebida e pimenta!”

Todas estas críticas são feitas abertamente, “didas na cara”, como eles falam. Edilene também censura abertamente a sogra e a cunhada acusando-as de serem sovinas, não fazerem nunca comida e maltratarem o pobre velho que entrega toda sua aposentaria para bancar o luxo das duas. Com a situação apresentada assim, é difícil compreender o que continua ligando Tonho à sua mulher tão criticada por estes 13 longos anos<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> Certamente, esta situação vai ao encontro do modelo de complementaridade hierárquica onde homem e mulher não perseguem um ideal de igualdade entre si, mas seus papéis são dependentes um do outro dentro de uma relação de subordinação/dominação. Neste modelo, ao homem cabe o papel de provedor e esteio moral da família, e à mulher, retribuindo-lhe com a exclusividade de seus favores sexuais, o de dona de casa pacata e mãe de seus filhos. Ver Sarti (1989), Duarte (1986) e VÍctora (1992). Entretanto, é necessário frisar que se estas mulheres nos seus discursos (de cobrança do rompimento do pacto de reciprocidade alheio) acionam tal modelo, observando suas práticas parece não estarem muito preocupadas em efetivá-lo.

Para entender como os “fracos” desse universo conseguem consolidar suas bases, trocando bens – tanto simbólicos quanto materiais – para tomar parte nas redes de solidariedade, basta estudar as atividades de Edilene.

Quando chega do trabalho, a primeira coisa que Edilene faz é dar água para os porcos. Depois sai para arrecadar restos de comida na redondeza para alimentar os animais. Apesar do andar rápido, cumprimenta cada vizinho com uma piada apropriada: “Que tá fazendo? Nada? Quem nada é peixe!” Pega uma criança amiga pela mão e dirige-se para a venda da frente. Enquanto escolhe um pirulito, verifica quem está atendendo. Caso seja a mulher do vendeiro, a um rápido sinal, as duas entram para os fundos e Edilene toma seu primeiro copo de rabo-de-galo (coca-cola com cachaça) do dia. Caso os fofoqueiros não estejam no bico, ela carrega para casa uma garrafa de cachaça, com a qual se embebedará pelo resto da noite.

A bebedeira provoca em Edilene uma grande energia e uma língua muito afiada e divertida. Ela não pára um minuto: faz comida, em geral aproveitando alguma coisa que trouxe da casa da patroa; atende aquele séquito de sobrinhos que vão atrás dela: “Olha os meus rabos, olha os meus rabos! Hoje eu vou comer rabão assado!” Pega um graveto do chão e brinca de pegar com as crianças. Criança na casa de Edilene é tratada com toda deferência.

Será por acaso que, na lista de prestações e contraprestações, Edilene parece ser a pessoa do grupo que mais oferece do que recebe. Mas ser generosa não é sua única qualidade. É divertido estar na casa de Edilene. Ela é bem dada, engraçada, servindo como bufão da vizinhança:

Eu me preparo para tirar uma foto de Edinha grávida. Edilene corre para abraçar a menina, levanta a blusa, estica a barriga para fora: Os meus são gêmeos, queridinha!

Em suma, Edilene, pelas suas múltiplas qualidades, acaba sendo bem aceita no bairro, apesar de seus muitos “defeitos”. Na sua casa, sempre tem

comida. Ela demonstra que não tem preguiça para cozinhar para “toda aquela gente” e não é uma pessoa mesquinha. Tonho, seu marido, não deixa de desfrutar de uma certa satisfação desta situação. Como mais velho de sua geração, ainda goza do prestígio de ser alguém que pode alimentar muita gente na sua casa, sem passar pela desqualificação de não ter o que botar na mesa. E tudo isso ele deve à sua mulher. Afinal, naquele grupo, é ela quem, com sua astúcia, providencia a multiplicação de pães.

No entanto, Edilene também possui outras armas, mais agressivas, para garantir seu lugar dentro da rede familiar. Trata-se de uma mulher perspicaz que observa e sabe de tudo o que acontece à sua volta. Olhando em direção da casa de Beatriz, segreda-me ao ouvido:

Olha lá, já tá saindo. Disse pro Clodoaldo que vai na Igreja, mas vai num churrasco. Aquela é Elda. Tu já viu a Elda, né? Já olhou pro tamanho do pé dela, não olhou? Ela é irmã da Beatriz. Chegou da Bahia e tá morando aí com ela. A outra, aquela morena de cabelo comprido também é irmã. Foi ela quem disse que Edinha era muito feia para Vinicius. Edinha é boba, diz que Vinicius é crente. É crente, mas não é capado!

Os frutos palpáveis deste talento fofoqueiro aparecem na relação, por exemplo, com sua cunhada, Edinha. Enquanto Edilene estava no serviço, Edinha às vezes ajudava, lavando a louça e passando uma vassoura na casa

Bufonaria – um dos talentos que possibilitam ao fraco inverter situações de subalternidade.

FIGURA 23: “Os meus são gêmeos queridinha”. Autoria: Jurema Brites; Serra; 1998; fonte: acervo pessoal; original colorida; fotografia digitalizada no Photo Editor.

de Edilene. Mas havia um cálculo nisso: Edilene sabia de seu namoro com Vinicius e o acobertava, protegendo-os contra a resistência de Claudina. De forma significativa, esses pequenos favores cessaram quando Edinha assumiu sua gravidez e seu casamento com Vinicius.

Na sua atitude burlesca, Edilene vai brincando, contando piadas, debochando de algum lance na casa da patroa e, muitas vezes, inadvertidamente, vai jogando as verdades na cara: “Claudina, tá na sua hora, já abriram a sessão do banquinho das fofoqueiras. Vai perder o desfile dos crente”. Quando Edinha comenta que já lavou todas as roupinhas do nenê, ela emenda: “Só quero ver se você vai cuidar dessa criança. Nem um prato de comida você faz. Vai fazer como a tua cunhada? Ecildinha morreu por quê? Jurema, uma nenenzinha de quatro meses... Morreu de relaxamento da irmã do Vinicius. Nem peito a cadela dava pra criança!”

Edilene, como os bufões, diverte aquele grupo com seu humor ácido. Mas sabe também das podridões de todo mundo. As mais sérias não são nem insinuadas nessa brincadeira, como a suspeita de traição de Beatriz. Edilene sabe que isso dá em morte. Beatriz sabe que Edilene sabe. Então, mesmo inimigas, mantêm uma distância respeitosa.

Edilene revela no seu comportamento aquilo que, segundo Scott (1985), podemos chamar da força do fraco. No seu relacionamento familiar, dispendo de um lugar desprivilegiado tanto na parentela (sendo uma afim) como nos valores atribuídos a sua posição feminina (mulher estéril e escandalosa), ela procura amenizar suas desvantagens. Com o marido, usa da falsa conformidade – mostra-se obediente, porém sem abandonar a cachaça e sem deixar de aproveitar as brechas que ele mesmo acaba lhe oferecendo. Quando Tonho, à noite, sai para um lado, ela sai para outro. Adora ir ao “Pagodão” com sua amiga Túlia – que não deve explicações para ninguém. Reserva para a sogra avarenta os comentários difamatórios mais refinados. Finge ignorância ante as aventuras extraconjugais da concunhada. Assim, força a anuência do grupo ao seu estilo provocativo, além de, é claro,

propiciar-lhes abundância alimentar, que todos sabem não sair exatamente dos bolsos de Tonho.

Apesar de não ser nada explícito, é impossível deixar de reconhecer algumas táticas também acionadas na casa da patroa. A “força do fraco” – que combina astúcia, humor e real prestação de serviços – é um talento cultivado pela mulher tanto na sua rede familiar quanto na sua relação com os patrões. E quando funciona, como no caso de Edilene, restitui um certo poder de barganha a quem, de outra forma, pareceria o mais desprovido da hierarquia.

## 5 NEGOCIANDO A IGUALDADE: A PATROA NA VIDA ÍNTIMA E FAMILIAR DA EMPREGADA DOMÉSTICA

Tomando como objeto de análises as relações de poder entre patroa e empregadas, tentei mostrar nos capítulos três e quatro os roteiros públicos (*public transcripts*) tanto dos dominantes, quanto dos subalternos, no lugar socialmente definido para esse encontro – a casa da patroa. No capítulo 4 desloquei minha atenção para o mundo privado das empregadas para melhor entender suas perspectivas no que diz respeito a suas atividades como servidoras domésticas remuneradas. Minha intenção era de mostrar a *complementaridade estratificada* que torna, por um certo ângulo, o serviço doméstico uma alternativa cômoda para as patroas e, por outro, uma atividade que – realizada nos moldes em que ela se dá – acaba por oferecer soluções que se encaixam nas necessidades concretas de sobrevivência das famílias das empregadas. Nestes capítulos, trabalhei com aspectos materiais e afetivos das interações, procurando demonstrar as ambigüidades inscritas na relação entre desiguais. Neste último capítulo etnográfico, ao focar minha presença no bairro de moradia das empregadas, pretendo aprofundar essas ambigüidades. Ao analisar a interação entre empregadas e seus familiares com uma patroa “fora do lugar”, vivendo no seu território e presenciando o desenrolar dos roteiros encobertos (*hidden transcripts*) deles, pude, de maneira mais contundente, compreender tanto a amplitude da desigualdade de nossa sociedade, quanto algumas táticas das quais os subalternos lançam mão para relacionar-se com ela.

## 5.1 O devido lugar da patroa

Já que nos últimos capítulos comecei com meu estranhamento diante da situação de morar no bairro, cabe agora pensar transcrever um trecho do diário de campo que revela algo das reações dos meus anfitriões diante de minha chegada:

Embora eu tivesse sido convidada, Edilene não esperava por mim naquele domingo chuvoso. “Pensei que tu não vinha, nem arrumei a casa” foram suas primeiras palavras, alertando-me sobre a bagunça que eu iria encontrar (que realmente não era maior, mas sem dúvida diferente daquela que ela enfrenta todo dia na minha casa).

Visivelmente constrangida com minha visita inesperada, ela me arrastou até a casa de uma vizinha. Quando voltei, a casa estava completamente mudada: uma comadre tinha varrido o quintal, lavado a louça acumulada e arrumado a cama. Edilene, então, descascou frutas de seu pomar para me oferecer, jogando as cascas no chão da varanda. Eu logo pensei que ela jamais jogaria nada no chão da minha casa...

A presença de uma patroa no bairro não é inteiramente descabida, desde que se encaixe dentro de certos moldes. A patroa vem geralmente ao bairro não como amiga, simplesmente para passar o tempo, mas para “ajudar” com algum problema particular. Certos ritos são acionados para domesticar essa presença anômala – compra-se café, prepara-se algum doce, a casa é limpa “como a patroa gosta”, pois esse encontro deve se desenvolver conforme o roteiro público (o *public transcript*) usual. Não é simples dissimulação. A patroa já ocupa um lugar na vida dessas pessoas – primeiro em termos simbólicos – nos padrões estéticos, por exemplo, e em segundo lugar, através de donativos e ajudas. Antes de aprofundar minha análise sobre “a patroa fora do lugar”, gostaria de considerar esse “devido lugar” da patroa,



já instalado na casa da empregada, em termos de algumas influências no consumo e nos detalhes da decoração da casa.

Para a empregada doméstica, a vivência na casa da patroa representa uma invocação cotidiana da sociedade de consumo moderna. Limpando, arrumando e observando o consumo na casa da patroa, algumas dessas empregadas começam a sonhar em ter uma vida mais confortável e, neste processo, seu próprio padrão estético pode ser modificado. Na casa das patroas, a empregada entra em contato com o que vem a ser para ela uma boa vida material. Esta noção é construída não em termos de dinheiro<sup>102</sup>, mas, sim, em termos dos objetos dos quais a patroa dispõe.

Não é, portanto, surpreendente que algumas casas de empregadas domésticas que visitei apresentavam claras semelhanças com a casa das patroas. A casa de Amélia, empregada doméstica de Pilar, é paradigmática: a sala de jantar de ferro, a mesa com tampo de vidro fumê, o arranjo de flores de seda, o equipamento de som, vídeo e TV parecem ter migrado da casa da patroa, para a da empregada. Muitas dessas coisas foram realmente presentes da patroa, mas nem todas. Na sala, somente o vaso de flores foi doado pela patroa. Todo o resto dos móveis foi comprado pelo marido de Pilar. Se não na qualidade, ao menos no estilo eles são muito parecidos com os móveis da patroa.

Amélia tem verdadeiro fascínio pelos registros videográficos e fotográficos. Muito investimento financeiro familiar é destinado ao registro dos rituais de seu ciclo de vida. Na filmagem de seu casamento, podemos acompanhar a projeção de um padrão de vida calcado no das classes médias: vestidos próprios para cada uma das cerimônias (no civil e no religioso), cerimônia “simples” com o corte de um bolo e champanha - tudo, mais do que

---

<sup>102</sup> Diante da penúria das empregadas, em geral teriam dificuldade em contabilizar a renda dos patrões. Basta uma simples observação: a média de salários das empregadas que entrevistei era de um salário e meio. Conforme os cálculos de uma das patroas, cada uma de suas atividades (cabeleireiro, ginástica, manicure, compra de revistas) custa 1/3 do salário da empregada.

patrocinado, orientado pelas regras de etiqueta de sua patroa, que, é claro, faz o papel de madrinha.

Na casa de Amélia, pequenos detalhes testemunham a incorporação de aspectos da organização doméstica da família de classe média: Amélia, que mantém ela própria uma empregada em sua casa (uma moça de 20 e poucos anos que trabalha como doméstica em troca de casa e comida), tem afixado na parede da cozinha um cronograma de tarefas domésticas, exatamente igual àquele que ela encontra para si no mural da cozinha de sua patroa.

Sobretudo quando a empregada conta com filhos jovens em casa, as sugestões da sociedade de consumo se intensificam. Roupas de segunda mão não satisfazem os moços num período da vida em que a beleza e a moda são tão importantes, até mesmo como elemento de sedução. Querem roupas de grife, aparelhos de som, televisores, videocassetes, *walkman*, telefones celulares – produtos banais para os adolescentes da casa da patroa. É na aquisição desses itens que as trabalhadoras se endividam em crediários de até 48 vezes.

As domésticas, como mulheres, também elaboram seus desejos de consumo feminino – fogão auto limpante, cortinas, colchas de matelassê, móveis novos (de preferência, tudo com muito brilho) – constituem-se, muitas vezes, nas metas em que o dinheiro da casa é aplicado. De onde retiram o conhecimento dos detalhes para compor tais desejos? Além da televisão, da casa da patroa. Pergunto-me, por exemplo, se todo o esforço para compor uma casa chique, como a de Claudina, também não é inspirado pelos elementos provenientes da casa da patroa.

Se, na aquisição de eletrodomésticos e móveis que algumas empregadas se esforçam para adquirir, podemos encontrar aproximações com a vida dos patrões, no padrão decorativo se revela a diferença. Na escolha de quais objetos servirão de enfeite e na forma como eles são arranjados é que se declara toda uma reelaboração, a qual não se limita a

arranjar “pobremente” o modelo recebido de cima. Os novos elementos serão inseridos na decoração e organização da casa da empregada doméstica de acordo com os códigos culturais que poderão lhes dar sentido<sup>103</sup>.

Não se pode negar que uma certa “imitação” da vida dos patrões toque essas mulheres em algum ponto, mas, observando o seu estilo estético, é possível ver algo mais do que tentativas de aproximação da vida dos ricos.

Na casa de Amélia, como na de sua patroa, a garrafa térmica para além de sua serventia, satisfaz também necessidades estéticas. Ela compõe a decoração em ambas cozinhas, mas não da mesma maneira. Na casa da patroa, a garrafa térmica é colocada em uma bandeja com os demais apetrechos para servir o café, como se desempenhasse um uso estritamente funcional, mas que para além dele revela uma estética da organização planejada, onde a beleza se demonstra sem excessos de detalhes em consonância com todos os outros objetos da cozinha. Já na casa de Amélia, a empregada, a garrafa térmica juntamente com uma lata vazia de sorvete, aparece assumidamente como enfeite. Ela está disposta em cima do fogão

---

<sup>103</sup> Apoiando-se na distinção weberiana de “ter” e “ser”, Bourdieu (1983) sugere que o consumo e a estética são um campo no qual as elites tentam construir constantemente uma distinção, ao passo que os grupos populares buscam, através do consumo, uma simples imitação do mundo das elites, sem, no entanto, conseguir reproduzir o “gosto de classe”. No que pese, estarmos discutindo aproximações e distanciamentos entre dominantes e subalternos a partir do mesmo fenômeno, nossa interpretação é outra. Tomamos o cuidado para não reduzir a prática e visão dos grupos populares a uma simples tentativa de copiar a estética dos dominantes. Todo o esforço deste trabalho tem procurado ir em direção contrária.

Na casa da patroa a garrafa térmica é um elemento usado de maneira utilitária, onde sua expressão decorativa pretende-se manifestar subliminarmente.

FIGURA 24: “Domesticidade e Estética”. Autoria: Jurema Brites, Vitória; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

Na casa da empregada os utensílios da cozinha não são guardados em armários, não por falta de espaço dentre deles, mas porque representam elementos decorativos que expõem o valor da dona da casa.

FIGURA 25: “Domesticidade e Estética”. Autoria: Sandro José da Silva, Vitória; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15, fotografia digitalizada no Photo Editor.

tampado, sendo destacada pelo emprego dos guardanapos de crochê de cores contrastantes.

Como é comum na casa das empregadas que pesquisamos, os utensílios, geralmente brilhando de limpeza, estão sempre expostos, não por falta de armários (Amélia ganhou todos os móveis da cozinha antiga de sua patroa Pilar), mas para mostrar o *status* de boa dona de casa, de mulher organizada, caprichosa, onde o bom gosto de embelezar a casa se manifesta na exposição de todos os bens que a família se esforça para adquirir. Qualquer objeto funcional na casa da empregada é destacado como o que deve ser mostrado – tanquinho, liqüidificador, garrafa térmica<sup>104</sup>.

Outra presença constante na decoração da casa das empregadas que nos deixa pistas sobre como os mesmos objetos podem ser ressemantizados em espaços culturais distintos são os relógios musicais de parede. Diferentemente dos discretos relógios na parede da cozinha da patroa, estes são expostos na casa sempre em locais de destaque, na peça mais nobre, bem no alto da parede. Tratam-se de quadros-relógio, no qual uma gravura intensamente colorida tematiza flores ou paisagens bucólicas. Geralmente não são comprados pelas próprias donas de casa, são recebidos como agrado do marido ou de alguém muito querido - um filho, uma comadre. Além de um objeto de decoração, também é significativo no que concerne às relações de gênero: é um presente para “mulheres donas de casa”. Tratar-se de um relógio é igualmente expressivo. Como mostrou Alice Inês de Oliveira e Silva (1989), estudando a seriação dos dias da semana expressos nos guardanapos de cozinha, o tempo é um elemento importante de organização do trabalho doméstico. Podemos supor que tem como objetivo adequar a distribuição das tarefas de cuidar de sua própria casa – elemento tão importante de suas identidades femininas – ao tempo restrito que lhes sobra depois de ter cuidado da casa de outra mulher.

---

<sup>104</sup> Ver Rial (1991) para uma análise de padrões estéticos muito semelhante entre grupos populares de Santa Catarina.

A decoração bem cuidada

FIGURA 26: “Casa Chique em Jardim Veneza”. Autoria: Sandro José da Silva; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido, tamanho 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

FIGURA 27: “Brilho nas panelas”.  
Autoria: Sandro José da Silva, Serra;  
1996; fonte: acervo pessoal; original  
colorido; tamanho: 10x15; fotografia  
digitalizada no Photo Editor.

FIGURA 28: “Brilho nas panelas”.  
Autoria: Sandro José da Silva, Serra;  
1996; fonte: acervo pessoal; original  
colorido; tamanho: 10x15; fotografia  
digitalizada no Photo Editor.

FIGURA 29: “Bombril nelas”. Autoria: Jurema Brites, Serra; 1998; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.

O brilho das “vasilhas” – atestado de mulher caprichosa - é exposto, manifestando as representações de domesticidade da dona de casa nos bairros populares.

FIGURA 30: “Brilho nas panelas”. Autoria: Sandro José da Silva, Serra; 1996; fonte: acervo pessoal; original colorido; tamanho: 10x15; fotografia digitalizada no Photo Editor.



Essas diferenças de estilo – calcadas sobre concepções de domesticidade – também têm repercussão na casa da patroa. Frequentemente patroas e empregadas divergem sobre como dispor móveis e enfeites de maneira graciosa. As empregadas mostram predileção por móveis colocados enviesados nos cantos, o que para as patroas de classe média é o símbolo de toda “breguice”<sup>105</sup>.

Assim, vimos na articulação do gosto decorativo das empregadas domésticas e nas práticas de consumo um diálogo entre as imposições sociais e econômicas mais amplas e elaborações culturais próprias do que signifique o lugar da mulher no grupo familiar. Estas mulheres constroem suas próprias casas através de um desejo de consumo importado do confronto experienciado na casa dos patrões, mas ressemantizam os objetos, conforme os gostos compartilhados por ela e suas vizinhas.

## **5.2 A patroa na vida íntima e familiar da empregada doméstica**

Se, para meus informantes, a presença física de uma patroa na sua moradia era um evento quase inusitado, a presença *simbólica* da patroa – no que pese às relações entre a empregada e os demais membros de sua família – é algo bastante corriqueiro. Essa presença não é sempre bem-vinda. Como vimos na “história de Ariadne” (p.161), existem certas áreas de suas vidas íntimas as quais as empregadas procuram deixar resguardadas do conhecimento da patroa. A distância social e geográfica que a separa dos bairros nobres da cidade permite que a empregada tenha algum controle sobre as áreas da sua vida privada nas quais a patroa tem permissão de penetrar. Existem, entretanto, muitas ocasiões em que a patroa é chamada a ser uma aliada de sua empregada, justamente para resolver problemas

---

<sup>105</sup> Sobre estilo decorativo de casas de grupos de baixa renda, ver também Leal (1981) XXX; Caldeira (1984).

domésticos. Especialmente durante determinada fase de seu ciclo de vida <sup>106</sup>, quando ainda está criando muitas crianças pequenas, a empregada tende a ver sua patroa como uma alternativa importante.

Sabemos que, nesta fase da vida, as mulheres dos grupos populares nem sempre conseguem manter a regularidade do marido provedor em casa (FONSECA, 1995; SARTI, 1989,) e, como demonstramos acima, mesmo quando os casamentos são duradouros, o pauperismo a que estão submetidos os trabalhadores acaba não aliviando muito as dificuldades de sustento e manutenção. Assim, vivendo num país em que não se pode esperar assistência adequada do Estado, é a patroa, sobretudo em situações muito extremas, que muitas vezes estende a mão à empregada. O caso de Maria – representante sindical das empregadas domésticas de Vitória – é exemplar. Quando seu filho foi atropelado por um ônibus, o menino teve traumatismo craniano e não havia possibilidades de tratamento no sistema público de saúde. Maria acionou, naquele momento, seus patrões que, com seu prestígio político, conseguiram que a empresa de transporte se responsabilizasse por todo o tratamento hospitalar do menino.

O suporte que muitas patroas representam na vida de suas empregadas acaba gerando conseqüências na intimidade familiar das últimas. Os maridos das empregadas, seguidamente, vêem nessas alianças patroa-empregada, mais do que ajuda, uma ameaça à sua autoridade no lar<sup>107</sup>. É através destas que a empregada consegue prover as necessidades básicas de sua família, cumprindo o papel de provedor e tornando, assim, a presença de seu marido quase que supérflua. Quando um filho adocece ou a casa alaga, é com a patroa que a empregada pode procurar ajuda, muitas vezes com melhores

---

<sup>106</sup> Macedo (1979) introduziu este tipo de perspectiva no estudo da família de baixa renda, ver também Bilac (1978). Para um questionamento metodológico do uso das noções de ciclo de vida nos estudos da família brasileira, ver Brites(1993).

<sup>107</sup> Também não é incomum as donas de casa de classe média esconderem a ajuda que prestam às empregadas de seus maridos. Pilar pagou durante meses o tratamento de uma ex-empregada acometida pela tuberculose, mas seu marido não poderia ser informado sobre tais despesas. Para uma leitura feminista sobre dinheiro e as relações homem/mulher, veja Coria (1992).

resultados. É com ela também que pode conseguir um apoio moral contra a autoridade abusiva – as surras – do marido. Por isso, na casa da empregada, são do marido as críticas mais contundentes em relação à sua dependência da patroa: “Se ela fizer cocô ali na rua, aposto que tu vai correndo com uma pá limpar”, reclamava um marido desgostoso de ver sua mulher se desdobrar para atender aos chamados da patroa.

Os filhos das empregadas também experimentam grande ambivalência frente à situação da mãe. Uma situação de interdependência que, às vezes, acaba resultando em ressentimentos áspers, pode surgir no caso daquelas patroas que, mais sensíveis às diferenças de oportunidades as quais seus ajudantes estão submetidos, tentam ajudar aproximando o filho da empregada de sua própria família. Permitem que a criança freqüente a sua casa, brinque com seus filhos, comprem-lhe roupas, propiciam-lhe escola. Conheci uma patroa que, inclusive, pagava seguro de saúde privado para o filho da empregada. O problema é que, muitas vezes, esse esforço de compensar a desigualdade não consegue se sustentar por muito tempo. Chegada a adolescência, quando estas crianças começam a definir mais claramente suas subjetividades, elas não são facilmente aceitas pelo mesmo círculo social dos patrões. Um menino, filho de empregada que conheci, apesar de ter sido educado na casa da patroa, não pôde cogitar namorar as amigas dos filhos do patrão. Assim, acabou voltando à sociabilidade de seu bairro e, neste caso, com um sentimento reforçado de inferioridade. Outro rapaz que teve oportunidades excelentes na casa de patrões muito ricos, chegando mesmo a formar-se em curso técnico de nível superior, parece, segundo me relatou a filha da patroa, sua ex-companheira de folguedos infantis, “nunca ter engrenado bem na vida”. Mesmo bem empregado e já com dois filhos, é uma pessoa muito depressiva, esquiva do convívio social – principalmente da família para qual a mãe trabalha há 32 anos <sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> O afastamento dos filhos crescidos da empregada da rede de sociabilidade patronal lembra-nos um movimento semelhante, descrito no capítulo dois, quando os pequenos patrões, a certa altura da vida, afastam-se da empregada. A partir desse momento, mesmo quando mantêm um relacionamento afetivo com esta, redirecionam o lugar que ela ocupa em suas vidas.

Essas histórias, contadas tanto por empregadas quanto por patroas, parecem ensinar a lição: é inútil pensar que se pode transgredir as normas, atravessando fronteiras de classe. A atenção da patroa para com as crianças da empregada, justamente por não ter levado a cabo promessas implícitas, pode surtir grandes críticas e ressentimentos (SCOTT, 1990). Não é, portanto, por acaso que quando crescidos, os filhos das empregadas censuram com tanta emoção a submissão materna. Indignam-se com a exploração que a mãe sofre “cozinhando para toda aquela gente”, “trabalhando até altas horas, enquanto elas [as patroas] estão lá no cafezinho, na sesta, na ginástica...”

Levando em consideração estas críticas, não é surpreendente que as jovens do bairro afirmem, repetidamente, que não vão trilhar o mesmo caminho profissional que a mãe. Questiono-me, no entanto, se a recusa ao serviço doméstico não seria parte de uma ilusão juvenil. O alcance de minha pesquisa não permite dizer se as jovens têm efetivamente trocado o trabalho doméstico por outras alternativas, ao seu ver, menos custosas. Mas levantamos a hipótese de que, quando elas próprias entrarem no ciclo da reprodução familiar, acabarão por assumir que, entre as alternativas disponíveis para a mulher pobre, essa não é a pior. Ou talvez tenhamos que nos debruçar com mais cuidado sobre a hipótese de Gilberto Velho (1996) de que vivemos um momento de modernização em nossa sociedade, onde o “individualismo” e a “impessoalidade” vieram substituir uma relação tradicional baseada em padrões clientelistas entre as classes sem, entretanto, oferecer condições concretas para que novos valores, menos injustos, possam promover melhores negociações entre desiguais.

### 5.3 Uma patroa fora de lugar

Como vimos acima, a patroa tem seu “devido lugar” na casa das empregadas – na estética ou nas eventuais alianças pragmáticas e afetivas. Trata-se de um lugar, sem dúvida, não sem ambivalências, onde as fronteiras entre a ajuda e a intromissão devem ser constantemente negociadas. Mas essa ambigüidade faz parte estrutural da relação. Por outro lado, a minha estadia na vila foi algo completamente fora de propósito. Essa presença estranha aos moldes usuais de sociabilidade do bairro devia ser barganhada a cada instante.

Durante o tempo em que morei no Jardim Veneza, jamais meu lugar social foi perdido de vista. Tornei-me íntima de muitas pessoas, ouvi confidências e nos divertimos também; no entanto, mais que estrangeira, eu raramente deixei de ser patroa. Fui recebida com carinho e prestígio. Foi-me oferecido o melhor dos aposentos do grupo, era consultada sobre o que gostaria de comer e recebia visitas. Mas além de agradar meu paladar e proporcionar meu conforto, sabiam que eu estava pagando as guarnições. Sem nunca pedir nada diretamente, as mulheres (principalmente) insinuavam suas necessidades. Na verdade, não pediam muitas coisas para si, mas não deixavam de usufruir da fartura que uma “abonada” podia proporcionar entre eles. Comprando desde remédios para piolhos, clorofila e sacos de feijão, até chuveiros elétricos, fui vendo meu dinheiro acabar até o último níquel. No início, culpada pela miséria dos meus amigos, eu mesma me oferecia para pagar as despesas. Mas, no final, me sentia como Maybury-Lewis (1990) pagando inúmeras vezes pelo mesmo ritual.

A ambigüidade da convivência fraterna com uma “patroa fora do lugar” colocava-se nos mínimos detalhes do cotidiano – ora me aproximando, ora me separando do mundo deles. Seu Norberto e Edinha chegavam mais cedo para os almoços na casa de Edilene, dizendo que era por causa do “bom papo”, mas desconfio que também tinha algo a ver com a comida que, graças ao

meu patrocínio, estava mais farta. Na hora do almoço, o reconhecimento da hierarquia reservava-me um lugar na minúscula mesa ao lado de Seu Norberto. Já Edilene e Edinha, juntamente com as crianças, comiam no chão. É claro que somente eu e meu filho recebíamos talheres.

Não devemos ler este relacionamento de maneira extremamente pragmática, tampouco exagerar na maquiagem romântica da situação. Aproveitar as oportunidades que minha presença no bairro favorecia não se tratava de um cálculo matemático e frio. Assemelhava-se melhor ao que De Certeau (1994) propõe como o desenvolvimento de *táticas* – atitudes frente a certas ocasiões, quando as relações de força de um relacionamento não podem ser claramente calculadas. Os praticantes das táticas não têm controle da situação por inteiro, diferentemente daquele que emprega a estratégia. Através das táticas, as pessoas movem-se de maneira insinuada, num jogo de aparição e sombra com o movimento do outro, não dispondo de uma avaliação de todos os ganhos que a operação pode trazer<sup>109</sup>.

Assim interpreto as lembranças e esquecimentos quanto ao meu *status* de patroa no bairro: como táticas usadas dentro de um jogo, no qual alguns lances não estavam definidos desde o início. Muitas vezes meu lugar era imediatamente recuperado, às vezes para sublinhar minha “dignidade superior” – como quando me apresentavam na Igreja como visitante ilustre ou suportavam minhas visitas em horas inadequadas, às vezes para me forçar demonstrações de dádivas, as quais o *public transcript* de nossas relações prescrevia. Não eram estratégias para explorar a “otária”. A possibilidade de eu oferecer alguma coisa, como disse acima, ou já estava prescrita nas regras do jogo entre subalternos e patrões, ou as pessoas do bairro aproveitavam uma situação pouco definida para angariar algum proveito.

Mas houve instantes – muito breves – em que fui colocada entre os iguais, quando o roteiro público foi, por momentos, esquecido: quando Edilene

---

<sup>109</sup> Ver as definições de tática e de estratégia na introdução desta tese.

jogou as cascas no chão, por exemplo, ou no dia em que para repreender meu filho de uma travessura, Edilene aplicou-lhe uma palmada, sem nem questionar qual de nós duas tinha mais autoridade naquele caso.

Se a identidade feminina permitiu, muitas vezes, que a intimidade com as mulheres deixasse mais tênue a diferença de *status* entre eu e elas, com os homens, essa diferença nunca deixou de ser marcada. Apesar de, pela idade e condição de mulher desacompanhada, eu cair na categoria de namorada em potencial, os olhares que os homens me dirigiam nunca eram declaradamente provocativos. Diferentemente do que faziam com outras mulheres desacompanhadas do bairro, pareciam sempre aguardar um sinal de permissividade da minha parte<sup>110</sup>. O fato de nunca essas paqueras tornarem-se assuntos de jocosidade, como era o costume entre as minhas amigas do bairro, indicava com clareza a falta daquela licença que se estabelece entre iguais<sup>111</sup>.

Certa noite, fomos todos a um comício no bairro – uma ocasião de festa de rua para os moradores do Jardim Veneza. As mulheres ficavam próximas aos maridos, mas não exatamente junto a eles, pois esses formavam um grupinho um pouco mais à frente. Entre os homens, encontrava-se Eltinho – único filho de Claudina que não morava no bairro – que viera para participar da festa. Eltinho andava de um lado a outro do comício e a cada volta oferecia alguma coisa (refrigerante, churrasquinho, uma voltinha de bicicleta) para meu filho, Ramirinho, até finalmente chegar a me oferecer cerveja. Felizmente, eu havia percebido uma mulher com uma latinha de cerveja nas mãos conversando animadamente com Tonho e Clodoaldo e, a julgar pelo silêncio e distância que Claudina e Edilene mantinham, percebi que este comportamento não era muito bem aceito. Resolvi então ficar também entre as mulheres “de bem” e, resolvendo não beber, agradei educadamente a oferta de Eltinho. Com este gesto, parece que finalmente recebi o reconhecimento de Tonho, que comentou com a mulher na volta para casa: “A Jurema é uma mulher de

---

<sup>110</sup> Sobre situações de sedução e trabalho de campo, confira Buffon (1992a e 1992b).

<sup>111</sup> Radcliff- Brown (1973), Lanna (1995).

fé mesmo. Faz um mês que está longe do marido e não bebeu, nem dançou com ninguém”.

Apesar de aprovada por Tonho, mais uma vez meu *status* “fora de lugar” ficava evidenciado, pois era patente que nada “rolou” porque eu era diferente das outras mulheres desacompanhadas. Possivelmente porque eu mesma, em ocasiões de liminaridade, trazia à tona com mais veemência meu *hexis corporal* para fazer retornar minha posição de patroa e manter, assim, uma precavida distância. Mas eu não era a única dona dessa relação. É claro que a maioria dos homens era menos ingênuo que Eltinho e, portanto, quem deles atrever-se-ia namorar a patroa de Edilene?

Edilene e eu, no outro dia, morremos de rir do comentário de seu marido, pois o que Tonho não sabia é que, assim que os homens se afastaram, Edilene e eu fomos atrás do caminhão de som onde encontramos todas as nossas amigas “decentes” bebendo, fumando, dançando e contando piadas.

Durante o restante do meu tempo em Jardim Veneza, pela ambigüidade de meu *status* – fui apreendendo o tipo de atitude que os grupos subalternos desenvolvem longe daqueles que os exploram, pois, cansando de manter as aparências, aos poucos revelam os “roteiros encobertos” (hidden transcript) aos quais não tivera acesso anteriormente.

Se num momento eu recebia deferência, em outro, era afrontada ou debochada. Quando sugeri comprar água mineral para bebermos, pois o cólera estava nas vizinhanças, Tonho me replicou irreverente: “Por que tu não manda encanar água mineral na casa de todo mundo aqui?” Outra vez, chegando de uma longa tarde de trabalho pelo bairro, encontrei Clodoaldo e Tonho bebendo cerveja e saboreando “uma galinha frita”. Insistiram para eu provar, mas o sorriso nos seus olhos me fazia pensar que um trote vinha pelas costas. No fim, confessaram estar se divertindo com a minha repugnância. Estavam comendo um coelho que Clodoaldo havia conseguido de maneira pouco clara em uma loja de produtos veterinários. O tom destes encontros



oscilava entre brincadeira carinhosa e desafio hostil. Eu tomava esses “ritos de iniciação” (pelos quais devia passar para ser tolerada no bairro) como uma entrada para os *transcripts* encobertos – aquelas atitudes que os moradores do bairro não mostrariam normalmente na presença dos patrões. O fato de eu estar no território deles não me tornava jamais um nativo, mas alterava o balanço de poder o suficiente para lhes permitir empurrar os limites do *transcript* encoberto. Transformavam um pequeno canto deste em *transcript* público, estabelecendo regras levemente modificadas para a interação com esta “patroa”.

...é claro que a fronteira entre os roteiros públicos e encobertos é uma zona de constante luta entre os dominantes e os subordinados – não trata-se de um muro sólido. A capacidade dos grupos dominantes de impor -- embora nunca totalmente -- a definição e constituição do que consta como roteiro encoberto e daquilo que deve ficar por trás dos bastidores, é -- como pretendemos mostrar -- uma boa indicação do seu poder. A luta incessante sobre tais fronteiras talvez seja a arena principal dos conflitos ordinários, da formas cotidianas da luta de classe...<sup>112</sup>.

Esse episódio lembrou-me dos mesmos talentos que Edilene desenvolve nos seus relacionamentos com as patroas. É uma empregada muito requisitada. Excelente cozinheira, muito prestativa, destacando-se seu carinho com as crianças. Entretanto, as patroas dela que conheci costumavam se queixar de um único senão no comportamento de Edilene: ela é uma daquelas empregadas que costuma “carregar” alguma coisa para casa. Na verdade, as coisas supostamente furtadas são muito ínfimas (sabão, pó de café) e também muito difícil de comprovar que seja ela a responsável pelo desaparecimento desses materiais. Na maioria das vezes, esse “detalhe” é deixado de lado, ante as qualidades que apresenta. Uma única vez (durante a pesquisa), essa desconfiança assumiu contornos mais delicados, inclusive com conseqüências sobre as repercussões dessa pesquisa.

---

<sup>112</sup> ...its os clear that frontier between the public and the hidden transcript is a zone of constant struggle between dominant and subordinate --not a solid wall. The capacity of dominant .groups to prevail -- though never totally--in defining and constituting what counts as the the hidden transcript and what as offstage is, as we shall we, no samall measure of their power.The unremitting struggle over such boundaries is perhaps the most vital arena for ordinary conflict, for everyday forms of class struggle (SCOTT, 1995, p. 14)

Uma família empregadora de Edilene (do meu círculo de amizades) resolveu que seus “carregamentos” haviam passado dos limites e resolveram demiti-la. A patroa, constrangida pela situação, preferiu passar o ato de demissão para o esposo. Este, ao anunciar-lhe o fim do contrato e acertar todos os pagamentos devidos, procurando esclarecer as coisas, perguntou-lhe: “Edilene, você sabe por que estamos dispensando seus serviços? Porque você roubou dinheiro que estávamos juntando para nossa filha.” Edilene retrucou que era impossível ela ter cometido tal furto, uma vez que eles próprios haviam quebrado o cofre onde o dinheiro se encontrava. O patrão completou: “A gente sabe que foi você. Jurema, em seu trabalho, mostra que todas as empregadas roubam”. Edilene, ofendida, desferiu-lhe o único golpe que possuía lembrando ao patrão que ele também vem de uma origem humilde: “Exatamente como tua mãe, não é? Ela não trabalha até hoje como doméstica?”<sup>113</sup>. São em breves situações como estas que os códigos encobertos dos relacionamentos descortinam a encenação enganosa.

Este episódio é ilustrativo de quão perigoso é para os subalternos explicitar suas táticas encobertas e explica de maneira exemplar porque o enfrentamento direto geralmente não é interessante. Edilene, embora tenha retirado sua espada da cinta neste enfrentamento com seu patrão, logo retornou ao evitamento habitual. Não voltou para cobrar seus direitos trabalhistas, como não contou para sua família que havia sido demitida, mentindo que estava de férias.

Neste mesmo sentido (de desmascaramento do roteiro público), uma das cenas mais reveladoras das quais participei ocorreu na minha segunda noite em Jardim Veneza, quando Edilene levou-me a visitar as amigas que eu ainda

---

<sup>113</sup> Esse episódio me foi contado, em primeira mão, pela própria Edilene que, embora ressentida, esperou meses até que eu voltasse para Vitória para saber se eu dizia realmente tudo isso no artigo. Depois de lermos juntas o trabalho, perguntei-lhe por que havia decidido me receber em sua casa, depois de tudo. “Eu pensei em me vingar de você”, explicou Edilene. “Pensei assim. Tomara que eu acerte na Tele-Sena. Aí eu comprava um cartão telefônico de 50, sabe? Ligava pra você e pedia para você vir se hospedar aqui em casa. E quando você chegasse eu tinha ido embora para a Bahia”.

não havia reencontrado. Vimos Emen no pátio, lavando pilhas de roupa, a despeito do adiantado da hora. Como ainda não tinha fotos de mulheres lavando no tanquinho, pedi a Edilene para buscar a máquina fotográfica, guardada na casa dela.

"Peça 'por favor'", me respondeu Edilene, "não sou eu quem agora manda aqui?"

Depois de me fazer repetir duas vezes a mesma frase acompanhada de uma reverência inclinando a cabeça, Edilene partiu em busca da máquina, porém não retornou, obrigando-me a voltar sozinha por ruas e becos ainda estranhos para mim.

Na bufonaria desse ritual público de desempossamento, Edilene demonstra, como sugere o trabalho de James Scott (1990), o quanto a deferência aos patrões não é um ato internalizado de subserviência, mas, ao contrário, uma atitude planejada de demonstração de conformidade.

Ao todo, a distância colocada pelos moradores do bairro frente a mim não foram tão contundentes quanto aquelas demarcadas por meus amigos de Vitória quando encontraram com meus novos amigos do Jardim Veneza. O episódio que vou relatar nos dá mostras de quanto a desigualdade marca a vida dessas pessoas na sociedade brasileira, onde, a despeito de tornarem-se muito íntimas, devem-se manter no seu lugar.

Eu precisava fazer coisas burocráticas em Vitória. Assim, resolvi passar uma tarde na casa de uma amiga – pessoa muito próxima com quem já havia dividido a moradia e que me deixara uma chave. Edilene e Edinha logo se apresentaram para me acompanhar, aproveitando para fazer um passeio na cidade. Colocaram roupas de sair, batom e lá fomos enfrentar o Transcol, o ônibus que em 40 minutos nos deixava perto do nosso destino. Minha amiga não estava, mas graças à chave emprestada, pudemos entrar. Eu fui logo para o computador resolver minhas coisas, enquanto Edinha sentou-se na

sala. Edilene, mais experiente, aguardava na cozinha brincando com Ramirinho. Quando minha amiga chegou, olhou friamente para a cena. Sabendo que, antes de minha “amiga”, aquela adolescente no sofá era cunhada da empregada, cumprimentou-a com tamanha altivez que sentimo-nos compelidas a sair logo do local.

Tendo me acostumado a ser uma patroa “fora de lugar” – incômoda talvez, mas bem tolerada, na casa das empregadas, tinha entrado na ilusão que talvez pudesse haver a possibilidade de uma situação simétrica nas casas das patroas. A reação de minha amiga trouxe-me abruptamente de volta à realidade. Se, por diversos motivos, tendo a ver tanto com minha personalidade, quanto com meu *status* de patroa, eu era mais ou menos aceita no bairro, minhas amigas empregadas, por charmosas que fossem, nunca teriam livre trânsito no mundo de minhas vizinhas.

As situações contraditórias que procurei relatar na parte etnográfica desta tese tiveram o objetivo de nos levar a pensar nas dimensões infra-políticas (SCOTT,1990) que estão colocadas no nosso cotidiano mais íntimo e particular. No capítulo dois, a observação da interação entre empregadas e patroas nos lares de classe média revelaram o conteúdo dos códigos prescritos para o contato inter-classe no Brasil, em que relações afetuosas andam de par com a desigualdade. Já nesta parte da pesquisa, as tensões inerentes da relação apontavam para a possibilidade de táticas sutis de insubordinação. Mas foi ao chegar na casa das empregadas que tornou-se claro que a mistura de desigualdade e afeto – presente tanto nas relações intra-familiares, como na relação empregada-patroa – não indicava necessariamente a subserviência absoluta do subalterno. Pelo contrário, tendo episodicamente acesso aos roteiros encobertos (de mulheres longe de seus maridos, de empregadas longe das patroas), ficou claro que a submissão normalmente demonstrada em situações hierárquicas não é sempre fruto de cumplicidade passiva. As piadas que traduzem elementos de antagonismo e ressentimentos não anulam o teor afetivo das relações entre desiguais, mas sugerem que atrás da aparente deferência destes encontros existem não

“atitudes alienadas”, mas sim um espírito crítico bastante lúcido, acionando estratégias para – dentro dos limites do *status quo* – tirar o máximo de benefício. A questão permanece: por que os subalternos – e nesse caso as empregadas – não acionam outras estratégias mais coletivas e “conseqüentes” para provocar modificações duradouras na própria situação de desigualdade? Sem pretender responder essa questão, nas considerações finais refletiremos acerca das noções de clientelismo e cidadania, concebidas na prática política brasileira, na expectativa de que, ao compará-las com os elementos infra políticos observados na prática cotidiana das empregadas domésticas, encontremos algumas pistas para esses impasses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a bibliografia denunciava que os patrões submetiam as empregadas a um sistema de dominação perverso através das relações clientelistas, eu encontrava, no meu trabalho de campo, evidências cada vez mais abundantes do quanto, pelo menos as empregadas domésticas de Jardim Veneza, valorizavam este tipo de relacionamento. Nenhuma atitude das patroas poderia ser mais revoltante do que a “mesquinharia”. Não passar as roupas usadas das crianças para os filhos da empregada, deixar de presentear a empregada com um sofá velho, renegar sobras de comida, ou reclamar do sumiço de sabonete – todos esses “presentes”, que os analistas arrolam como o “aviltante pagamento extra-salarial”, faziam, aos olhos das empregadas, a diferença entre uma “boas patroa” e uma que era insuportavelmente avarenta. Num horizonte cada vez mais marcado pelos chamados da participação política moderna, onde a democracia passa pelo reconhecimento dos direitos de cada um, como encarar essas atitudes sem condená-las ao anacronismo político? Meu dilema era decidir se as empregadas domésticas vivem em um universo político tão “atrasado” que são levadas a avaliar positivamente aquilo que os analistas consideram completamente negativo (ver, por exemplo, FARIAS, 1983; GODSMITH, 1993; LEÓN, 1993; MOTTA, 1977), ou se os relacionamentos clientelistas com os patrões são, de fato, táticas que lhes possibilitam tirar o melhor proveito possível de uma situação altamente desfavorável.

Para tentar responder a essa pergunta, fiz um longo percurso, cheio de percalços. Aliás, diz-se da tese de doutorado que é só quando o estudante termina que se dá conta de onde deveria ter começado. Foi durante o processo da pesquisa que fui me dando conta da natureza inadequada de uma série de conceitos girando em torno da noção de cidadania – conceitos que, até aquele momento, tinham me parecido pertinentes. Talvez aqui,

depois de ter levado o leitor pelos caminhos da pesquisa etnográfica que eu trilhei, seja o lugar apropriado para expor as fases da minha trajetória intelectual. Já, desde o início da pesquisa, vi que as críticas usuais dirigidas às práticas "clientelistas" não esclareciam muito daquilo que queria entender, mas constituíam-se num ponto de partida para a construção de meu objeto. Passei também pela noção de bilinguismo à la Bakhtin, que parecia dar melhor conta da dinâmica semi-autônoma da cultura popular que eu pretendia retratar, mas de novo, aos poucos, fui ficando insatisfeita com o que parecia cada vez mais uma análise que não levava em conta, de forma adequada, a questão da desigualdade política. Foi passando por essas tentativas e erros que cheguei em teóricos tais como S. Colen, E.P. Thompson e J. Scott. Neste último capítulo, seria interessante expor o meu percurso, não somente para melhor responder às perguntas que me coloquei, mas também para melhor definir por onde começar a próxima vez, isto é para traçar pistas para futuras pesquisas.

### **Do clientelismo à reprodução estratificada**

Um dos traços apontados como característicos da cultura política brasileira, não apenas dos grupos populares, tem sido – nas análises tradicionais – o clientelismo (NUNES LEAL, 1975; LANNA, 1995). Em uma leitura que não é apenas acadêmica, mas também parte do senso comum, o clientelismo é interpretado como a expressão mais acabada de uma herança tradicional, quase que fora de lugar, não fossem as contradições que persistem em nosso país, fazendo conviver um mundo “arcaico” com um mundo “moderno”.

Cabe lembrar que o clientelismo é um conceito usado já na sociedade romana antiga para descrever as relações assimétricas entre patrícios e plebeus, num contexto onde a família patriarcal desempenhava funções que ultrapassavam as do Estado. Esse conceito foi recuperado e tomou força na

sociologia americana das décadas de 60 e 70, quando muitos intelectuais se envolveram com projetos “desenvolvimentistas” para o Terceiro Mundo. Com o olhar profundamente marcado pela noção de modernidade que traziam de seu próprio mundo, estes cientistas sociais criaram dicotomias para explicar o “atraso” de determinadas sociedades em relação à “modernidade”, por exemplo, da América do Norte. As relações personalistas aqui observadas eram relacionadas a uma carência de formalizações institucionais, as quais um Estado moderno deveria desenvolver (LEEDS, 1977; FOSTER, 1961).

Mesmo que esta visão evolucionista não fosse tão explicitamente expressa, pretendia-se expor uma situação política não reconhecida nos países anglo-saxões, onde as articulações políticas são supostamente elaboradas a partir de coletividades e não a partir de arranjos pessoalizados. Entre as características da política baseada na coletividade está a suposição de uma organização impessoal, onde cada um dos indivíduos envolvidos será beneficiado de maneira similar a todos os outros. O outro modelo (“arcaico”) pressupõe um sistema de trocas assimétricas e estruturadas a partir de relações pessoais ou “relações diádicas” (LANDE, 1977).

O trabalho de Shellee Colen, embora não trate diretamente do problema de clientelismo, traz uma desmistificação primorosa dos princípios mais etnocêntricos dessa teoria pois, a partir de seu estudo sobre empregadas domésticas no coração do Primeiro Mundo (Nova Iorque), mostra que as relações clientelistas funcionam para ambas as partes. As caribenhas são preferidas exatamente porque (ao contrário de mulheres pobres nascidas nos Estados Unidos) aceitam as longas horas, afastamento de suas próprias famílias, e relações carinhosas com as crianças cobradas pelas patroas. Estas, por sua vez, são mulheres americanas de alto poder aquisitivo que não poderiam ter carreiras de tanto êxito se não contassem com estas babás. Pela noção de reprodução estratificada, Colen mostra como relações clientelistas se inserem perfeitamente no sistema mundial contemporâneo, reproduzindo desigualdades em termos de gênero, raça e em uma dimensão transnacional.



Na verdade, a visão binária que separa atitudes arcaicas de atitudes modernas de participação política tem sido bastante desconstruída pelos críticos da *world system theory* (ver SALHINS, 1992, e, para uma discussão centrada no Brasil, LANNA, 1995). Estes, tal como Colen, procuram se afastar de modelos interpretativos generalizantes, calcados na realidade dos países centrais. Destacam a importância dos estudos locais não apenas para o reconhecimento da diversidade, mas também para que esses novos dados sirvam para repensar os preceitos analíticos utilizados para estudar as relações de poder entre as sociedades.

Citemos o exemplo de Geert Banck (1999), antropólogo holandês com longa experiência no Espírito Santo. Este pesquisador estuda as raízes do clientelismo no Brasil, sugerindo que as análises clássicas voltadas para este tema têm trazido certa imprecisão, pois misturam dois campos de ação e representação distintos: um é aquele que se refere às relações interpessoais e outro é o da relação entre políticos e seus eleitores. Segundo Banck, no Brasil, estes campos nem sempre se misturam, sendo comum a desconfiança popular com tudo que se denomina “político”, contrastando com a confiança que se deposita nas relações clientelistas que envolvem parentes, vizinhos e patrões.

Fruto da combinação de paradigmas da Ciência Política e da Antropologia, esse conceito, para o antropólogo, acaba por se auto-desqualificar quando, no lugar de explicar, simplesmente imputa às práticas denominadas “clientelistas” o adjetivo de “arcaicas” e “provincianas” (BANCK, 1999, p.104). O que se depreende dessas análises é uma suposição de que estas práticas se gestaram no contexto rural e que ao serem transpostas para o mundo urbano condenam essas sociedades à estagnação. Banck argumenta que “práticas clientelistas” não estiveram confinadas a áreas rurais no passado; antes, eram comuns na elite comercial exportadora do Brasil imperial. Rediscutindo esse conceitos e as relações que ele supõe, Banck considera,

O processo político brasileiro era e é muito dinâmico, e atualmente trata-se de uma bem elaborada democracia de massa. Se existem dilemas, arraigados no seu passado ou na sua cultura política, esta última não deveria ser vista como uma tabula rasa para a incapacidade estática, mas antes como um repertório cultural para a mudança (1999, p.107)<sup>114</sup>.

Nesta perspectiva, parece-me importante manter uma perspectiva crítica sobre as categorias que até hoje determinaram as representações das empregadas domésticas, procurando reconhecer nas categorias êmicas um sentido propositivo e não um anacronismo político.

### **Do bilingüismo a um campo de forças "desprovido de toda ilusão"**

Outro ponto de interrogação já destacado no início desta pesquisa dizia respeito ao trabalho de Pierre Bourdieu. Poderíamos ter sublinhado a imitação de códigos culturais dos patrões por parte das empregadas, como um processo de reprodução da cultura dominante. Verificamos certas tentativas de aproximações ao estilo de vida dos patrões, especialmente em famílias de empregadas domésticas ascendentes. Porém, comparando as práticas cotidianas de organização do espaço doméstico na casa de patroas e na casa de empregadas (os circuitos de ajuda mútua, as relações de gênero e até a decoração das casas), ficava evidente que as influências da cultura dos grupos populares não devia ser subestimada. Parecia existir uma margem grande de operação com códigos culturais próprios dos grupos populares; não de forma autônoma, mas também não totalmente subjugada aos padrões dominantes.

---

<sup>114</sup> The Brazilian political process was and is highly dynamic, and at present it is a fully-fledged mass democracy. If there are dilemmas, rooted in its own past and political culture, the latter should not be taken as a tabula rasa for static incapacity, but as a culture repertoire for change (1999, p.107).

Procurando, por assim dizer, marcar uma distinção entre nossa linha de investigação e a de Bourdieu, consideramos, durante algum tempo, o conceito de bilingüismo de Bakhtin (1987) um bom caminho para descrever o comportamento, as atividades e as elaborações das empregadas domésticas na sociedade brasileira atual. Estudando a interação entre a nobreza e os plebeus na Idade Média e no Renascimento, o autor diz que a nobreza, naquela época, era bilíngüe. Referia-se à maestria que os nobres possuíam da tradição da cultura popular, o que lhe possibilitava não apenas uma interpretação de seu linguajar, ritos e manifestações, como permitia trocas e comunicabilidade entre esses estratos da sociedade, num relacionamento mais estreito do que se verifica hoje, entre a elite e os grupos populares.

Pelas características que o serviço doméstico tomou na sociedade urbana atual, pensávamos que, de uma certa forma, as empregadas domésticas é que mantinham essa característica de bilingüismo. Elas transitam em mundos bastante diferentes – aquele de seu cotidiano doméstico e o de seus patrões. Diariamente entram nos lares da classe média e alta e, pela natureza do trabalho que executam, acabam conhecendo os detalhes mais íntimos dessas famílias. Passam os dias inteiros de trabalho assistindo, convivendo e participando de um mundo onde os valores e a organização doméstica são outros daqueles de onde elas provêm. Em suma, os empregados, sobretudo aqueles que trabalham no mundo doméstico, conhecem o modo de vida dos patrões. Os patrões, por seu turno, no mundo urbano moderno, afastaram-se muito dos seus empregados. Se bem que padrões de paternalismo, característico do mundo rural, persistam em muitos setores da vida nas cidades, efetivamente o contato entre as classes mudou<sup>115</sup>. Patrões hoje podem escutar os relatos dos trabalhadores sobre seu cotidiano, entretanto não conhecem pessoalmente suas casas, não sabem

---

<sup>115</sup> Anthony Giddens (1991) analisa as mudanças em termos do exercício da autoridade na modernidade, mostrando que a urbanização trouxe consigo um afastamento da personalidade das relações de poder. O poder distancia-se de algo palpável nas relações pessoais e passa para uma esfera abstrata, longe da interferência direta dos atores envolvidos nas relações de dominação. Notadamente, esse “desencaixe”, para usar os termos do autor, interfere na lógica do paternalismo por dificultar as relações pessoais.

quem compõe sua unidade doméstica e não tomam mais seus filhos como afilhados<sup>116</sup>. Portanto, nosso raciocínio era de que, ao avesso do contexto da Idade Média, aqui quem estaria tendo maiores chances de navegar por estes dois mundos, era a “plebe” e não a “nobreza”. Através do trânsito entre as práticas e os valores que vivenciavam entre seu universo cultural e o dos patrões, parecia-nos que empregadas domésticas eram capazes de decifrar códigos diferentes de relações de trabalho, de organização familiar, de concepções de organização e limpeza.

Aos poucos, no entanto, o conceito de bilingüismo foi mostrando-se inadequado, em primeiro lugar porque existiam espaços nos quais as empregadas domésticas manifestamente não dominavam os códigos. Por exemplo, nenhuma empregada que estudei saberia passar despercebida se fosse assistir a uma peça no teatro municipal ou se decidisse simplesmente jantar num bom hotel. Sua habilidade de lidar com algumas regras no espaço doméstico das classes dominantes não fazia dela uma pessoa “bilingüe” nesse sentido.

Em segundo lugar, apesar de ressaltar a diversidade cultural, o conceito de bilingüismo não leva em conta a profunda desigualdade que rege as relações entre as classes. Neste sentido, Thompson (1979), mais uma vez, parecia fornecer uma saída melhor. Na sua descrição das relações paternalistas que se estabeleciam entre a “gentry” e os “plebeus” ingleses no século XVIII, chama atenção para um processo muito semelhante ao que nos observamos hoje na sociedade brasileira. Mostra as estruturas definidas pela hegemonia da gentry, mas completa colocando em questão o que a hegemonia *não* pressupõe:

---

<sup>116</sup> Fonseca e Brites (1990) analisam critérios de escolha de padrinhos ao longo de gerações de trabalhadores urbanos com maior ou menor tempo de migração. Verificam que o compadrio tem mudado de um padrão vertical (segundo o qual pobres escolhiam um compadre entre seus patrões) para um padrão horizontal, pois as famílias da atualidade não desfrutam mais da mesma intimidade com membros da classe patronal.

No supone la admisión por parte de los pobres del paternalismo en los propios términos de la gentry o en la imagen ratificada que ésta tenía de sí misma. Es posible que los pobres estuvieran dispuestos a premiar con su deferencia a la gentry, pero sólo a un cierto precio. El precio era substancial. Y la deferencia estaba a menudo privada de toda ilusión: desde abajo podía considerarse en parte necesaria para la autoconservación, en parte como la extracción calculada de todo lo que pudiera extraerse. Visto desde esta perspectiva, los pobres impusieron a los ricos deberes y funciones paternalistas, tanto como se les imponía a ellos la diferencia. Ambas partes de la ecuación estaban restringidas a un mismo campo de fuerza (THOMPSON, 1979, p.104).

O jogo embutido nas relações paternalistas, típica das relações entre empregadas domésticas e seus patrões em nossa sociedade, é um exemplo onde podemos encontrar trocas semelhantes a estas descritas por Thompson. As estruturas que ordenam a contratação/ prestação desses serviços são marcadas fortemente pelos grupos dominantes que estabelecem preços do serviço doméstico e exigem atitudes servis de seus empregados, demarcando sempre relações hierárquicas. Por seu lado, as empregadas retiram desse sistema muito mais do que legitimamente ele oferece. Materialmente desfrutam da circulação de patrimônio, seja através dos presentes recebidos, seja através dos furtos, lançando mão do mesmo referencial ideológico dos patrões: agem com esperteza. Em troca, devolvem-lhes servilidade, prestígio e amizade, completando o círculo de dádiva-dom. Trata-se de uma troca social, como diz Thompson, "desprovida de ilusões", onde ambos os lados estavam obrigados a se mover num "mesmo campo de forças".

### **Dos roteiros encobertos à cidadania contextualizada**

Os ritos de interação entre a gentry e os plebeus descritos por Thompson assemelham-se aos roteiros públicos (*public transcript*), conceito cunhado por J. Scott. O interesse deste último teórico, além de ter trazido noções de Thompson para o estudo etnográfico de acontecimentos

contemporâneos, se encontra principalmente na sua insistência em combater noções simplistas de hegemonia. Como Thompson, Scott afirma que, atrás dos comportamentos aparentemente amistosos dos plebeus, é possível adivinhar atitudes críticas, até hostis. Em outras palavras, deferência não significa submissão. A abordagem de Scott pressupõe que, "atrás dos bastidores", quando subalternos deixam de seguir as regras do roteiro público, expressam atitudes bem menos reverentes em relação a seus superiores. Se, na grande maioria das vezes, os mais fracos não usam o enfrentamento direto ou práticas organizadas de reação à dominação, não é por concordarem passivamente com o sistema. É, pelo contrário, justamente porque tais estratégias seriam relativamente ineficazes, senão inúteis ou até suicidas. A maneira dos subalternos agirem sabiamente, minimizando seus prejuízos, é operando nas brechas, usando astúcia para burlar, antes do que derrubar, o sistema.

Trata-se de uma forma de participação política que, na maior parte da literatura, é colocada como oposta à cidadania. Nos últimos anos, porém, alguns antropólogos têm repensado esse tipo de dicotomia, propondo que, no seu lugar, pensemos na contextualização da própria noção de cidadania.

Estes pesquisadores têm se dedicado a refletir sobre setores da sociedade brasileira onde valoriza-se relações menos marcadas pelo ideário moderno, isto é, onde o valor básico promulgado não é necessariamente o da igualdade de direitos. No lugar de propor uma integração dos subalternos aos modelos dominantes, ou tomar essas "resistências" como conservadorismo ou ignorância política, eles têm procurado reconhecer, no "ponto de vista nativo", críticas a um projeto monolítico de modernização política.

Segato, (1995), descrevendo as características e ações dos Orixás que compõem o panteon afro-brasileiro, assim como as simpatias dos adeptos pelos seus deuses, indica uma leitura crítica dos padrões de poder de nossa sociedade. Mostra que os adeptos do Xangô do Recife, elegem como os prediletos de sua devoção Xangô e Oxum. Ambos Orixás são donos de

personalidades e atitudes muito especiais. Xangô é o Orixá mais malicioso e oportunista do panteon, lançando mão de estratégias astutas para conseguir, da maneira mais fácil, aquilo que deseja. Oxum, por sua vez, corresponde à feminilidade frívola, acostumada ao luxo e ao conforto, mas que afetivamente é muito condescendente com seus filhos. Contrastando com a simpatia que sente por estas entidades, o povo de santo nutre desconfiança ante o poder legítimo que Iemanjá – a rainha-mãe – possui. Iemanjá é considerada fria e falsa. Defende seus protegidos, passando por cima da lei e, para esquivar-se dos ataques ao seu poder, semeia a intriga entre seus oponentes. A Oxalá, pai de todo o panteon, os fiéis reservam respeito, mas o vêem como um velho que não é mais dono de seu poder. Em outras palavras, o casal fundador do Panteon – os quais representam o poder instituído – não é muito apreciado entre os filhos de santo. Descrevendo, assim, as representações acerca dos Orixás, Segato aponta para uma visão muito sagaz que esta população desenvolve, tanto sobre a política nacional, quanto sobre a posição que eles detêm neste mundo.

Nessa mesma linha de investigação, Regina Novaes (s/d; 1995), discordando da apreciação que se difundiu a respeito do “conservadorismo” das religiões pentecostais, mostra como estas incorporam elementos simbólicos muito próximos ao ideário moderno de igualdade. Ao promoverem uma “separação entre as coisas do mundo” e as de Deus, os pentecostais constróem uma proposta de vida, um modelo que dignifica a vida do pobre. As práticas políticas dos grupos pentecostais, sugere a autora, antes de representarem alienação diante das coisas do mundo, pautam-se numa produção de sentido que prioriza a dimensão religiosa da realidade. Entre eles, a experiência política é encompasada pela religiosidade. Assim, os seus posicionamentos políticos respeitam os princípios consonantes com as demais representações do grupo, cujo comprometimento com a fé se sobrepõe a uma inserção racionalista na vida. Dessa forma, sacralizam a política. Em contraste com este tipo de inserção política, Novaes mostra como a proposta do modelo de ação da CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) – que representa a experiência de polarização das alas progressistas da Igreja

Católica – é de politizar a religião, trazendo a "lucidez moderna" aos homens de fé.

No âmbito da religião, estes estudos apontam para o questionamento do sentido de "politização" que tem constituído a definição de cidadania, indicando que muitas perspectivas populares são rejeitadas enquanto expressão do campo político.

Corroborando estas preocupações, Carvalho (1987), ao examinar participação popular no advento da República, desvenda um ideário libertário da elite que não era partilhado pela população em geral. Em contrapartida, as manifestações populares eram desconsideradas na construção da "democracia". Os valores políticos que se estabeleceram com a República, muito afastados das representações populares, eram, para o historiador, uma imposição das elites. Assim, ele propõe que, em vez de surgir uma democracia – um espaço público em que cada um podia participar enquanto cidadão – fora construído uma "estadania".

Estes autores vêm chamando a atenção para o fato de que, como disse Otávio Velho, "até hoje, as elites [no seu apego à modernização] não têm sido capazes de criar um imaginário que empolgue a população" (1995, p.160). Assim, estas análises procuram ver nas formulações dos grupos populares – nas suas variadas expressões – algo mais do que resistência ou comportamento arcaico. Busca-se apreender questionamentos sobre a legitimidade das representações hegemônicas sobre ordem e poder.

Luís Fernando Duarte insiste sobre a necessidade de contextualizar o ideário liberal-individualista se quisermos refletir sobre as possibilidades e limites da integração das classes populares no processo de "cidadanização". Juntamente com estes outros autores, ele aponta não apenas para a incapacidade do discurso oficial e hegemônico de representar/incluir as "diferenças" (até mesmo porque, segundo Duarte, faz parte deste ideário "da cultura ocidental a conversão do 'outro'"), mas para a possibilidade deste "outro" ter o quê dizer sobre o processo da modernização (1993, p.17).



## **O sistema em ação**

Para terminar, optamos por mais uma vez voltar aos dados concretos de campo, procurando entender como funcionam, nas atuais circunstâncias, as políticas que pretendem tirar a empregada doméstica das suas relações clientelistas e colocá-la dentro do mundo profissional moderno.

As perspectivas "modernas" de participação política repercutem nas relações de trabalho entre patrões e empregados, na atitude, cada vez mais difundida entre os patrões, de que um compromisso contratual, respeitando os princípios legais, define relações mais justas. Muitos patrões, bem intencionados, consideram que, como cumprem devidamente a legislação trabalhista (embora no caso do serviço doméstico ela ainda seja muito precária), estão fazendo sua parte para uma sociedade melhor. E quando suas "funcionárias" não respondem às regras do contrato, relegam seu comportamento ao atavismo, falta de predisposição ao trabalho ou desonestidade. O código contratualista exime os patrões de um comprometimento com as diferenças sociais, pois ele retira a desigualdade e a justiça do campo da moral. A igualdade passa a ser prescrita por um contrato.

A questão é: será que as empregadas reconhecem as vantagens dessa nova forma de relação? A experiência de uma empregada no seu embate com seu patrão acerca dos direitos trabalhistas pode dar certas indicações do contrário.

Emengarda havia sido demitida (sem justa causa) depois de ter faltado dois dias ao trabalho em função de uma infecção renal. Primeiramente, apelou para a cordialidade dos patrões, sugerindo que nem todos seus direitos haviam sido pagos (aviso prévio, décimo terceiro salário, etc.), mas acenando

com possibilidade de algum acerto. Porém, como eles mantiveram-se irredutíveis, procurou o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos. O patrão dela compareceu então ao sindicato com uma série de notas fiscais de produtos comprados em seu nome (rádio, fogareiro, relógio), dizendo que estes itens encontravam-se na casa de Emengarda – prova que ela os havia furtado dele. Como eu tinha acesso tanto à casa dos patrões, como à da empregada, sabia que estes não eram itens roubados por Emengarda. Ela apenas usou – como é de praxe nestas relações – o nome de seus patrões para abrir um crediário, cujas prestações pagou sozinha.

É interessante que Seu Péricles, o patrão, não foi à policia para reaver as coisas que, afinal, legalmente lhe pertenciam. Nesta falsa acusação, o patrão utilizou-se de prerrogativas de classe para obstruir um processo jurídico. Em função de sua condição econômica, ele auxiliou, com os artifícios das relações clientelistas, o acesso da empregada aos bens de consumo. Quando as expectativas desse acordo foram frustradas, ele recorreu aos métodos de pressão (pouco idôneos) proporcionados por sua posição de classe.

Emengarda nem sequer cogitou de pedir a suas vizinhas, que trabalham nas mesmas redondezas que ela, para deporem a seu favor no sindicato. As colegas de Emengarda têm consciência que não é o confronto direto que lhes trará vantagens nessa briga desigual. Para não comprometer seu mercado de trabalho, evitam mostrar-se passíveis de recorrer aos mesmos métodos que Emem, procurando seus direitos legais. Por outro lado, sabem que casos como este, quando chegam a desdobramentos que envolvem inquéritos jurídicos e policiais, raramente são bem sucedidos. Até mesmo pela operacionalidade dos processos que passam pelo universo da escrita (do qual estão distantes), reconhecem que facilmente podem perder o controle da situação<sup>117</sup>. Sabem que seus delitos (quando existem) são muito mais

---

<sup>117</sup> Comparando atuação do Tribunal do Trabalho do Rio Grande do sul e do Espírito Santo (quando acompanhávamos processos de reclamação trabalhistas das empregadas), percebemos que, enquanto no Sul parece haver uma tradição de maior proteção ao trabalhador – colocando-se sempre a possibilidade de que o trabalhador ganhe alguma

facilmente deflagrados pela lei do que aqueles de seu Péricles. Assim, cientes de que não dominam plenamente o jogo dentro do aparato que na sociedade diz zelar por direitos igualitários, procuram nas relações com os patrões condutas que julgam capazes de negociar.

Entende-se então por que, nas disputas de direitos com seus patrões, as empregadas da nossa amostra raramente procuravam a proteção do Sindicato das Empregadas Domésticas situado em Vitória. A julgar pelo número de associadas que o sindicato mantinha depois de quase uma década de atuação no Espírito Santo, elas estavam de acordo com a maioria de mulheres nesta categoria de trabalho. Em 1998, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos e Empregados de Edifícios do Espírito Santo contava com apenas 9 mulheres associadas.

A valorização do relacionamento personalizado com os patrões pôde ser observado até mesmo entre as empregadas mais comprometidas com os direitos trabalhistas, aquelas que tinham uma dedicada militância política<sup>118</sup>. As duas mulheres que durante dez anos mantiveram em pé o sindicato das domésticas de Vitória sustentam laços de amizade com seus ex-patrões até hoje. Na prática política de sindicalistas, sempre buscam primeiro a via da conciliação antes de um enfrentamento judicial com os patrões. E o fazem pelo profundo conhecimento que dispõem de sua categoria profissional: são mulheres pobres que não podem arcar com os custos de um processo e que com muita dificuldade conseguem provar seus direitos perante a corte judicial.

Certamente há inúmeros e constantes abusos da "tradicional" relação paternalista da parte dos patrões. Não é nosso objetivo romantizar o

---

compensação, no Espírito Santo as cortes mostravam-se mais favoráveis à causa dos patrões.

<sup>118</sup> Durante alguns anos o aluguel da sala, o pagamento do telefone e a remuneração das representantes sindicais eram pagos por um certo advogado. Ironicamente, enquanto este financiava as despesas do sindicato (cerca de mil e quinhentos reais mensais), também mantinha, como presidente e assessor jurídico, o sindicato patronal. Quando esta situação tornou-se insustentável e os laços foram rompidos, a associação ficou prestes a fechar.

clientelismo atentando apenas para exemplos mais suaves. Muitas vezes um relacionamento mais pessoalizado vem acompanhado de exigências absurdas e prerrogativas patronais exageradas. Para citar apenas um exemplo, posso descrever uma patroa que, ao desconfiar que sua empregada cometia pequenos furtos, desencadeou uma operação de investigação. Num sábado, antes que a moça partisse para seu repouso, pediu que fosse à padaria. No intervalo, ela abriu a sacola da “malandra” e constatou que esta carregava algumas coisas para casa:

fui tirando tudo lá de dentro: olha, era modess, sabonete, até uma calcinha da Clarice... Tirei tudo da sacola dela e deixei em cima da mesa da cozinha. Chamei as meninas para esperar ela chegar. Só queria ver a cara dela diante de nós. Quando ela voltou e viu que tínhamos descoberto seus roubos, ficou mais pálida que o leite!

Não é pouco lembrar que esta patroa, ciosa da privacidade de seus pertences, não reconheceria o direito de sua empregada revirar-lhe a bolsa sem permissão. Nem cabe esquecer também que essa patroa não chega a pagar um salário mínimo para as moças que trabalham com ela – as quais só retornam para sua casa aos sábados à tarde. A justificativa que ela dá para a baixa remuneração e não cumprimento dos demais direitos trabalhistas é que, justamente por receberem alimentação, produtos de higiene íntima, e um lugar para dormir sem pagar água, luz e aluguel, suas empregadas “acabam ganhando mais que a gente, porque no final do mês, aquilo é dela, inteirinho”.

Mas os freqüentes e reais casos de abuso não devem ofuscar as vantagens que a relação paternalista é capaz de proporcionar. De maneira diferente da postura contratualista, os patrões mais claramente clientelistas, embora possam reconhecer a hierarquia como um fato natural, em geral pagam seu tributo à Nêmesis (como apontávamos nos princípios da reciprocidade, discutidos em o “Assassino é o mordomo”). Assim, mesmo que de maneira paternalista, desenvolvem ações ante a desigualdade. Quando Pilar paga o tratamento de sua ex-empregada com pneumonia ou sustenta a creche para a filha da empregada atual, existe mais que cálculo do retorno da

dádiva neste comportamento; existe um reconhecimento de que não basta transferir a responsabilidade social para o pagamento de impostos. Afinal, Pilar sabe que, no atual contexto da sociedade brasileira (e, talvez em especial, do Espírito Santo), essas mulheres não têm outras instâncias para lhes abrigar.

Patrões bilíngües parecem, em todo caso, cada vez mais raros. No lugar da troca personalística, do discurso assimétrico do paternalismo, hoje se coloca com mais legitimidade a perspectiva igualitária da cidadania. Nesta perspectiva, a expectativa dos patrões é de encontrarem na empregada não uma amiga leal, mas uma profissional. Desta profissional esperam que cumpram suas funções remuneradas, como a lei estabelece. Mas não questionam que leis são essas, como se determina a remuneração do serviço doméstico, nem esperam que as empregadas desfrutem dos mesmos direitos de igualdade que os patrões. Uma cidadã no cumprimento da legislação, mas com status diferenciado.

Diante dessas constatações, talvez as empregadas mantenham-se desconfiadas quanto às benesses do regime contratual e busquem outras possibilidades de negociação. Sem negligenciar promessas implícitas vindas dos superiores, observei uma tendência entre as empregadas pesquisadas de não aceitar empregos que pagassem menos de um salário e os vales-transporte. Carteira assinada, pagamento da previdência já poderiam ser negociados. Mas o contrato ideal é aquele que, respeitando a legislação, vem aliado a patroas (tais como Pilar) que não são avarentas nem mesquinhas e que, portanto, continuam a garantir aquelas "dádivas" que, embora não constem no contrato, são absolutamente essenciais.

Vitória talvez não seja "típica" do Brasil. Sobretudo nos grandes centros do país (Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo), a perspectiva patronal de propor um contrato formal de serviço tem crescido. Nestas regiões, mais de 90% das domésticas possuem carteira de trabalho e ganham pelo menos um SM. Mas também existem dados destoantes dessa modernização. Nos

levantamentos estatísticos sobre a economia informal no Brasil, 74% das empregadas domésticas não tem carteira assinada e, se tomadas todas as mulheres (domésticas ou não) envolvidas no setor informal, 66,2% não demonstram sequer interesse em estabelecer vínculos empregatícios neste plano formal (ABREU et al., 1990, BRUSCHINI e LOMBARDI, 1999). Parece que a lógica contratual nem sempre é atrativa para essas trabalhadoras, pois junto com a regulamentação de seu trabalho, ao lado dos poucos direitos adquiridos, os deveres são talvez mais severos.

As exigências de uma regulamentação do serviço doméstico pressupõem que, do lado dos patrões e do lado das servidoras domésticas, as condições para cumprimento da lei sejam idênticas. É, por exemplo, o que demonstra o Manual do Empregador, uma publicação do Centro de Informações e Defesa dos Empregadores Domésticos de Porto Alegre, que propõe-se defender os direitos dos empregadores e das donas de casa, uma vez que “sempre ouvimos as pessoas falarem sobre os direitos das empregadas domésticas, porém, poucos comentam sobre os direitos daqueles que dão emprego, os patrões”(Informativo, 1997) <sup>119</sup>.

Mas até que ponto essa igualdade é praticável? Por exemplo, até que ponto pode uma empregada doméstica cumprir aviso prévio de 30 dias, ou pagá-lo, quando a natureza do serviço as coloca numa relação tão direta com seus patrões? Onde deixar seus filhos enquanto cuida dos filhos de outros? Quem define as noções de bom cumprimento das tarefas domésticas estipulado implicitamente no contrato? A fraca inserção no mundo letrado possibilita que os direitos e os deveres sejam fiscalizados e cumpridos devidamente pela empregada?

---

<sup>119</sup> Além de explicar os direitos e deveres dos patrões e das empregadas, o manual dá conselhos quase policiais de como se precaver da moralidade e da saúde da empregada doméstica. Na sessão “Providências para Admissão de Empregada Doméstica - Cuidados necessários - Documentos a serem exigidos”, o autor aconselha a solicitação de atestado de bons antecedentes criminais, a verificação de referências pessoalmente, a entrevistar a candidata na parte externa da residência “na frente de testemunhas”, a exigência de atestado de saúde (CALDIERARO, 1997, p.17-18).

Sugerimos que não são apenas essas questões pontuais que criam um mal-estar. Embutida na legislação do Estado, é a própria lógica calcada numa perspectiva de direitos individuais que vai de encontro à noção de diversidade cultural. Trata-se de uma lógica que simplesmente não leva em conta organizações diferenciadas de modo de vida, como aquelas que mostramos existir entre as famílias de Jardim Veneza.

Analisando o modo de vida, a lógica das relações hierárquicas embutidas não somente no serviço doméstico mas no dia a dia das empregadas domésticas de Jardim Veneza, voltamos finalmente nossa reflexão para dois conceitos que têm servido de base das análises sobre a vida política brasileira: clientelismo e cidadania. Ponderamos que, dependendo de como são empregados, estes termos podem apresentar as duas faces da mesma moeda. Que assumam-se uma perspectiva fatalista lamentando a persistência da política clientelista tradicional, ou que proponham-se visões mais otimistas em que as forças de modernização prometem integrar todos num modelo globalizado de cidadania, os grupos subalternos são colocados como o problema principal – retrógrados ou alienados, cujos comportamentos e atitudes têm de evoluir. Travando perspectivas analíticas que, nos roteiros escondidos dos subalternos, revelam o caráter relativamente lúcido e plenamente moderno de suas práticas, somos levados a pensar o quadro em outros termos. Somos obrigados a pensar formas de cidadania contextualizada para garantir um espaço a partir do qual estes "outros", não inteiramente cúmplices do ideário moderno, possam participar na própria definição dos processos de participação política.

Sem levar em conta as especificidades das relações entre patrões e empregadas domésticas que procurei descrever, corremos o risco de, a partir de generalização, jogar por terra toda uma prática política destas mulheres em condição de subalternidade e, no seu lugar, colocarmos nossa perspectiva sobre o que seja poder, democracia e participação.

## BIBLIOGRAFIAS

ABREU, Alice et al. Desigualdade de Gênero e Raça. O informal no Brasil em 1990. *Estudos Feministas*, número especial/2º sem, 1994, p. 153-178.

ALMEIDA, Paula Camboim. Transgressores, mães e solteiras: juventude e adolescência num bairro popular de Porto Alegre. *Revista Barbarói*, n. 6, p. 43-53, 1997.

\_\_\_\_\_. *Maternidade e Paternidade na Adolescência em Santa Cruz do Sul*. Campinas. Trabalho apresentado no Exame de Qualificação. Mestrado em Ciências Sociais UNI de Campina. 1999. [texto digitado].

ALVIM, R. e VALLADARES, L. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise de Literatura. *Boletim Informativo Bibliográfico*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 3-37, 1990.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais. In: COSTA e BRUSCHINI, C. (org.) *Rebeldia e Submissão*. Estudo sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989, p. 195-220.

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BALANDIER, G. *Antropológica*. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.



BAMBERGER, Joan. O mito do matriarcado: Por que os homens dominam as sociedades primitivas? In: ROSALDO M. e LAMPHERE L. (Org.). *A Mulher, a cultura e a sociedade*. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorestein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 233-252.

BANCK, G. e DOIMO A. *Entre a utopia e a estratégia: um estudo de caso de um movimento social urbano*. Vitória: Editora Cultural, 1988.

BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos*. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998.

\_\_\_\_\_. Clientelism and Brazilian political process: production and consumption of a problematic concept. IN: *Modernization, Leadership and Participation*. Theoretical Issues in Development Sociology. Amsterdam: Leiden University Press, 1999.

BARBOSA, Fernando Cordeiro. *Trabalho e Residência: Estudos das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes "nordestinos"*. Niterói, 1988, 178 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política – Mestrado – Universidade Federal Fluminense).

BARCELLOS, Dayse. *Família e Ascensão de Negros em Porto Alegre*. 1996. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Doutorado – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro)

BARROS, Myriam Lins de. *Autoridade e afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BESSE, Susan K. *Restructuring patriarchy: the modernization of gender inequality in Brazil, 1914-1940*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996

BILAC, Elisabeth Dória. *Famílias Trabalhadoras: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, 1978.

BOFF, Adriane. *O namoro está no ar: na onda do outro; um estudo sobre afetos em grupos populares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

BOTECHIA, Ana L. e GAMA, Renato. Que região metropolitana? *Revista Instituto Jones*, ano vii, n. 1 abr/maio/junh 27-39, 1995.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Le Celibataire. *Estudes Rurales*, 5(6), p. 32-135, 1962.

\_\_\_\_\_. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In: \_\_\_\_\_. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, vol. 39. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

\_\_\_\_\_. "Stratégies de Reproduction et Modes de Domination". *Actes de la Recherche en Science Sociales*. n. 105, p. 3-12, 1994.

BRITES, Jurema. *Aprendiz de Bacana: mobilidade social em uma terreira afro-brasileira*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Mestrado – UFRGS/PPGAS).

\_\_\_\_\_. Etnografando - o recurso fotográfico em uma perspectiva dialógica. O uso da imagem em dissertações de mestrado. *Horizontes Antropológicos*. n° 2, PPGAS/UFRGS, p. 219, 1995.

\_\_\_\_\_. *Cinderela Domesticada*. Um estudo sobre saberes femininos que circulam entre empregadas domésticas e seus empregadores. Relatório Final apresentado à FCC, II Programa de Incentivo e Formação em Pesquisa sobre a Mulher. Porto Alegre, 1997.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira em Décadas Recentes. *Revista Estudos Feminista*, número especial/2º sem, p. 179-199, 1994.

BRUSCHINI, Crisitina e LOMBARDI, Maria Rosa. A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as "novas" ocupações. Trabalho apresentado na ANPOCS, 1999 [texto digitado].

BUFFON, Roseli. *Encontrando uma tribo masculina de camadas médias*. Trabalho de Campo & Subjetividade. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 1992.

\_\_\_\_\_. *Encontrando o "homem sensível"? Reconstruções da imagem masculina em um grupo de camadas médias intelectualizadas*. Florianópolis, 1992. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina).

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense. 1984.

\_\_\_\_\_. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, p. 133-157, 1988.

CALDIERARO, Ernesto. *Como Lidar com sua Empregada Doméstica (o manual do empregador em perguntas e respostas): os direitos dos empregadores e das donas de casa no contrato de trabalho doméstico*. Porto Alegre: CINDEBRA, 1997.

CARETTA, Marta. *Assunto de mulher: um estudo sobre saberes acerca do corpo, da saúde e da doença em um grupo popular*. 1997. 82 p.[texto digitado]

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Mary Garcia. *A Alquimia das Categorias Sociais - gênero, raça e geração na produção de sujeitos políticos : o caso de líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador*. XV ANPOCS. Caxambu, 1991.

\_\_\_\_\_. ¿Qué se compra y qué se vende em el servivio doméstico? El caso de Bogotá: una revisión crítica. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 99-116.

CELIN, Marlize F. *Migração interna no Espírito Santo - 1940/1980*, 1982. Dissertação (Universidade Federal de Minas Gerais - CEDEPLAR).

CHAGAS, Miriam de Fátima. *Uma Mão Lava a Outra: a interação de grupos populares com a Rádio Farroupilha*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Mestrado – PPGAS/UFRGS)

CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs.). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993.

CHAPLIN, D. Domestic services and industrialition. *Comparative Studies in Sociology*, n.1, p. 97-127, 1978.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Org.: José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

COLEN, Shellee. "Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian Childcare workers and employers in New York". In: GINSBURG, F. e RAPP R. *Conceiving the new world order: the global politics at reproduction*. Berkley: University California Press, 1995. p. 78-102.

\_\_\_\_\_. Solamente um pouco de respeito: trabajadoras del hogar antillanas em la ciudad de Nueva York. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 155-174.

COLLVER, A. e LANGLOI , E. The female labour force in metropolitan areas: an international comparison. *Economic Development and Cultural Changes*, v. 10, n. 4, p. 367-385, 1962.

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores - o olfato e o imaginário social nos séculos XVII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CORIA, Clara. *El sexo oculto del dinero: Formas de la dependencia femenina*. México: Paidós, 1992.

CORREA, Marisa. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. IN: ARANTES, et al. *Colcha de Retalho*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p. 15-42

COSER, L. A. Servents: the obsolescence of an occupation role. *Social Forces*, v. 52, n. 1, p. 31-40, 1973.

COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; São Paulo/Fundação Carlos Chagas, 1992.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 181 p.

DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAUSTER, Tânia. *Filho na Barriga é o Rei na Barriga*: mitos de poder, destino e projeto nas relações entre os gêneros nas camadas médias. Trabalho apresentado na XVII Reunião da ABA. Florianópolis, 1990. [texto digitado]

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In LEGOFF, J. & NORA, P. (coord) *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979. p. 17-48

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

DI LEONARDI, Micaela. The female world of cards and holidays: women, families, and the work of kinship. In: THORNE, N. e YALOM M. (coord.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992. p. 246-261.

DOIMO, Ana Maria. *Movimento social urbano, igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

DUARTE, Isis. Las Trabajadoras Domésticas Dominicanas. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993. p. 177-194

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.22, p. 5-19, junho de 1993.

DUBY, George. *Le chevalier, la femme et le pête. Le mariage dares la féodale*. Paris : Hachette, 1981.

DUMONT, Louis. *Homo-hierarchicus: o sistema de cartas e suas implicações*. Tradução: Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: EDUSP, 1997.

DURHAM, E. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

FARIAS, Zaíra A. *Domesticidade: "Cativeiro" Feminino?* Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1983.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo:Brasiliense, 1984.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

FINE, Agnes. A propos du trousseau: une culture feminine? In: PERROT, Michelle. *Une Histoire des Femmes: est-elle possible?* Paris: Rivage, 1984. p. 155-188

FONSECA, Claudia. *Valeur marchande, amour maternel et survie: aspects de la circulation des enfants dans un bidonville brésilienne*. Annales-ESC, Paris, n. 55, p. 991-1022, 1985.

\_\_\_\_\_. Solteironas de Fino Trato: reflexões em torno do (não)casamento entre pequenas-burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 99-120, ago/set, 1989.

\_\_\_\_\_. Honra, Humor e Relações de Gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (org). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; São Paulo/Fundação Carlos Chagas, 1992.

\_\_\_\_\_. Trabalho e cotidiano: o que condiciona o quê? *Estudos econômicos*, USP, v.22, p. 25-48, 1993a.

\_\_\_\_\_. *Crime et Corps, Drame et Houmor*. Thèse de Doctorad d'Etat un Ethnologie, Université de Nantere, 1993b.

\_\_\_\_\_. *Caminhos da Adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. A dupla carreira de mulher prostituta. *Estudos Feministas*. v. 4, n. 1, p. 7-34, 1996.

\_\_\_\_\_. A Mulher Valente: gêneros e narrativas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 113-130, 1995a.



\_\_\_\_\_. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana (org.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais*. São Paulo: Loyola, 1995c.

\_\_\_\_\_. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia e BRITES, Jurema. Um atalho até Deus: Um estudo de catolicismo popular no Rio Grande do Sul. *Religião e Sociedade* n° 15 RJ/ ISER: CER, 1990.

FONTES, Edilza. *Negras e Galegas: relações étnicas, relações de trabalho e identidades nacionais em Belém do Pará (1880-1890)*. <http://pub2.Incc.br/redefeme/txt/e>

FOSTER, George. *El contrato didático: un modelo para la estructura social de una aldea de campesinos mexicanos*. [texto digitado]

FOUCAULT, Michel. *Vontade de saber* (História da sexualidade I). Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Ed. José Olimpo, 1989.

FRIEDLANDER, David e FERREIRA, Roger. *A vez é do cimento*. Acessado em 19 mar. 2000. Disponível na Internet <http://ww2.uol.com.br/veja/10097-7/p.118>.

GÁLVEZ, Thelma e TODARO, Rosalba. Trabajo Doméstico Asalariado en Chile: no es un trabajo como otros. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO,

Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 269-280.

GEERTZ, Clifford. Anti anti-relativismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.8, n.3, p. 5-19, 1988.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDSMITH, Mary. Políticas y Programas de las Organizaciones de Trabajadoras Domésticas en México. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993.

GOLDSTEIN, Donna. The Aesthtics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: *Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shanytown*. 2000. (Book Manuscript)

GOFFMAN, E. *Frame Analysis*. New York: Harper & Row, 1974.

GOODY, Jack. *Domesticação do Pensamento Selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência*. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860 – 1910. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. Sirvientas y amos em Río de Janeiro enla década de 1870: percepciones de la casa y la calle. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO,

Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993, p. 67-78.

GRIGNON, Claude e PASSERON, Jean-Claude. *Lo culto y lo popular: miserabilismo y populismo en sociología y en literatura*. Madrie: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

GROSSI, Miriam e MIGUEL, Sônia M. *A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre a mulher no Brasil – reflexões iniciais*. Reunião Brasileira de Antropologia, 1990. [texto digitado]

HEILBORN, Maria Luiza. *Visão de Mundo e Ethos de Camadas Médias Suburbanas*. Comunicação apresentada na VII Reunião da ANPOCS, 1983.

HERITIER, Françoise. *Masculino feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

HILL, Bridget. "Para onde vai historia da mulher?" *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, n. 14, p. 9-21, set/1995a.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre empregadas domésticas na Inglaterra do século XVII e no Terceiro Mundo hoje. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, n. 14, p.22-33, set, 1995b.

\_\_\_\_\_. O trabalho doméstico é trabalho de mulher: tecnologia e mudança no papel da dona de casa. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, n. 14, p.34-48,set, 1995c.

HIGMAN, B. W. El servicio doméstico em Jamaica desde 1750. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 41-66.

HOBBSAWN, Eric. *Bandits*. Londres: Weindenfeld & Nicholson, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 1991.

JARDIM, Marta Denise da Rosa. *Negociando fronteiras entre o trabalho, a mendicância e o crime: uma etnografia sobre família e trabalho na Grande Porto Alegre*. Porto Alegre, 1998, 138p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Mestrado – PPGAS/UFRGS).

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. *Revista Estudos Feministas*. v. 2, n.3, 1994.

KNAUTH, Daniela. *Le Sida chez les femmes: Maladie et quotidien dans les groupes populaires au Brésil*. Tese de Doutorado em Antropologia, EHESS, Paris, 1996.

KOFES, Maria Suely. *Mulher: Mulheres. Diferença e Identidade nas Armadilhas da Igualdade e Desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*. São Paulo, 1991, 379 p. Tese (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Doutorado – Universidade de São Paulo)

\_\_\_\_\_. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. IN: ARANTES, A. A. et al. *Concha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1982. p. 185-194.

KUZNESOF, Elizabeth. Historia del servicio doméstico em la América hispana (1942-1980). In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993. p. 25-40.

LANDE, Carl. "Introduction. The dyadic basis of clientelism". In: SCHIMIT et al *Friends, followers and factions: a reader*. Berkeley, Univ. of California Press, 1977, p. XII-XXXVII.

LANNA, Marcos P. D. *A Dívida Divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro*. Campinas: Edunicamp, 1995.

LEAL, Ondina. *A leitura social da novela das oito*. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Corpo e significado* (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_ ; BOFF, Adriane. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER e BARBOSA (org). *Sexualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Damará, 1996.

LECZNIESKI, Lisiane. *Pequenos Homens Grandes: o cotidiano de guris numa praça de Porto Alegre*, 1992. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Mestrado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

LEEDS, Anthony & Leeds Elisabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LEÓN, Magdalena. Trabajo Doméstico y Servicio Doméstico en Colombia. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993. p. 181-302.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. IN: SHAPIRO. *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1966. p. 308-333.

\_\_\_\_\_. *Saudades de São Paulo*. Ricardo Mendes (Org.). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LEWIS, Oscar. *La vida*. New York: Randon House, 1966.

LINEBAUGH, Peter. Crime e Industrialização: a Grã-bretanha no século XVIII. IN: PINHEIRO, Paulo Sergio (Org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 102-141

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 33, pp. 7-16, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. *Prenda e Antiprendas*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1987.

MACEDO, Carmem Cinira. *A Reprodução da Desigualdade*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MACFARLENE, A. *História do casamento e do Amor*. Inglaterra 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MACHADO NETO, Zahidé. As meninas: sobre trabalho da criança e do adolescente na família proletária. *Ciência e Cultura*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 671-683, 1980.

MADEIRA, Felícia . *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1997.

MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo Urbano*: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre, 1994. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Mestrado - Porto Alegre/UFRGS).

MALUF, Sônia. *Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias da Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MARIE, Alain et al. Introdução ao vocabulário do parentesco. In AUGÉ, Marc (Org.). *Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência*. São Paulo: Perspectivas do Homem / Edições 70, 1975. p. 11-74.

MARTIN-FUGIER, Anne. *La Place des Bonnes*. La domesticité feminine en 1900. Paris: Édition Grasset & Fasquelle, 1979.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: força e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*, Vol II. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974. p. 37-184.

MAYBURY-LEWIS, David. *O selvagem e o inocente*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MEDEIROS, A. C. Espírito Santo: a industrialização como fator de autonomia relativa, 1977. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração Pública, Rio de Janeiro/Fundação Getúlio Vargas).

MERNISSI, Fátima. *Sonhos de Transgressão: minha vida de menina num harém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MILKMANN, REESE e ROTH. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. ano 4, n. 7, p. 143-168, 1998.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Crias da Casa – pistas sobre as noções de trabalho em confronto na esfera doméstica. (Porto Alegre / últimos anos do período escravista). IN: D'ÂNGELO, Ana Lúcia Vellino (org). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995.

MOTTA, Alda Brito da. *Visão de mundo da empregada doméstica* – (um estudo de caso). Salvador, 1977. 110 p. (Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia).

\_\_\_\_\_. *Emprego Doméstico no Capitalismo: o caso de Salvador*. Trabalho apresentado no GT A Mulher na Força de Trabalho no V Encontro Anual da ANPOCS, 1981. [texto digitado].

MOTTA, Flávia de Matos. *Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. 142 p.

MOURA, Margarida. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo, Hucitec, 1978.

NEVES, Delma P. *Nesse terreiro galo não canta: estudo de caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda*. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, ANPOCS, Nova Friburgo, 1982.

\_\_\_\_\_. *A transmissão de patrimônios: potencialidades metodológicas da situação extrema*. Associação Brasileira de Antropologia XXI Reunião: Vitória (ES). 5 a 9 de abril de 1998.

\_\_\_\_\_. *O campo institucional da caridade*. Trabalho apresentado no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, setembro de 1996.

NOVAES, Regina. *Os Escolhidos de Deus*. Pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

\_\_\_\_\_. *Pentecostalismo à brasileira*. [texto digitado].

NUNES LEAL, V. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

OFFE, Klaus: Trabalho: a categoria chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.10, 1989, p. 5-20.



OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Maria e CONCEIÇÃO, Odete e MELO, Hildete Pereira de. Las trabajadoras domésticas en Rio de Janeiro: su lucha para organizar-se. IN: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO M. e LAMPERE L. (Org.). *A Mulher, a cultura e a sociedade*. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorestein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

PAIM, Heloísa H. S. Marcas no copo: a gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, Luiz e LEAL, Ondina. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Vivendo como amante de um homem casado: entre a legitimidade das uniões extraconjugais*. Porto Alegre, 1988b. 138 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

PEIRANO, Mariza G. S. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. A alteridade em contexto: a Antropologia como Ciência Social no Brasil. *Série Antropologia*, n. 255, Brasília, Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, 35 p., 1999.

PEIXOTO, Clarice. O jogo dos espelhos e das identidades: as observações comparadas e compartilhadas. *Horizontes Antropológicos*, n. 2, PPGAS/UFRGS, p. 69-84, 1995.

PEREIRA DE MELO, Hildete. Feministas y Empleadas Domésticas en Rio de Janeiro. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela, Ed. EPU, 1993.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD 1995 - Espírito Santo: IBGE/DEREN/DIPAN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Projeto Jardim Carapina. Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal*. SEPLAN, 1996.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.

REBHUN, Linda. Nerves and emotional play in northeast Brazil. *Medical Anthropology Quarterly*, New York, v. 7, n. 2, p. 131-151, 1993.

REBHUN, Linda A. The language of love in Northeast Brazil. In: JANKOWIAK, William (Ed.). *Romantic passion: a universal experience?* New York: Columbia University Press, 1995.

REZENDE, Claudia Barcellos. *Empregadas Domésticas e seus Patrões: amizade com desigualdade social e racial*. Caxambu-MG, 1995. (Trabalho apresentado na reunião da ANPOCS)

RIAL, Carmem. Da Casa Açoriana à Casa Decorada. *Cadernos de Antropologia* n° 3, PPGAS/UFRGS, 1991.

ROLLINS, Judith. Entre Femmes: les domestique et leur patronnes. *Actes de la Recherche*, n. 84, p. 63-77, 1990.

ROSALDO M. e LAMPHERE L. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A Mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 17-32.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*. v. 1, n. 1, p. 11-36, 1995.

RUBIN, Gayle. *O Tráfico de Mulheres*: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS CORPO, 1993.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre Classes Populares no Pensamento Sociológico Brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). IN: CARDOSO, Ruth (org.) *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67

SALEM, Tânia. *O velho e o novo*: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. A Trajetória do Casal Grávido: de sua constituição à revisão do projeto. In: Figueira, Sérvulo A. (Org.) *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. O Casal Iguatário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 9, vol. 3. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Família em Camadas Médias: uma perspectiva antropológica. *BIB*, n° 21:180. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1986.

SAFFIOTI, Heleith. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e fotografia. *Horizontes Antropológicos*, v.2, p. 19-48, 1995.

SANTOS, Ely. *As Domésticas*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1983.

SARTI, Cynthia. Reciprocidade e Hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, n° 70. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 38-46, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Família como Espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mulher e família urbana*: comentários sobre a bibliografia. Texto apresentado no GT família e sociedade, 12º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988.

SCOTT, James. *Weapons of the Near*. Everyday forms of peasant resistance. Newtaven: Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Domination and the arts of resistance*: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero. uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 37, p. 38-47, maio/1990.

SEGATO, Rita Laura. Cidadania: Por que não? Estado e sociedade no Brasil à luz de um discurso religioso afro-brasileiro. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. v. 38, n.3, p. 581 a 601, 1995.

SILVA, Alice Inês de Oliveira. Abelinhas numa Diligente Colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinqüenta. In: COSTA E BRUSCHINI (org.) *Rebeldia e Submissão*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 143-175.

\_\_\_\_\_. *The discursive construction of sexuality and domesticity in the Brazilian 1950s*. Thesis (Department of Anthropology – Degree of Doctor in Philosophy – University College London, 1907).

SILVA, Elisabeth Bortalaia. Fazendo Gênero na Cozinha: tecnologias e práticas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. ano 4, n. 7, p. 29-54, 1998.

SIQUEIRA, Penha. *O desenvolvimento do Porto de vitória 1870-1940*. Dissertação (Curso de Pós -Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 161 p. , 1984).

STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias*. Um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa. Petrópolis: Vozes, 1996.

THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Gilberto. *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. São Paulo, 1975. Dissertação (Doutorado – Universidade de São Paulo)

\_\_\_\_\_. Observando o familiar IN: NUNES (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. Individualismo e Cultura, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

\_\_\_\_\_. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/Editora FGV, 1996.

VELHO, Otávio. *Besta-Fera. Recriação do mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

VERDIER, Yvonne. *Façons de Faire: la Laveuse, la Couturière, la Cuisinière*. Paris, Gallimard, 1979.

VÍCTORA , Ceres. As relações de gênero na Vila Divinéia ou o que elas esperam deles. *Cadernos de Antropologia*, n.7, 1992

\_\_\_\_\_. *Images of the body: lay and biomedical views of the reproductive systems in Britain and Brazil*. Brunel University, 1996. (Tese de doutorado, Departament of Human Sciences).

VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WEFFORT, Fco. Notas sobre a teoria da dependência - teoria de classe ou ideologia nacional?. *Estudos CEBRAP*, 31, p. 1-45, 1970.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo/Hucitec; Brasília/Edunb, 1995.

WOLF, Eric. *Parentesco, Amizade e Relações Patrões-Clientes em Sociedades Complexas*. Textos de Aula- Antropologia 7. UNB.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 12, n.35, outubro/1997.